



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



CARLOS EDUARDO SILVA SIMÕES RAFAEL

A DIMENSÃO ESPACIAL DA DIPLOMACIA: REPRESENTAÇÕES
CONSULARES NA AMAZÔNIA

MANAUS
2026

CARLOS EDUARDO SILVA SIMÕES RAFAEL

**A DIMENSÃO ESPACIAL DA DIPLOMACIA: REPRESENTAÇÕES
CONSULARES NA AMAZÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Geografia, linha de pesquisa Espaço, território e cultura na Amazônia.

Orientador: Dr. Ricardo José Batista Nogueira

MANAUS
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- R136d Rafael, Carlos Eduardo Silva Simões
A dimensão espacial da diplomacia: representações consulares na
Amazônia / Carlos Eduardo Silva Simões Rafael. - 2026.
116 f. : il., p&b. ; 31 cm.
- Orientador(a): Ricardo José Batista Nogueira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2026.
1. Espaço diplomático. 2. Relações diplomáticas. 3. Embaixada. 4.
Consulado. 5. Diplomacia. I. Nogueira, Ricardo José Batista. II.
Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título
-

RAFAEL, C. E. S. S. A dimensão espacial da diplomacia: representações consulares na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2026

Banca examinadora

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Thiago Oliveira Neto (Geografia)
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Licio Caetano do Rego Monteiro (Geografia)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a todos os brasileiros, crianças, estudantes e trabalhadores. A todos que são filhos da Amazônia. A todos os amazonenses. A todos os manauaras, em especial os da zona norte, do bairro Nova Cidade, da avenida Curaçao.

AGRADECIMENTOS

“Você não sabe o quanto eu caminhei pra chegar até aqui. Percorri milhas e milhas antes de dormir. Eu nem cochilei. Os mais belos montes escalei. Nas noites escuras de frio chorei”. Começo estes agradecimentos parafraseando os versos da música A Estrada, do Cidade Negra, pois nenhuma imagem traduz melhor o que foi essa travessia.

Nenhum conhecimento se constrói no isolamento. Embora o gesto de pesquisar exija seus momentos de solidade, esta dissertação carrega em cada linha as vozes e o afeto de uma caminhada coletiva.

A base de tudo repousa no amor incondicional dos meus pais, Aldemir e Telma, que com dedicação incansável construíram condições para que eu pudesse estudar e correr em busca dos meus sonhos. Às minhas irmãs, Adriana e Vitória, aos meus cunhados, Hudson e Julia, e ao meu irmão Rodolfo Gomes, cuja generosidade se fez presente até nos gestos simples das caronas rumo ao campus da UFAM nos tempos da graduação, minha mais profunda gratidão. A esse teto familiar agrego as lembranças e a companhia afetuosa dos meus companheiros de quatro patas: Filó, Marrapaiz e Jove, e a saudosa memória de Rock e Baré *in memoriam*, eternos no meu afeto. Não menos importante, não esqueço da minha psicóloga Andreza Cristina. Andreza, obrigado por toda força e troca de conhecimento, acho que sem você também a travessia teria sido um pouco confusa.

Agradeço à minha primeira professora, Alcineia, que com paciência e doçura me ensinou a decifrar as letras e as palavras, abrindo as portas do mundo. Essa caminhada de formação contou com a maestria dos educadores das escolas públicas por onde passei, CMEI Argentina Barros, E.E. Prof^o Dorval Varela Moura, E.E. Prof^o Ruy Alencar e E.E. Angelo Ramazzotti, estendendo-se ao corpo docente e técnico do Departamento de Geografia e do PPGEOP da UFAM, mestres que ajudaram minha visão de mundo e minha prática científica.

A jornada universitária ficou mais leve pela presença dos amigos da graduação. Guardo carinho especial por Bertu, Fernandes, Willian Bonner, Marcola, Pamela, Guga, Emerson, Sara Nevis, Rita Pelicano, Joca, Euler, Severo, Kelyan e Lucio. Aos companheiros de percurso que se tornaram suportes essenciais nas dimensões pessoal e acadêmica, Thiago Neto, Fellipe, Bruno, Yuji e Bernardino, o meu sincero muito obrigado. Registro também minha gratidão ao Grupo de Estudos GEEGA, com carinho especial à Doza e ao Saturnino, e aos parceiros da caminhada política, Judá e Gama.

Entre os docentes que marcaram a travessia, dedico um agradecimento especial à professora Adoréa, pelo apoio fundamental durante a mobilidade acadêmica para a UnB, e aos

professores Mírcia Fortes, Rogério, JC Neto, Maiká e Fábio, referências diárias de ensino e inspiração.

Ao meu orientador, o queridíssimo Prof. Dr. Ricardo Nogueira (o Richard Gere da Amazônia e grande parceiro de jornada), agradeço pela condução generosa, pela amizade e por guiar esta pesquisa com sabedoria, leveza e entusiasmo. Em muitas vezes você ficou mais entusiasmado com a pesquisa do que eu, possivelmente você viu a relevância que faltou em mim nos momentos que eu estive cansado, obrigado novamente. Em nenhum momento desistiu da pesquisa! E além do mais, agradeço a compreensão que muitas vezes a orientação aconteceu durante longas mensagens textuais e de áudio por canais de comunicação instantânea, foram elas pela manhã, tarde, noite e nas madrugadas. Até nisso o cyberspaço me ajudou!

Na construção técnica e metodológica, expresso meu reconhecimento ao colega Lyon (Gabriel), da Fiocruz, pelo auxílio preciso na organização dos dados. De igual modo, minha imensa gratidão aos membros das bancas examinadoras: professora Paola Verri Santana (UFAM), professora Glória (UnB) e aos professores Licio Cactano (UFRJ) e Thiago Oliveira Neto (UFAM). Suas contribuições, provocações e apontamentos rigorosos na qualificação e na defesa foram fundamentais para maturar e enriquecer este trabalho.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de mestrado entre 2024 e 2025 (Processo: 88887.978389/2024-00), viabilizando a dedicação necessária para a concretização desta pesquisa, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e ao CNPq pelo apoio financeiro ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM (PPGEOG-UFAM).

[...]

*E o pensamento é o fundamento
Eu ganho o mundo sem sair do lugar
Eu fui para o Japão
Com a força do pensar
Passei pelas ruínas
E parei no Canadá
Subi o Himalaia
Pra no alto cantar
Com a imaginação que faz
Você viajar,
Estou sem lenço
e o documento
Meu passaporte é visto em todo lugar
Acorda meu Brasil com o lado bom de pensar
Detone o pesadelo pois o bom ainda virá*

Cidade Negra

RESUMO

RAFAEL, C. E. S. S. A dimensão espacial da diplomacia: representações consulares na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

Dentre muitos temas geopolíticos como fronteira, petróleo, religião, guerra, nacionalismo e entre outros, a diplomacia tem sido um tema quase ausente na história da geografia. Diferente das instituições estatais voltadas para o espaço interno, as formas espaciais da diplomacia, isto é, suas instituições, a base material e suas funções são construções inerentes ao processo de constituição e consolidação dos Estados modernos. Dentre as diversas regiões *hotspots* da geopolítica mundial, a região amazônica é uma das mais mencionadas na imprensa internacional, nos fóruns internacionais e nos acordos diplomáticos entre Estados europeus com o Brasil. A presente pesquisa tem como interesse responder a seguinte pergunta: Como a Amazônia brasileira está inserida na diplomacia? Partindo deste questionamento, foi traçado o seguinte percurso para encontrarmos possíveis respostas: de início procuramos compreender a dimensão política da diplomacia, a examinando conceitualmente; em seguida procurou-se identificar a dimensão espacial da diplomacia e o seu encontro com a Geografia Política, sendo realizado levantamento bibliográfico para o cumprimento do objetivo; posteriormente, buscou-se realizar um panorama histórico da subdisciplina, (geografia política) a fim de compreender o distanciamento, aproximação e desenvolvimento dos estudos clássicos e contemporâneos presentes na geografia; por fim, para elucidar a discussão, foi estabelecido como recurso conceitual-metodológico, na presente pesquisa, o *espaço político*, a fim de encontrar uma dimensão espacial para além dos objetos geográficos. Foi realizado levantamento de dados estatísticos por meio do *Index Diplomacy Global*, plataforma que acompanha a evolução quantitativa das representações diplomáticas desde 2016 para 50 países; e nos sítios eletrônicos das embaixadas residentes em Brasília.

Palavras chaves: Espaço Diplomático, Relações Diplomáticas, Embaixada, Consulado, Diplomacia

ABSTRACT

RAFAEL, C. E. S. S. The spatial dimension of diplomacy: consular representations in the Amazon. Dissertation (Master's Degree in Geography), Institute of Philosophy, Human and Social Sciences, Federal University of Amazonas, Manaus, Brazil 2026.

Among many geopolitical themes such as borders, oil, religion, war, nationalism, and others, diplomacy has been a topic almost absent in the history of geography. Unlike state institutions focused on internal space, the spatial forms of diplomacy—that is, its institutions, material base, and functions—are inherent constructions in the process of constitution and consolidation of modern States. Among the various hotspot regions in global geopolitics, the Amazon region is one of the most mentioned in the international press, international forums, and diplomatic agreements between European states and Brazil. This research aims to answer the following question: How is the Brazilian Amazon inserted into diplomacy? Based on this question, the following path was outlined to find potential answers: initially, we sought to understand the political dimension of diplomacy by examining it conceptually; next, we sought to identify the spatial dimension of diplomacy and its encounter with Political Geography, conducting a bibliographic review to achieve this objective; subsequently, a historical overview of the subdiscipline (political geography) was carried out in order to understand the distancing, approximation, and development of classical and contemporary studies present in geography; finally, to elucidate the discussion, political space was established as a conceptual-methodological resource in this research, aiming to find a spatial dimension beyond geographic objects. A survey of statistical data was conducted through the Global Diplomacy Index, a platform that tracks the quantitative evolution of diplomatic representations since 2016 for 50 countries, and through the websites of resident embassies in Brasília.

Key words: Diplomatic Space, Diplomatic Relations, Embassy, Consulate, Diplomacy

QUADROS

Quadro 1 – As dimensões do espaço político	49
Quadro 2 – Os tipos de lugares no espaço diplomático	55
Quadro 3 – Projetos do Consulado Geral do Japão na Amazônia Ocidental	99
Quadro 4 – Projetos apoiados pelo Consulado Geral do Japão	103

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução das embaixadas – grupo China	69
Gráfico 2 – Países que aumentaram sua rede diplomática.....	71
Gráfico 3 – Cidades que tiveram aumento e reduções de consulados entre 2016 a 2023	85
Gráfico 4. Cidades que tiveram aumento em missões permanentes de 2016 a 2023.	86
Gráfico 5 – Países que mais doaram para o Fundo Amazônia.	94

MAPAS

Mapa 1 – Hotspot das embaixadas	68
Mapa 2 – Hierarquia urbana - centros metropolitanos da diplomacia	74
Mapa 3 – Setor de Embaixadas, Plano Piloto, Brasília	78
Mapa 4 – Setor de embaixadas, Plano Piloto, Brasília	79
Mapa 5 – Abertura de consulados	83
Mapa 6 – Estados membros da OTCA.	90
Mapa 7 – Fluxo de doações estrangeira para o Fundo Amazônia	93
Mapa 8 – Consulados na região norte	96

ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APANB	Associação Pan-Amazônica Nipo-Brasileira
APC	Assistência a Projetos Comunitários de Segurança Humana
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
<i>Brexit</i>	Junção das palavras <i>British</i> (britânico) e <i>exit</i> (saída).
CMAP	Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)
ESCE	<i>École Supérieure de Commerce Extérieur</i>
EU	<i>European Union</i>
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
G20	Grupo dos 20
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
UA	União Africana
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3 CAPÍTULO 1: A GÊNESE DA DIPLOMACIA	20
3.1 História da Diplomacia	22
3.1.1 Breves apontamentos conceituais – O Estado no espaço externo	25
3.1.1.1 Política externa e seus instrumentos	28
3.1.1.2 A diversidade das definições da diplomacia	30
3.2 Geografia Política, perto da guerra e longe da paz?	32
3.2.1 Como o espaço aparece na Diplomacia?	37
3.3 O Espaço Político enquanto conceito	43
3.3.1 O espaço político na Diplomacia: quem se senta à mesa?	50
4 CAPÍTULO 2: A DIPLOMACIA TEM SEUS LUGARES	57
4.1 Representações e Hierarquia: a lógica locacional das representações diplomáticas	59
4.2 Capital: o reino das embaixadas	60
4.2.1 Onde os países apertam as mãos? Os lugares onde a diplomacia se amplia	65
4.2.2 As instituições na escala urbana	73
4.2.2.1 Quem vai ser meu vizinho? O mapa mundi das embaixadas	78
4.3 Consulados: os metropolitanos pobres	81
5 CAPÍTULO 3: A AMAZÔNIA ENQUANTO ESPAÇO POLÍTICO DA DIPLOMACIA	88
5.1 O Fundo Amazônia e nova geografia política para Amazônia	90
5.2 O papel social dos consulados na Amazônia	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
7 REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

A diplomacia moderna como conhecemos nos dias de hoje, remete suas origens ao século XVI, quando no norte da Itália, antes da unificação, reinos, ducados, repúblicas começaram a estabelecer embaixadas permanentes entre os seus vizinhos, período que coincidiu com o surgimento do Estado em solo europeu. Desde então, a diplomacia desenvolveu-se para atender a diferentes interesses, desde a solução pacífica dos conflitos, representação, quanto o estabelecimento de trocas comerciais. Os objetos geográficos da diplomacia, materializados na forma de embaixadas e consulados, estabelecidos nos séculos passados, permanecem importantes na atualidade, porém, diferente do passado, passaram por profundas transformações no decorrer da história. O último ordenamento jurídico por qual foi estabelecido o funcionamento e atribuiu às representações dos Estados voltados para o espaço externo, foi ratificado nas Convenções das Relações Diplomáticas (1961) e Consulares (1963) em Viena.

Entretanto, mais recentemente, a distribuição das representações diplomáticas intensificou-se significativamente na transição do século 20 para o 21, um período marcado pelo surgimento de novos Estados após a Guerra Fria, especialmente na África e no Leste Europeu. Após o fim da Guerra Fria, com a dissolução da União Soviética e a independência no continente africano, surgiram novos países, o que impactou na quantidade de países membros na ONU. Como afirma Vesentini (p. 75, 2016), o final da década de 90, o mundo configurou-se pela multipolaridade. Não obstante, a diplomacia foi um dos *instrumentos* geopolíticos relevantes do pós-Guerra Fria, sendo verdadeiros projetos nacionais das grandes e médias potências.

Um elemento-chave nos assuntos internacionais contemporâneos é a mudança “tectônica” no poder mundial: a emergência da China como uma grande potência rivalizando com os Estados Unidos em diversos aspectos. No presente século XXI, a “corrida” chinesa e de outras potências regionais (Turquia, Japão, Índia) para expandir suas embaixadas pelo mundo exemplifica a intensificação da diplomacia como elemento de poder e influência mundial. Essa mudança é acompanhada por uma transformação geopolítica composta por diversos atores. Diante disso, a embaixada ganha valor geopolítico, sendo o *softpower* dos Estados.

As relações diplomáticas entre os Estados são estabelecidas por diversos fatores que incluem proximidade geográfica, em específico sobre fronteiras compartilhadas; relações comerciais, pois o troca comercial beneficia ambas as partes e fortalece os vínculos políticos; “herança” histórica para os Estados que surgiram do processo colonial nas Américas e na África já que compartilham um passado comum que influencia suas relações contemporâneas; afinidades ideológicas e políticas, exemplificado por tensões como no caso China e Taiwan, a hostilidade

entre iranianos, árabes e o Estado de Israel; e, no passado, Estados socialistas que possuíam alinhamento com a antiga União Soviética. Essas relações foram e são moldadas não somente pela proximidade geográfica e pelas trocas comerciais, todavia, há de se considerar o planejamento estratégico, onde as grandes potências procuram ampliar seu poder e influência sem recorrer ao uso da força, utilizando o instrumento pacífico das relações interestatais, isto é, ampliando a rede de embaixadas.

A diplomacia é um fenômeno estritamente político, onde o "eu" e o "outro" se encontram no espaço dos acordos, da representação, da informação e da negociação. Construída por valores jurídicos ocidentais, a diplomacia evoluiu ao longo do tempo e do espaço, globalizando-se e adaptando-se às transformações mundiais. Os locais diplomáticos e os objetos geográficos que regem a diplomacia, formam uma estrutura de interação diplomática fundamental na condução das relações internacionais dos Estados e de outros atores. Tanto uma embaixada como um consulado, tornam-se símbolos e instrumentos geopolíticos de um Estado ao dar dinamismo político, comercial, econômico e social nas mais diversas escalas geográficas, do local ao global.

Destarte, defendemos que a diplomacia deve ser entendida como um fenômeno político-geográfico a partir do espaço político. Para o entendimento espacial da diplomacia, defendemos a concepção tripartite de Harvey (2013). Primeiro, consideramos o espaço absoluto, ou seja, considerando a sua materialidade e aspectos como dispersão, concentração, extensão, conexão e capilaridade a partir da distribuição dos objetos diplomáticos. A diplomacia enquanto uma prática política, e aqui, entendemos a política como campo da resolução de conflitos de interesses¹, não acontece sem uma base material². Segundo considerar o espaço relativo é lembrar que os atributos geográficos não ocorrem de modo igual para os atores, pois nem todos os Estados estabelecem trocas mútuas por meio de embaixadas únicas. Em tempos de crise diplomática, uma embaixada de um país A pode responder e representar um país vizinho em um outro Estado B, seja por conflito diplomático ou pelo custo. Países emergentes “pequenos” tendem a ser representados por outros países “maiores”. Outro fator a ser elencado refere-se ao local dos encontros diplomáticos bilateral ou multilateral. Dependendo do critério da escolha do local do encontro dos representantes de Estado, o local pode favorecer ou não o “desenrolar” dos acordos e tratados. Os

¹ Como definido por Castro (2018, s/p) “a política é um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializa em leis e normas de comportamento”

² Enquanto na Ciência Política e Relações Internacionais o espaço por vezes é negligenciado, o espaço e sua materialidade, o “onde?” é base ontológica da Geografia e em especial aos locais onde acontecem os processos políticos.

espaços neutros³, como no caso de Genebra e Viena, tendem a ser exemplificados como um território diplomático adequado para o encontro. E por fim o espaço relacional. A diplomacia se dá por meio de diversas relações de redes (materiais e imateriais) em diferentes escalas que incluem diversos atores: estatais, supranacionais, sociedade civil, não governamental e instituições internacionais. Além disso, torna-se relevante dar importância e analisar o *onde?* a diplomacia acontece. Como veremos na segunda seção, quando Henrikson (2004) apresenta uma tipologia de lugares diplomáticos⁴.

Nos fóruns mundiais, tópicos frequentes são levantados sobre a Amazônia, tais como meio ambiente, recursos hídricos, sociedades tradicionais, biopirataria, desenvolvimento sustentável e capitalismo verde (Yano, 2023). A Amazônia, frequentemente vista apenas como brasileira, pouco é mencionada em relação às outras partes do bioma que se estendem pela Bolívia, Venezuela, Equador, Colômbia e Peru. A questão central que a presente dissertação procura responder é como a Amazônia está inserida na diplomacia mundial e qual o seu lugar nesse cenário.

Qual o significado espacial do fundo de financiamento para a Amazônia destinado à causa socioambiental? O interesse de outros países e do bloco da União Europeia em cooperar com o Fundo Amazônia levanta questões sobre *solidariedade* e poder regional. A hipótese central deste estudo é que a “solidariedade verde” considera a extensão da área do bioma Amazônico em território brasileiro e o seu papel como líder de poder na região: i) a extensão do bioma amazônico é maior no Brasil do que nos demais países; a ii) ideologia política pode desempenhar um papel significativo, como pela relutância de democracias liberais em relação à Venezuela, uma nação com orientação ideológica diferente.

Por fim, para elucidar a discussão, foi estabelecido como recurso conceitual-metodológico, na presente pesquisa, o termo *espaço político*, a fim de encontrar uma dimensão espacial para além dos objetos geográficos. Foi realizado levantamento de dados estatísticos por meio do *Index Diplomacy Global*, plataforma que acompanha a evolução quantitativa das representações diplomáticas desde 2016 para 66 países e unidades territoriais políticas⁵; e nos sítios eletrônicos das embaixadas residentes em Brasília. Os dados irão permitir uma leitura empírica, auxiliando na

³ Entendemos por espaços neutros, cidades que apresentam relevância geopolítica na história diplomática, não sendo espaços de disputas entre países ou grupos territorializados,

⁴ Para o autor, a seleção de um local não é uma questão arbitrária, ao contrário, fatores territoriais, incluindo a história da diplomacia podem contribuir ou restringir para a escolha do local dos acordos.

⁵ Estados que não reconhecidos pela maioria.

verificação de hipóteses e na construção de uma análise sólida e fundamentada sobre impactos das representações diplomáticas no cenário internacional.

A presente dissertação foi organizada em três partes. O primeiro capítulo apresenta conceitos e perspectivas distintas sobre o objeto de estudo, a diplomacia. Abordaremos os diversos trabalhos realizados sobre a diplomacia e *espaço*. Em seguida, apresentaremos uma breve história da geografia política e breves apontamentos da distância da diplomacia com o objeto de estudo. Por fim, será apresentado o conceito de espaço político e suas implicações na prática diplomática contemporânea.

O segundo capítulo procura apresentar as dinâmicas contemporânea das relações diplomáticas. Foi utilizado dados quantitativos para demonstrar as mudanças que os Estados realizam na abertura de suas instituições estatais. O terceiro capítulo procura situar o lugar da Amazônia brasileira na diplomacia. Foram coletados e sistematizados dados do sítio eletrônico do Fundo Amazônia para compreendermos as relações bilaterais e multilaterais que o estado brasileiro estabelece com outros quando a temática ambiental é apresentada. O trabalho busca compreender a importância da diplomacia no mundo contemporâneo, suas transformações e o papel dos atores globais. No presente trabalho, a Amazônia torna-se um ponto focal na diplomacia, pois exemplifica como questões regionais e internacionais podem ter um impacto global, refletindo as complexidades e desafios da diplomacia no século 21.

Destarte, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a dimensão espacial diplomacia a partir do conceito do espaço político, analisando a relação jurídico-político estabelecida pelos estados. Já os objetivos específicos procuram i) identificar os padrões espaciais da diplomacia bilateral, ii) compreender a dimensão espacial da diplomacia, usando como critério a distribuição das representações diplomáticas e consulares e iii) compreender como a Amazônia brasileira está inserida no espaço diplomático, verificando como são estabelecidas as relações bilaterais e multilaterais da região;

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na presente pesquisa, foi utilizado dados do *Global Diplomacy Index*, do Instituto Lowy. O Index Diplomacy Global é uma ferramenta que apresenta dados referente a embaixadas e consulados e suas localizações, destacando as principais redes diplomáticas globais. O índice abrange 66 países ou territórios, países que são membros do G20 e da OCDE. A coleta de dados é realizada por meio de contatos com os governos tendo fontes primárias e secundárias.

A base empírica do índice é composta temporalmente, sendo os anos de 2016, 2017, 2019, 2021 e 2024. Os dados referentes à edição de 2024 foram coletados entre julho e novembro de 2023. Entre os principais procedimentos metodológicos são por meio dos sítios oficiais dos Ministérios das Relações Exteriores dos países analisados, e com suporte dos ministérios, embaixadas e consulados situados próximos do Instituto Lowy.

Embora o *Global Diplomacy Index* tenha ampliado progressivamente sua cobertura ao longo do tempo, na qual incorporou novos países e territórios nos anos de 2017, 2019, 2021 e 2023, esses países e unidades políticas territoriais adicionais, foram excluídas da análise final. A decisão metodológica é justificada pela necessidade de assegurar consistência comparativas e evitar viés de composição, garantindo que as variações observadas nos indicadores reflitam mudanças efetivas nas redes diplomáticas dos Estados analisados, e não alterações decorrentes da modificação da estrutura da amostra. Destarte, a amostra definitiva foi composta por 42 países, presentes desde a coleta de linha de base em 2016, assegurando rigor estatístico e comparabilidade dos resultados obtidos.

Já os dados do capítulo três foram obtidos por meio dos sítios eletrônicos do Fundo Amazônia e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e a sistematização dos dados foram realizadas em planilhas.

Tive sempre uma repugnância quase física pelas coisas secretas — intrigas, diplomacia, sociedades secretas, ocultismo. Sobretudo me incomodaram sempre estas duas últimas coisas — a pretensão, que têm certos homens, de que, por entendimentos com Deuses ou Mestres ou Demiurgos, sabem - lá entre eles, exclusivos todos nós outros — os grandes segredos que são os caboucos do mundo.

Heterônimo - Bernardo Soares. Fernando Pessoa.

CAPÍTULO 1

A GÊNESE DA DIPLOMACIA



RESUMO DO CAPÍTULO: O item de abertura tem como objetivo geral apresentar uma periodização sobre a diplomacia, sua evolução no tempo e no espaço. No subitem pretende-se apresentar conceitualmente o que se entende por Diplomacia. Seguindo para o próximo subitem, apresentaremos uma breve contextualização sobre a história da geografia política/geopolítica e em seguida o conceito chave que irá nortear o trabalho. Por fim, no último subitem, destacaremos alguns trabalhos que apresentaram a dimensão espacial da diplomacia.

3.1 História da Diplomacia

A atividade diplomática remonta desde a antiguidade e não esteve circunscrita no tempo e no espaço, tanto na sua forma jurídica-política quanto sua prática espacial, promovida por reinos, impérios e Estados. Para Rangel (1988) a atividade diplomática é resultado do relacionamento de duas partes, unidades políticas, visando a **sociabilidade**. Procurando identificar se havia surgido atos próprios da diplomacia anterior à institucionalização na península itálica, Rangel (1988) destaca dois textos do historiador Eurípides Simões de Paula⁶ (Bueno et al, 2017). Em ambos, o autor destaca a formação de alianças entre o Ocidente e o Oriente no período do imperador Justino (565-578 d.C.). Os turcos procuraram os bizantinos para estabelecer alianças contra os persas e fazer trocas de embaixadas.

Rangel (1988, p. 90) elenca três características da diplomacia na antiguidade: i) ser ambulante, consistia no envio de negociadores com vistas para acordos comerciais, realização de tratados de paz, litígios e entre outros conflitos; ii) inorganizada, acontecia de modo rudimentar nas nações mais antigas (egípcios, assírios, judeus e persas), alcançando mais sofisticação entre os gregos e posteriormente com os romanos; e iii) estar circunscrita no tempo e no espaço, pois decorria das limitações do meios de comunicação.

Na Mesopotâmia, há o registro do mais antigo tratado do mundo entre Eannatum, Lagash e a cidade de Umma, relacionado à delimitação de fronteiras (Bueno *et al*, 2017). Entretanto, há registros de tratado de paz assinado por volta do ano 1280 a.C., Ramsés II assinou o tratado a qual assegurava ao Egito e aos hititas “uma aliança defensiva e ofensiva e a extradição de refugiados” (Rangel, 1988, p 89). Na Ásia central há registros de tratados e criação de escolas diplomáticas voltadas para o aperfeiçoamento dos representantes para a vida diplomática. A China possuía alto desenvolvimento da prática diplomática, utilizando como instrumento eficiente de diálogo para evitar conflitos e guerras com seus vizinhos. Havia também no Oriente a prática diplomática dos povos islâmicos. Estes contribuíram para o desenvolvimento do direito das gentes e em específico o direito diplomático (Bueno et al, 2017), o da inviolabilidade aos embaixadores.

Segundo o diplomata indiano Rana (2013, p. 4) a instituição do enviado residente remete ao século III a. C. com os registros do estadista e filósofo indiano Kautilya (conhecido como Chanakya). No tratado sobre política denominado *Arthashastra*, Kautilya menciona sobre a troca de enviados. Reinos do sudeste asiático estabeleciam relações e envio de representantes entre

⁶ Ver os dois textos de Eurípides Simões de Paula: Alguns aspectos das relações do Ocidente com o extremo Oriente durante a Antiguidade e a Idade Média. Revista de História. Nº 43, p. 13. 1960; O comércio de Bizâncio com o Extremo Oriente. Revista de Filosofia, Ciência e Letras. P. 63. 1941)]

chineses, gregos, romanos e persas. Na Grécia antiga (VI a. C.), os gregos adotaram as *pólis* como espaço para a escolha de embaixadores, atribuindo aos melhores oradores e advogados o dever de defender os interesses da comunidade nas assembleias em territórios estrangeiros. Ao contrário, os romanos não possuíam destreza para lidar e resolver beligerância por vias diplomáticas. Porém, foi no fim do Império Romano que Roma encontrou necessidade de usar a diplomacia e abrir negociações com outros impérios, ganhando forma de arte política. Destarte, os embaixadores passaram a ser selecionados pelo senado e suas atividades eram de curta duração, tendo que apresentar relatórios ao voltarem do estrangeiro.

Com o declínio do Império Romano, a corte de Bizâncio cria os primeiros organismos governamentais voltados para o exterior. O Império Bizantino enviava e recebia negociadores, utilizava o recurso da diplomacia como o melhor instrumento para enfrentar as ameaças de vizinhos poderosos e para exercer domínio sobre os povos mais fracos. Segundo Rangel (1988), o papa manteve por longo período representantes permanentes, apocisários junto ao Império Bizantino, posteriormente apenas emissários. Ambos possuíam competência religiosas sendo difícil assimilar com diplomacia. Em nível estritamente político e comercial se mantinham os vínculos entre Constantinopla e cidades italianas, sujeitos, aliás, a diferentes graus de intensidade (Rangel, 1988, p. 92). A diplomacia de Veneza constituiu um modelo por funcionar regularmente desde o século XIII. “A principal herdeira da experiência e das tradições bizantinas sobre a diplomacia foi Veneza” (Rangel, 1988, p. 94).

Historiadores de relações internacionais (Cardim, 2004, s/p) atribuem o surgimento e desenvolvimento da diplomacia moderna ao norte da Itália. A Itália no século XV era composta por várias cidades-estados com certo nível de organização e desenvolvimento diferentes entre elas (Cardim, 2004). As principais unidades territoriais poderosas na península eram o ducado de Milão, República de Veneza, a República de Florença, o Estado da Igreja, o Reino de Sicília e Nápoles, além de existir outras pequenas cidades-estado com pouco poderio político. Entre os estados que formavam o mapa político da península itálica, no século XV, foi pensado na criação de uma confederação (*Lega Italica*) a qual foi concebida pelo papa Martinho V, com a finalidade criar em torno da Santa Sé um cinturão de estados tampões para proteger-se de possíveis invasões das coroas Ibéricas, Sacro Império e da França. O fortalecimento do direito, da diplomacia e das instituições italianas contribuíram para influenciar pequenos Estados que dispunham de pouca força militar a usar a diplomacia como ferramenta de barganha para conter as invasões dos impérios e reinos (Espanha, França, Sacro Império) na Europa (Bueno *et al*, 2017).

Outro fator determinante para o surgimento da diplomacia foi a posição geográfica da península itálica, pois estava situada entre a Europa Ocidental, Mediterrâneo e o Oriente, sendo

uma região especial que possuía aptidão para a comunicar o Ocidente com o Império de Bizâncio. Segundo Cardim (2004), no século XV, o cenário diplomático europeu era bem diferente do ambiente italiano. Primeiro, em vez do Estado, eram as casas reais as responsáveis por sua interação no campo da diplomacia, os laços parentescos ditavam as relações exteriores. Até então, a política predominante era a de guerra, posteriormente a diplomacia foi utilizada para sanar conflitos e para resolver os interesses comerciais. Segundo a Coroa não possuía o monopólio da comunicação oficial com outros representantes estrangeiros. Havia a igreja e as casas aristocráticas que eram entidades responsáveis pela comunicação para além das fronteiras dos reinos. Por fim, devido a atividade diplomática ir tomando formas mais complexas, surge a prática negocial e a representação, como no caso do *ambasciatore* que seria o representante do rei, da igreja ou da república.

Outro aspecto a ser destacado, novidade no ambiente político europeu, refere-se ao surgimento das embaixadas permanentes com embaixadores residentes, todavia, menos robustos em outros reinos e países. A primeira missão permanente foi estabelecida por Milão em Gênova, 1455. Já na República de Veneza houve o primeiro sistema organizado de representação, na qual os “creditados”, “embaixadores”, “diplomatas” rodavam as cidades com duração de três anos. O modelo diplomático italiano se difundiu e permaneceu durante muito tempo em boa parte do continente europeu, servindo como parâmetro organizacional diplomático em outros países (Bueno *et al*, 2017). Porém, tal difusão dessa atividade política estatal não aconteceu de forma simultânea e uniforme. A Santa Sé juntamente com os Habsburgos austríacos, implementou o sistema de embaixadas permanentes, ambos os Estados enviavam e recebiam diplomatas.

A Espanha foi a mais próxima do sistema que caracterizava a diplomacia italiana, devido a ação pessoal do rei Fernando de Aragão (1452– 1516) que almejava a luta pelo poder no espaço europeu. Entretanto, a diplomacia era desorganizada e menos robusta de funcionários, não apresentava dispositivo jurídico. Já Portugal, encaminhou um representante para Roma em 1512. Os ingleses com Henrique VIII, estabeleceram as embaixadas permanentes no entorno do seu país, visando ter relações pacíficas com outros Estados fronteiriços. Por fim, a última a desenvolver tardiamente o sistema de embaixadas permanentes foi a França. Os franceses preferiam a negociação direta (reis para reis) ao uso da diplomacia. Apesar de existirem casos isolados de diplomacia pessoal, o que predominava na idade moderna era a representação diplomática com as embaixadas permanentes e os diplomatas como representantes

3.1.1 Breves apontamentos conceituais – O Estado no espaço externo

Apesar de não haver consenso sobre o que se entende pelo conceito de diplomacia, ela tem sido explorada por diferentes sociedades desde a antiguidade clássica. Trata-se de uma atividade política antiga que visava a representação de unidades políticas em outros territórios com a função de resolver conflitos de interesses, político e comercial de modo pacífico. Porém, na história recente dos Estados e da diplomacia tem envolvido outros atores além do Estado.

Definições diversas sobre diplomacia associadas como “arte da negociação”, “atividade praticada por diplomatas” e “a arte ou gerenciamento das resoluções internacionais”, embora apresentem elementos constitutivos da diplomacia, são genéricas, equivocadas e imprecisas. O objetivo desta seção é demonstrar as “confusões” sobre o que se entende pela diplomacia. Para elucidar a discussão, apresentaremos a discussão por meio da obra “A diplomacia pura” do diplomata português Sérgio Magalhães (1996).

Ao recorrermos à história o termo diplomacia temos a origem da palavra *diploum*, verbo grego que quer dizer dobrar dando origem ao vocábulo *diploma*. Na Roma antiga era significado de passaporte ou títulos de circulação (Rangel, 1998). A função da diplomacia estava relacionada em “promover os interesses de um determinado Estado, mormente no que diz respeito à busca de negociações econômicas, obtenção de informações, promoção de interesses culturais, além da proteção dos nacionais em outro Estado” (BUENO *et al*, 2017).

No livreto “O que é diplomacia” (1989), Sérgio Bath afirma que o termo diplomacia possui vários sentidos, da qual pode significar: *tato*, com referência especial à negociação, “ele tratou do assunto com muita diplomacia”; *política externa*, “naquele episódio, a diplomacia francesa foi incisiva; *por extensão*, o órgão incumbido de executar a política exterior, “o secretário geral do Itamaraty é o mais alto funcionário da diplomacia brasileira e de modo geral a *prática do relacionamento oficial entre os Estados*, mediante agentes autorizados (BATH, 1989, p. 13). O diplomata brasileiro, portanto, define a diplomacia como:

Gestão das relações internacionais por negociações; o método pelo qual essas relações são ajustadas e geridas pelos embaixadores e enviados; a função ou arte do diplomata. [...] meio pelo qual os governos buscam atingir seus objetivos e obter apoio a seus princípios. É o processo político mediante o qual as posições de política externa de um governo são inicialmente sustentadas e logo orientadas para o objetivo de influenciar as posições políticas e a conduta de outros governos (BATH, 1989, p. 13).

Como já mencionado no parágrafo anterior, Bath (1989) afirma que a diplomacia é uma palavra *polissêmica*, porém uma primeira noção, seja até mesmo leiga, a diplomacia remete como um *meio* de diálogo pacífico sem o uso da força para a resolução de conflitos de interesses diversos.

Porém a primeira constatação envolve o equívoco que para muitos a diplomacia é política externa, sendo sinônimos ou a mesma coisa. Além disso de ser um termo frequentemente presente nos noticiários e politólogos, Magalhães (1996) destaca que o jornal francês *Le Monde*, na seção intitulada *Diplomatie*, refere-se ao acontecimento de várias políticas externas, ou seja, trata-se sobre política internacional. Porém, antes de apresentar uma definição geral que iremos defender, vale a pena fazer o registro do que foi encontrado conceitualmente.

No "Dicionário de Política" organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), a diplomacia é definida por Ostellino (p. 349, 2010) como a condução das relações internacionais por meio de negociações, conforme a célebre definição do *Oxford English Dictionary*. A diplomacia se refere ao método de conduzir negociações, e não ao conteúdo dessas negociações, que se transformou ao longo dos séculos, termo usado pela primeira vez por Edmund Burke em 1796 e deriva de "diploma", que originalmente designava documentos legais e públicos.

Sobre uma outra acepção referente a atividade diplomática, Cardim (2004) pontua a diplomacia como:

Ramo da administração pública, como uma atividade exclusiva da instituição estatal de cada país, sendo assegurada por funcionários públicos naturais do país que representam, atuando em nome do Estado a cujo serviço se encontram, e agindo em prol dos interesses da população que está sob essa entidade estatal. Além disso, a atividade diplomática é regulada por princípios e por normas que pertencem a um ramo específico do Direito Público, o Direito Internacional Público, o corpus normativo que disciplina a interação entre Estados soberanos (CARDIM, 2004).

Sobre a diplomacia na modernidade, Taylor (1994, p. 91) afirma que a diplomacia surgiu quando os governos passaram a enviar representantes permanentes para as capitais de Estados estrangeiros. As instituições estatais se ocuparam da política doméstica e externa não evoluíram ao mesmo tempo, as instituições voltadas para o Estado territorial precederam as instituições voltadas para o exterior 300 anos antes. Ao procurar responder como surgiu as mesmas, o autor responde que a concepção de assuntos exteriores carecia de significado político na época, ficando restrito apenas aos assuntos de matrimônios dinásticos familiares e guerras. Os primeiros Estados a criarem secretarias voltadas para as relações exteriores foram França, Espanha e Inglaterra.

No célebre livro "Paz e Guerra entre as Nações" Raymond Aron (2002) comenta que

Cada Estado se relaciona com os outros; enquanto os Estados permanecem em paz, precisam viver em conjunto. Em vez de recorrer à violência, procuram, então, convencer-se mutuamente. Quando entram em guerra, buscam impor-se uns aos outros. Neste sentido, a diplomacia pode ser definida como a arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo

mais direto. Mas impor-se é também um modo de convencer (ARON, 2002, p. 73).

Segundo Magalhães (1996), Aron ao considerar a diplomacia como um instrumento pacífico da política externa, obedece a uma tendência generalizada para identificar diplomacia com negociação. Em resumo, o francês emprega a mesma palavra para exprimir conceitos e processos distintos. A diplomacia é um instrumento pacífico dentre muitos usado pelo Estado. A negociação, apesar de fazer parte da diplomacia, não cobre toda a sua dimensão. Um outro equívoco apontado por Magalhães (1996, p. 16) refere-se quando o sociólogo francês emprega a palavra diplomacia no sentido de política externa ao afirmar “detestável ou admirável, funesta ou preciosa, a diplomacia do equilíbrio não resulta de uma escolha deliberada dos homens de Estado, ela resulta das circunstâncias” (*apud* MAGALHÃES, 1996, p.17).

Em uma outra obra, “A sociedade Anárquica - um estudo da ordem na política mundial”, o cientista político Hedley Bull (2002, p 187) elenca três acepções diferentes sobre diplomacia. A primeira como “gestão conduzida por diplomatas profissionais”, definição usada por Sir Harold Nicolson ao afirmar a diplomacia como “condução das relações internacionais por meio da negociação; o método pelo qual essas relações são ajustadas por embaixadores e enviados; a atividade ou arte do diplomata” (*apud* BULL, 2002, p. 187). A segunda como “a condução das relações entre os estados na forma ‘diplomática’ no sentido usual do termo, isto é, sensível e sutil”

Exemplifica este significado a primeira parte da célebre definição de Sir Ernest Satow: “Diplomacia é a aplicação da inteligência e do tato à conduta das relações entre os governos de estados independentes, estendendo-se também, por vezes, às relações com os estados vassalos; ou, mais sucintamente, à condução dos negócios entre os estados por meios pacíficos. Naturalmente, isto é o que Satow pensa que a diplomacia deva ser, e não o que ela é de fato: os diplomatas podem não ser inteligentes e não ter tato, e nem por isso deixam de ser diplomatas (BULL, 2002, p. 188).

E a terceira sendo a “gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (BULL, 2002, p. 187) pelo qual o autor prefere. Pois para ele, a seguinte definição abarca as relações na política mundial uma vez que é praticada por pessoas autorizadas e reconhecidas oficialmente em nome de determinado Estado.

Ao comentar sobre as razões da imprecisão conceitual, Magalhães (1996, p 50) apresenta duas ordens. Primeiro, o recente e incipiente desenvolvimento da teoria das relações internacionais limita a clareza conceitual e a distinção entre esses termos. Segundo, os trabalhos teóricos sobre diplomacia são raros e pouco desenvolvidos, o que impediu o surgimento de uma obra ou de um pesquisador que tenha analisado profundamente o conceito de diplomacia. Essas lacunas teóricas

contribuem para a confusão e a imprecisão no entendimento e na aplicação desses conceitos (Magalhães, 1996).

3.1.1.1 Política externa e seus instrumentos

Na definição dada pelo diplomata português Magalhães (1996), a política externa, em essência, se contrapõe à política doméstica, pois refere-se às atividades que um Estado exerce no espaço externo, ou seja, além de suas fronteiras. O termo "política externa" é utilizado para designar o setor de atuação do Estado que visa alcançar resultados específicos em relação a outro Estado ou grupo de Estados. Nesse sentido, a política externa é definida como o conjunto de ações de um Estado direcionadas ao espaço externo. Ela constitui um aspecto da política internacional, que, por sua vez, envolve a interação entre diferentes Estados. Em outras palavras, a política internacional pode ser entendida como o resultado das diversas políticas externas nacionais, cada uma refletindo os interesses e objetivos de seu respectivo Estado. Apesar do avanço teórico nas relações internacionais entre os americanos após a Segunda Guerra Mundial, o estudo da política externa permaneceu rudimentar, fragmentado e, por vezes, inconclusivo (Magalhães, 1996, p. 93). Para o autor, a confusão entre política externa e diplomacia foram frequentemente empregados sem o devido rigor teórico. Essa confusão é tão difundida que até mesmo entre especialistas da área ela se mantém, criando desafios para a compreensão e aplicação adequada desses conceitos nas relações internacionais.

Na execução de uma política externa, os Estados empregam instrumentos e técnicas que podem ser classificados como pacíficos ou violentos. Os meios pacíficos buscam *convencer* o Estado a adotar determinada política, enquanto os meios violentos têm o intuito de *constranger* ou forçar esse Estado a aceitar as demandas impostas. Cabe pontuar aqui que a persuasão não teria espaço. Se fosse atribuído diplomacia persuasiva ou coercitiva, o ideal seria falar de política coercitiva ao invés de diplomacia (Magalhães, 1996)

O contato internacional representa o ato inicial da política externa e visa alcançar objetivos específicos, como o estabelecimento de relações de boa vizinhança, alianças políticas, militares ou comerciais. Dentro dos instrumentos pacíficos, é importante distinguir os meios plurilaterais, que envolvem a cooperação entre vários Estados, e os meios unilaterais, onde um único Estado age de forma independente. Os instrumentos plurilaterais podem ser divididos em três tipos principais de negociação: a) *negociação direta*, realizada pelos próprios líderes políticos dos Estados envolvidos, que negociam diretamente entre si; b) *diplomacia*, conduzida por representantes oficiais do Estado, conhecidos como agentes diplomáticos, que são designados pelos órgãos de soberania, mas não detêm poder político próprio, por fim c) *mediação*, onde um terceiro Estado, por meio de seus

representantes ou líderes políticos, atua como intermediário para facilitar a negociação entre os Estados em conflito.

Já sobre os contatos unilaterais de natureza pacífica, voltados para a política externa, incluem diversas estratégias destinadas a influenciar outro Estado de maneira não coercitiva. Entre esses métodos, destacam-se a *propaganda*, que envolve a disseminação de ideias e informações favoráveis à política externa de um país, com o objetivo de influenciar a opinião pública e criar uma percepção positiva entre a população de outro país; a *espionagem* (ou inteligência), realizada por meio de agentes secretos. Esta prática visa a obtenção de informações confidenciais sobre o outro Estado, utilizando métodos não totalmente legítimos ou ocultos; a *intervenção econômica*, da qual refere-se às ações de um Estado para influenciar a economia de outro, empregando diversos instrumentos econômicos como investimentos, ajuda financeira, ou sanções. E a *intervenção política* que pode ocorrer de forma implícita ou explícita, e envolve a influência direta ou indireta de um Estado nos assuntos políticos de outro, através de apoio a certos grupos, partidos ou políticas.

Já os meios violentos na execução da política externa são aqueles que implicam o uso da força por um Estado para impor sua vontade a outro. Esses instrumentos, incluem diversas formas de coerção. A *dissuasão* é o método pelo qual um Estado utiliza o poderio militar para influenciar outro, impedindo-o de adotar determinadas ações ou atitudes. A capacidade de dissuadir é baseada na demonstração de força e na ameaça de retaliação, visando evitar que o outro Estado tome iniciativas indesejadas. O segundo é a *ameaça*, que envolve o uso da força como um meio de coação, onde um Estado emprega a ameaça de ações militares ou outras formas de pressão para forçar outro Estado a se comportar de acordo com suas exigências. O terceiro é a “*guerra*” *econômica*, forma de coerção que envolve a aplicação de sanções econômicas contra um Estado, com o objetivo de prejudicar sua economia e forçá-lo a alterar seu comportamento. Em casos extremos, a guerra econômica pode incluir bloqueios que exigem a utilização de meios militares para serem efetivos. O quarto, refere-se a *pressão militar*. Destina-se ao uso de forças militares de maneira ofensiva, como a mobilização de tropas e a realização de manobras militares, para influenciar as decisões de outro Estado sem realizar um ataque direto. Por fim a *guerra*, recurso extremo de violência, onde um Estado lança um ataque militar direto contra o território de outro Estado, envolve o uso de forças armadas para conquistar, destruir ou submeter o adversário. Esses meios violentos são utilizados para exercer pressão, forçar conformidade ou resolver conflitos de interesse entre Estados, frequentemente com consequências significativas para as relações internacionais e a segurança global.

Essa perspectiva da diplomacia como uma dimensão e instrumento de política externa foi defendida em outros países. Na França, Badel *et al* (2014) pontua que a diplomacia passou “durante

muito tempo sujeita a um prisma realista muito forte e que reduziu a diplomacia à dimensão de um instrumento de política externa” (BADEL *et al*, 2014, s/p).

Nas escolas de pensamento das Relações Internacionais não existe nenhuma preocupação teórica sobre a diplomacia (Magalhães, 1996, p. 80; Badel *et al*, 2014, s/p). Tanto é que nos *magnum opus* da própria disciplina⁷, apesar de reservarem um capítulo para a diplomacia, apenas mencionam a importância da diplomacia para o Estado. A diplomacia não foi objeto de teorização particular por parte dos realistas; é, também para eles, uma ferramenta ao serviço da política externa, uma técnica de regulação do cenário internacional.

3.1.1.2 A diversidade das definições da diplomacia

Como vimos na seção anterior, o conceito de diplomacia apresenta uma vasta quantidade de definições, muitas das quais são imprecisas, incompletas ou errôneas. Essa variedade de interpretações reflete a complexidade do campo e a dificuldade de estabelecer uma definição que abarque elementos universais. Magalhães (1996) agrupou em quatro eixos principais, essa diversidade conceitual, sendo o primeiro deles a confusão entre diplomacia e política externa.

Entre as definições que identificam diplomacia com política externa, Magalhães (1996) cita as definições de Kaplan e Morgenthau. O primeiro considera a diplomacia como a "formulação de uma estratégia visando a consecução dos interesses nacionais no campo internacional, bem como a execução dessa estratégia pelos diplomatas" (*apud* Magalhães, 1996, p. 77). Já o segundo define a diplomacia como a "formação e execução da política externa". Na visão de Magalhães, Morgenthau não estabelece uma distinção clara entre diplomacia e política externa, indicando uma confusão entre os dois conceitos que, levando a um entendimento inadequado da diplomacia. Essas definições mostram uma tendência comum de confundir diplomacia com política externa, visto que a primeira é um dentre muitos instrumentos da própria.

O segundo diz respeito às definições que identificam a diplomacia como um instrumento ou técnica da política externa. Mais uma vez Magalhães (1996) toma como exemplo a definição dada por Chazelle e por um dicionário diplomático soviético de 1948. Chazelle afirma que “o termo diplomacia significa o conjunto dos meios e atividades específicas que um Estado consagra ao serviço da sua política externa” (*apud* Magalhães, 1996, p. 77). Para Chazelle, a diplomacia é entendida como uma categoria que abrange os métodos e atividades direcionados à implementação das estratégias de política externa de um Estado. Já o dicionário diplomático soviético de 1948

⁷ A exemplo “A política entre as nações” de Hans Morgenthau (2003) e outras duas obras bastante conhecidas “Paz e guerra entre as nações” de Raymond Aron” e “A sociedade anárquica” de Hedley Bull.

define a diplomacia como um “instrumento técnico para a realização da política externa”. Esta definição vê a diplomacia exclusivamente como uma ferramenta técnica dentro do arsenal mais amplo da política externa de um Estado. Essas definições são parcialmente adequadas, pois, embora concordem que a diplomacia é um instrumento da política externa, elas não reconhecem que outros instrumentos também desempenham papéis cruciais na execução da política externa. A diplomacia, portanto, é um dos vários meios que um Estado pode utilizar para alcançar seus objetivos internacionais, mas não é o único recurso disponível (MAGALHÃES, 1996, p. 77).

Citando três autores, Magalhães (1996) indica o terceiro eixo das definições que associam diplomacia com negociação internacional. Callières define a atividade diplomática como uma forma de “negociação”. Charles de Martens descreve a diplomacia como uma “ciência ou arte das negociações”. De Martens vê a diplomacia como um campo especializado na prática da negociação, sugerindo que a habilidade de negociar é central para a atividade diplomática. Satow define a diplomacia como “a conclusão dos negócios entre Estados por meios pacíficos”. Na visão de Magalhães (1996, p.78), esses autores definem a diplomacia como uma arte da negociação. Embora a negociação seja uma parte crucial da atividade diplomática, envolvendo a preparação, discussão e conclusão de acordos entre Estados, não cobre toda a extensão da diplomacia. A coleta e transmissão de informações sobre o Estado onde o diplomata está alocado, por exemplo, são tarefas igualmente importantes que não se enquadram exclusivamente no âmbito da negociação. Assim, a diplomacia engloba um conjunto mais amplo de atividades além das negociações formais.

Por fim, a diplomacia como atividade exercida pelos diplomatas. O dicionário Oxford define diplomacia como a “atividade ou arte do diplomata” (*apud* Magalhães, 1996, p. 81). Essa definição enfatiza que a diplomacia é uma prática associada diretamente ao trabalho dos diplomatas, sem detalhar a natureza específica das atividades envolvidas. Em outra definição de Kaplan, o autor aborda que a diplomacia consiste na “execução pelos diplomatas da estratégia que visa à consecução dos interesses nacionais no campo internacional”. Kaplan equaciona a diplomacia com a política externa executada pelos diplomatas, indicando que a atividade diplomática é essencialmente a implementação das estratégias nacionais por meio dos diplomatas. Magalhães (1996, p. 80) tece críticas a essa definição por terem um teor tautológico, semelhante à definição de “medicina” como a arte praticada pelos médicos. Embora essas definições sejam explícitas e corretas no contexto do papel dos diplomatas, elas não fornecem uma compreensão profunda da essência da diplomacia

Em algumas obras, artigos e entre outras pesquisas já publicadas na ciência política e na história, encontramos uma vasta produção sobre estudos relacionados à diplomacia. No livro *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, há uma coletânea de especialistas de várias partes do mundo com trabalhos temáticos que tangenciam a diplomacia. Falam e conceituam várias diplomacias:

diplomacia da saúde, diplomacia presidencial, diplomacia econômica, paradiplomacia, diplomacia comercial, diplomacia ambiental, diplomacia militar, diplomacia digital, diplomacia cultural entre outras⁸.

Para Magalhães (1996, p. 90) a diplomacia é definida como um instrumento da política externa, essencial para o estabelecimento e desenvolvimento de contatos pacíficos entre governos de diferentes Estados. Essa definição ressalta que a diplomacia é utilizada para facilitar a comunicação e a negociação, empregando intermediários que são mutuamente reconhecidos pelas partes envolvidas. Os intermediários são os agentes diplomáticos, cuja função é mediar e gerenciar as interações entre Estados. Magalhães (1996) usa o termo "diplomacia pura" para diferenciar de outras acepções que frequentemente incluem elementos que não se relacionam diretamente com a prática diplomática propriamente dita.

3.2 Geografia Política, perto da guerra e longe da paz?

O presente objetivo da seção procura abordar brevemente a instituição da política na geografia. E ao responder o título da seção, afirmamos primeiro que todo e qualquer fenômeno político que articule política e espaço tende a ser um objeto de conhecimento da Geografia Política (Castro, 2022, p. 1).

Apesar do termo geografia política ter aparecido antes da instituição da Geografia moderna (acadêmica), Vesentini (2010) comenta que existe consenso, entre os estudiosos da geografia política, que essa modalidade da ciência geográfica teria sido iniciada por Friedrich Ratzel com a sua obra *Politische Geographie*, editada em 1897 (Vesentini, 2010, p.127). Para Lacoste a geopolítica, que nada tem de diferença com a geografia política, tenha surgido com Heródoto, século V a. C. Para outros geógrafos ingleses, Kasperson e Vinghi os primeiros escritos sobre geografia política apareceram com Aristóteles século IV a.C. Para outro geógrafo, Jean Gottmann, os fundamentos da geografia política surgiram com Montesquieu na obra “O espírito das Leis”, editada no século XVIII. Por fim, para a geógrafa Iná Elias de Castro (2005, p.19) a geografia política aparece com o francês Turgot em 1750 na obra *Teoria de Geografia Política*. Mas os autores citados, afirmam que teria sido com Ratzel que a política na geografia ganha uma nova abordagem. Porém, Vesentini (2010) pontua que os autores não fizeram questão de esboçar diferença entre geografia política, filosofia política e ciência política, desde que fizessem menção ao espaço ou território.

⁸ Não pretendemos neste momento discutir o amplo campo temático da diplomacia que é apontada no livro. Para quem estiver interessado fica a sugestão: COOPER, Andrew; HEINE, Jorge; THAKUS, Ramesh. *Handbook of Modern Diplomacy*. Editora Oxford Print. 2013

Diferente do termo geografia política, a geopolítica, tal como a temática ambiental, estudada sob diversas abordagens e correntes de forma interdisciplinar, a problemática geopolítica não se identifica como uma única disciplina, porém como campo de estudos (Vesentini, 2016, p. 11). Diferente de Ratzel e de sua obra, o uso da terminologia *geopolítica* aparece com o jurista sueco Rudolf Kjellén em 1905 no ensaio intitulado “As grandes potências”. Onze anos depois, o sueco reafirma as bases da disciplina no livro “*O Estado como forma de vida*”, em 1916. De acordo com Vesentini (2016, p. 16) por se tratar de um objeto semelhante ao da geografia política, sistematizada por Ratzel em 1897, Kjellén procurou estabelecer diferenças entre as duas formas de conhecimento. Em distinção da geografia política que procurava relacionar e enfatizar homem-natureza, a proposta do sueco para a geopolítica seria por meio da perspectiva do Estado perante a dimensão espacial da sua atuação.

Entretanto para Vesentini (2016) os grandes nomes dessa disciplina criada por Kjellén não eram em maioria geógrafos, e sim estrategistas militares. Os principais pensadores geopolíticos clássicos incluem uma lista notável de militares e intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento da geopolítica. Entre os pioneiros, destacam-se Halford Mackinder, Nicholas Spykman e Alfred Mahan, cujas teorias estratégicas influenciaram profundamente as políticas de segurança e defesa global. Pouco antes da Segunda Guerra, Karl Haushofer, atuando no Instituto de Geografia de Munique e editando a revista de geopolítica, foi um dos principais expoentes do pensamento geopolítico totalitário expansionista durante o período entre guerras (Costa, 2010). No mesmo período, o Centro de Geopolítica da Universidade de Trieste, sob o regime fascista de Mussolini, também se destacou como um núcleo importante de estudos geopolíticos. No continente sul-americano, figuras militares como o argentino A. B. Rattenbach, o chileno General A. Pinochet, e os brasileiros E. Backheuser, Meira Mattos, Mário Travassos e Golbery do Couto e Silva deixaram suas marcas no campo. Ao contrário do banimento da geopolítica em solo europeu, no Brasil, embora a geopolítica não tenha deixado de ser produzida (Vesentini, 2016, p. 25.), houve um deslocamento significativo dos estudos acadêmicos para os centros militares. Contudo, nem todos os geopolíticos brasileiros estavam ligados ao militarismo, há exceções, como Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro que contribuíram para a geopolítica fora do contexto militar. Mas nem tudo são sobre militares no mundo da geopolítica. Apesar do geógrafo Michel Foucher ser diplomata, este francês nunca se preocupou com a dimensão espacial da diplomacia, ao contrário, sua “obsessão” geográfica era outra.

A partir da década de 1970 a geopolítica ressurgiu, porém, renovada com teorias a respeito do embate entre capitalismo e socialismo, da guerra fria (Vesentini, 2016, p. 25). Tanto na Geografia Política como na Geopolítica, foi desenvolvido abordagens distintas daquelas que a

“estigmatizaram” no início. Desta forma temos dois eixos de correntes distintas e métodos diferente: Geografia Política e Geopolítica clássicas – o Estado enquanto um organismo vivo; a perspectiva estratégica do Estado e sua dimensão espacial – como já apontado anteriormente e a outra pensada pela corrente crítica, tendo a inserção das correntes de pensamento marxista; o poder diluído nas relações sociais; a superação do “ator” sistema-mundo. Esta última foi ampliada em boa parte nas ciências humanas, contudo, críticos (Vesentini, 2016; Azevedo, 2016; Castro, 2022) apontam que a abordagem de viés crítico reduziu a política e as disputas pelo viés economicista-econômico.

No campo da geopolítica, posterior ao marco da obra de Lacoste, a corrente crítica deixou contribuições consideradas problemáticas, formando uma escola de fiéis e críticos. Para os defensores dessa corrente, a geografia política do mundo (pós Guerra Fria) estaria sendo regida pela ideia de um "sistema global" ou sistema-mundo, um tipo de ator relevante superior aos Estados nacionais e associações (blocos de países) internacionais. Segundo Vesentini (2016), a ideia do sistema-mundo é a crença em um Estado-nação em processo de enfraquecimento, o qual deixou de ser o ator principal do espaço mundial. A tese do pensamento do sistema-mundo diz respeito ao fato de que o próprio sistema-mundo é a base do capitalismo, isto é, consiste em uma economia capitalista mundializada (Vesentini, p. 38, 2016). O pensador dessa corrente teórica, o estadunidense Immanuel Wallerstein, historiador e economista, construiu os pilares desse pensamento inspirado no marxismo e pela escola francesa dos *Annales*. Para Vesentini, a compreensão dessa escola de pensamento defendia que seria a economia, e não a geopolítica, que dinamizaria o sistema-mundo.

Vesentini (2016), tecendo críticas ao sistema-mundo, afirma que

Wallerstein e vários outros pensadores com esse traço em comum são uma espécie de "geopolíticos às avessas", que não estão preocupados com quem vai dominar o espaço mundial no século XXI, e muito menos com as condições para o seu Estado manter ou reforçar a sua hegemonia no âmbito global, mas sim com a necessidade de implodir o sistema, de encontrar alternativas à economia-mundo. Ele seria então um dos representantes daquilo que alguns geógrafos denominam anti geopolítica (Vesentini, 2016, p. 40).

Na geografia (política), essa corrente de pensamento foi difundida pelo geógrafo inglês Peter Taylor. O inglês estabeleceu uma abordagem para além da perspectiva estatal na geografia política, utilizando o sistema-mundo como ferramenta teórica de superação daquela perspectiva clássica e conservadora da geopolítica e geografia política clássica. Para os adeptos da corrente de pensamento crítica e que visavam romper com a concepção tradicional, o Estado deixava de ser o ator político privilegiado (e praticamente exclusivo).

Embora o uso de teorias promovidas pela corrente crítica na geografia trouxesse novas abordagens sobre as relações de poder e o papel do Estado no espaço mundial das dinâmicas econômicas e sociais, essa abordagem não integrou e não deu importância para as instituições estatais voltadas para o espaço externo, a diplomacia, como um componente central de estudo. A preocupação ficou restrita apenas aos cientistas políticos.

Ao citar essa ausência de estudos diplomáticos entre geógrafos e a nível de observação, fizemos uma busca na clássica revista de geografia política e geopolítica, *Herodote*, desde a sua primeira publicação no ano de 1979 até 2024. Encontramos cerca de 192 dossiês temáticos diversos. Encontramos geopolítica das olimpíadas, política eleitoral, geopolítica dos recursos naturais, geopolítica de uma pandemia e outros. Falam de saúde, de *datashere*, conflitos territoriais, menos de diplomacia. Entretanto, encontramos um único texto na revista *Political Geography* de uma historiadora japonesa que chama a atenção de geógrafos e cientistas políticos a considerarem os locais diplomáticos como fonte de investigação.

Lembrando da discussão feita anteriormente, o fato de a geografia política e geopolítica terem sido instrumentalizadas por geógrafos e militares, ambas usada para projetos nacionais totalitários, tornar-se perceptível observar a dificuldade (para quem era e é da geografia) de pensar numa geopolítica da “paz” (cooperação, diplomacia) ou nas instituições dos Estados, pois, quando uma parcela de geógrafos não estavam preocupados em “implodir” o sistema-mundo⁹, o capitalismo, a outra parcela de geógrafos estavam mais próximos dos militares do que dos diplomatas. Porém, com exceção do geógrafo Jean Gottmann, onde esteve presente e desenvolveu trabalhos na Organização das Nações Unidas. Em uma palestra proferida em março de 1950 e publicada na revista *Royal Scottish Geographical Society*¹⁰, Gottmann chama atenção para a ausência de geógrafos na recente criada ONU. Ao encontrar as inúmeras demandas da instituição, o geógrafo comenta sobre as possíveis frentes pelas quais um geógrafo poderia trabalhar, sendo por meio de mapeamento de dados demográficos, epidemiológicos, conservação de recursos naturais e entre outros. Entretanto, Gottmann sugere que esse papel do geógrafo deveria ser deixado de lado e focar em outros problemas amplos e permanentes como a partição do mundo, dos sistemas de organização espacial, ou para regiões e fatores do regionalismo para o planejamento regional.

Diante o exposto, podemos afirmar que a distância entre geografia e diplomacia pode ser compreendida por três razões. Primeiro, refere-se ao banimento da Geopolítica e da Geografia

⁹ Vesentini, 2016, p. 40;

¹⁰ Ver: Gottmann, J. *Geography and United Nations*. Vol. 66, nº 3-4, dez, 1950.

Política na Europa após a Segunda Guerra Mundial. A geopolítica, amplamente utilizada pelos regimes totalitários, especialmente na Alemanha nazista, foi desacreditada e considerada responsável por promover políticas expansionistas e imperialistas. Como resultado, houve uma rejeição generalizada dessa disciplina nos círculos acadêmicos, levando ao afastamento da geografia nas discussões políticas. A geografia política e suas teses centradas na razão de Estado como potência e dominação foi marginalizada, sem ter deixado de existir (Castro, 2021, p. 2).

Segundo, após a Primeira Guerra Mundial, a diplomacia ganhou relevância com a institucionalização da disciplina de Relações Internacionais no mundo anglófono, centradas em duas principais escolas: a inglesa e a estadunidense (Jatobá *et al*, 2012, p.8; Badel, 2019 s/p). A consolidação dessa nova disciplina acabou reivindicando para si o Estado como objeto central de sua investigação que até então permanecia dentro do campo da geografia política. Por fim, com o “ressurgimento” da Geografia Política e Geopolítica por meio da obra de Yves Lacoste, “A Geografia - Isso serve também para fazer a guerra”, as novas abordagens não tinham o Estado como centro de suas análises. Para Oliveira (2019) o “ressurgimento” da geografia política, livre do pecado original da geopolítica, possibilitou uma reflexão geográfica não mais centrada no Estado, porém, voltada para o cidadão.

Aqui, concordamos com Castro (2021) quando a geógrafa comenta sobre a corrente crítica:

[...] foi importante para trazer novos temas e debates a partir da década de 1970 do século XX, sofreu as consequências do seu sucesso e transmutou-se, em muitos casos, numa vulgata simplista que nada explica e nada ensina porque nada pesquisa, uma vez que as respostas já estão prontas. O problema não está na matriz marxista, mas na ideia de que ela detém todas as respostas (CASTRO, 2021, p.2).

Quanto ao tema, diplomacia, no Brasil, pode-se afirmar que o desenvolvimento com a geografia brasileira também foi distanciado. A rigor, a diplomacia, área da ciência política e no Brasil concentrada nas Relações Internacionais, esteve centrada na escola de formação de diplomatas, no Instituto Rio Branco. Esse dado aponta a difícil construção de uma ponte entre ambas as disciplinas – Relações Internacionais com a Geografia Política brasileira.

Visto os enlaces e a construção da geografia política do passado, observamos em uma nova obra publicada a renovação de temas, a permanência de alguns. O recente livro publicado, “Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática”, organizado por Azevedo e Nogueira (2023), segundo os próprios, teve como objetivo preencher lacunas e renovar temas e abordagens da disciplina ao analisar o espaço como produto e condicionante do poder político, enfatizando a dimensão espacial. A obra conta com a participação de trinta e dois autores de diversas nacionalidades e apresenta temas geopolíticos nas mais diversas escalas. O livro foi organizado em

três partes principais. A primeira, denominada "Base Conceitual", abrange temas e discussões sobre a revalorização do Estado na geografia, os conceitos de nacionalismo, fronteiras e regionalização. Já a segunda parte, denominada "Diversidade Temática", explora democracia e eleições, perspectiva histórica dos conceitos geopolíticos, geopolítica ambiental, políticas públicas, circulação e infraestrutura, gestão territorial e o ensino de geografia política. Por fim, a última parte do livro denominada "*Hot Spots*", foca nas relações geopolíticas, examinando as dinâmicas interestatais em regiões como Ásia, Antártica, Europa, África e América Latina.

Há três nítidos espectros na obra que iremos pontuar. O primeiro é sobre a permanência em temas clássicos, como fronteiras, circulação, regionalização e planejamento territorial, ressaltando sua continuidade e relevância. O segundo, trata dos problemas e conflitos geopolíticos dispersos pelo globo, oferecendo uma análise das áreas de tensão e disputa que influenciam as relações internacionais. O último ponto e, levando em consideração a ideia dos organizadores em renovar temas políticos para a geografia ao citarem a temática ambiental, nacionalismo e democracia que estão na “ordem do dia” e, se a diplomacia é um elemento vital para os Estados e está presente constantemente no dia a dia, em jornais, na pauta dos políticos, não encontramos alguma menção sobre a mesma no livro.

Entretanto, por se tratar de uma obra atual que joga luz em novos temas na geografia brasileira e que reúne diversos especialistas, destaco que a diplomacia sempre esteve e estará na ordem do dia do Estado enquanto existirem territórios, embaixadas, povos, conflitos territoriais e trocas comerciais entre Estados. Apesar de ter sido um campo que no passado foi esquecido pelos geógrafos, enfatizo que a diplomacia é componente vital para a análise geopolítica e a compreensão das relações internacionais contemporâneas que estão a modificar as relações de poder no espaço mundial.

3.2.1 Como o espaço aparece na Diplomacia?

A fim de tentar compreender como a diplomacia foi estudada do ponto de vista espacial, a presente seção procura apresentar trabalhos que relacionaram a diplomacia e o espaço. Identificamos duas correntes metodológicas que relacionaram ou destacaram o espaço nos estudos sobre diplomacia. A primeira corrente de trabalhos que apareceu na ciência política predominantemente com um viés quantitativo, da qual usaram métodos estatísticos (regressão linear, fatores de interação) para indicar as trocas e relações diplomáticas. Diferente do primeiro, o segundo bloco de trabalhos da qual encontramos procurou debater os critérios e fenômenos locais das interações dos Estados por via diplomática. Nos dois grupos foi possível identificar uma interlocução, ora os geógrafos com métodos estatísticos, ora cientista políticos optando por

fazer estudos sistemáticos sobre os locais. Nos parágrafos seguintes iremos apresentar a contribuição dos trabalhos.

O estudo das relações diplomáticas tem uma longa história na ciência política (Brams, 1966; Russett *et al.*, 1969;). No que se refere aos primeiros estudos que vinculam espaço e diplomacia, Laporte (2016) indica o trabalho “*Patterns of Representation in National Capitals and Intergovernmental Organizations*” de Alger e Brams (1967) como o primeiro a considerar a espacialidade da diplomacia¹¹. A pesquisa dos cientistas políticos tinha por objetivo compreender/responder o intercâmbio diplomáticos, a distribuição e localização de diplomatas de 119 países; o número que as capitais dos Estados recebem as diferenças entre os números, a troca e tamanho das missões diplomáticas de cada país. Apesar de Laporte (2016) apontar que foi um dos primeiros estudos espaciais sobre a diplomacia estatal, pouca ou nenhuma referência conceitual de espaço foi encontrada com Alger e Brams. Ao contrário, o estudo privilegia os fixos da diplomacia dos países e a interação diplomática dos países por meio da troca de diplomatas e embaixadas. Já um outro trabalho interessante é o de Newnham (2000) “*Embassies for Sale: The Purchase of Diplomatic Recognition by West Germany, Taiwan and South Korea*”¹² aborda a utilização de compra de reconhecimento diplomático. A Alemanha Ocidental usou essa estratégia para sustentar a Doutrina Hallstein, que visava impedir o reconhecimento diplomático por outros países da Alemanha Oriental. Assim também seguiu a Coreia do Sul e Taiwan ao persuadir outros Estados a reconhecê-los em vez de seus rivais, Coreia do Norte e China. Em resumo, a consolidação final de um Estado passa pelo reconhecimento de outros, logo, a diplomacia é o instrumento fundamental dos Estados.

Apesar de ambos os campos, Geografia e Diplomacia, terem o Estado e as relações de poder no espaço como discussão central, encontramos poucos registros na Geografia voltados para o estudo do fenômeno da diplomacia e de suas instituições (Neumayer, 2008; Beauguittte e Didelon., 2011; Laporte, 2016) e pouca atenção analítica tem sido dada às abordagens e questões geográficas (McConnell, 2019)

No século passado, os cientistas políticos foram os primeiros autores na produção dos estudos voltados para a diplomacia. Eles estabeleceram as bases para a compreensão das interações diplomáticas no contexto espacial, porém, com pouca preocupação espacial aprofundada que poderiam ser oferecidas pela perspectiva geográfica, para eles o espaço seria apenas palco das

¹¹ “Padrões de Representação em Capitais Nacionais e Organizações Intergovernamentais” (Tradução do autor).

¹² Embaixadas à venda: a compra de reconhecimento diplomático pela Alemanha Ocidental, Taiwan e Coreia do Sul (Tradução Do autor).

manifestações políticas dos Estados. Já no início dos anos 2000, surgem novos trabalhos sobre diplomacia, especialmente entre os geógrafos.

Essa mudança apresenta a importância em abordar a diplomacia não apenas como um fenômeno político “a-espacial”. A prática política da diplomacia está relacionada ao processo intrinsecamente ligado que necessita de um suporte espacial para sua reprodução. Portanto, pode-se afirmar que os poucos geógrafos que se atentaram ao fenômeno da diplomacia, começaram a reivindicar novas perspectivas e abordagens que complementam e ampliam os estudos tradicionais realizados pelos cientistas políticos.

Os geógrafos chineses Xierali e Lin Liu (2006) no artigo “*Explaining foreign diplomatic presence in the U.S. with spatial models: a liberal spatial perspective*”¹³ abordam a relação dos consulados estrangeiros nos Estados Unidos. Um outro geógrafo inglês publica em 2008 o artigo “*Distance, power and ideology: diplomatic representation in a world of nation-states*”¹⁴. Neumayer (2008) identificou os fatores de escolha para um Estado abrir representação em outro Estado, como: geografia (distância, países que dividem fronteira), alinhamento ideológico e relações econômicas. Diferente de Neumayer (2008), a geógrafa francesa Beauguitte e Didelon (2011) no artigo “*Structures spatiales des relations diplomatiques mondiales*”¹⁵ procurou identificar quais os países que possuem uma diplomacia fraca e forte por meio da troca de embaixadas. Já o cientista político norueguês Neumann (2013) na obra “*Diplomatic Sites: A critical Enquiry*”¹⁶ destaca brevemente a importância dos locais diplomáticos tradicionais. Entretanto, Neumann direciona a discussão da obra ao situar a diplomacia como uma prática social que deve ser abordada por meio dos rituais e pela encenação dos poderes que fazem isso existir (Badel; Jeannesson, 2014). Talvez por isso McConnell (2019, s/p) tenha comentado que o livro é surpreendentemente desprovido de um envolvimento teórico com os conceitos de espaço e lugar¹⁷.

¹³ Explicando a presença diplomática estrangeira nos EUA com modelos espaciais: uma perspectiva espacial liberal (Tradução Do autor).

¹⁴ Distância, poder e ideologia: representação diplomática num mundo de Estados-nação (Tradução Do autor).

¹⁵ Estruturas espaciais das relações diplomáticas mundiais (Tradução Do autor).

¹⁶ Locais diplomáticos: uma investigação crítica (Tradução Do autor).

¹⁷ For example, whilst Iver Neumann usefully sets out the evolution of traditional sites of diplomacy – negotiation tables, ministerial offices, press conferences – and hyperspatial sites where diplomacy appears out of place, his 2013 book *Diplomatic Sites* is surprisingly devoid of a theoretical engagement with the concepts of space and place

Em 2014, a geógrafa holandesa Mamadouh *et al* (2015) publica “*Toward an Urban Geography of Diplomacy: Lessons from The Hague*”¹⁸ aborda um estudo interdisciplinar entre Geografia Política, Geografia Urbana e Geografia Econômica, estudando a cidade de Haia e as representações diplomáticas. Outra contribuição no campo da geografia da diplomacia foi o do geógrafo francês Laporte, denominado “*La géographie des ambassades et des consulats en Allemagne et l’effacement de l’ancienne frontière allemande (1984-2014)*”¹⁹. Este, usando metodologia quantitativa procurou identificar as disparidades regionais na Alemanha ocasionadas pela divisão territorial no período da Guerra Fria. Antes da unificação germânica, na década de 1990, as embaixadas e consulados se concentravam na cidade de Bonn (Alemanha Ocidental). Após a unificação e com a mudança da capital nacional, de Bonn para Berlim, houve lentamente um processo de transição dos consulados e das embaixadas. Porém houve cidades (como no caso de Hamburgo) que concentraram uma certa quantidade de consulados superior que Bonn e Frankfurt. Na pesquisa, Laporte (2016) encontrou uma “hierarquia urbana segundo a distribuição das representações diplomáticas, a geografia dos estabelecimentos diplomáticos questiona, portanto, tanto a evolução do sistema das cidades como também os territórios nos quais desempenham um papel como capital” (Laporte, 2016).

No Brasil, encontramos o ensaio de Rafael e Nogueira (2024) no texto “A geografia dos consulados na região norte do Brasil”, estudo similar do qual Laporte (2015) publicou ao demonstrar as disparidades e hierarquia urbana da diplomacia na Alemanha. Rafael e Nogueira (2024) destaca as disparidades regionais e a hierarquia urbana estabelecida pelos consulados no território brasileiro, além do estabelecimento de consulados nas cidades fronteiriças e nas cidades do sudeste e sul do Brasil que concentram imigrantes oriundos do continente europeu.

A atenção prestada à diplomacia no âmbito da geografia era, até pouco tempo, topográfica ou centrada em estudos de caso de negociações diplomáticas específicas (McConnell, 2019). Para a geógrafa inglesa o trabalho topográfico tem-se concentrado em grande parte na análise das mudanças de localização da diplomacia. Isto inclui estudos sobre os fatores que determinam a seleção de locais de intercâmbio diplomático, exames quantitativos de ligações, redes e centros diplomáticos e avaliações da desigualdade geográfica das redes diplomáticas bilaterais (McConnell, 2019).

Conforme observado nos trabalhos citados, a diplomacia é um campo interdisciplinar, e não tem sido apenas geógrafos interessados em sua espacialidade. Na geografia, encontramos

¹⁸ Rumo a uma geografia urbana da diplomacia: lições de Haia (Tradução Do autor).

¹⁹ A geografia das embaixadas e consulados na Alemanha e o esbatimento da antiga fronteira alemã (1984-2014) (Tradução Do autor).

trabalhos tanto com uma abordagem “quantitativa” como também abordagens “qualitativas”. Há de considerar um outro trabalho da qual consideramos importante que é o da historiadora japonesa Naoko Shimazu (2012). No texto “*Places in diplomacy*”²⁰, a historiadora reivindica a primazia dos lugares da diplomacia em solo europeu. Para a autora, tal como no antigo continente, o continente asiático apresentou lugares diplomáticos relevantes após a retirada de potências europeias, como Nova Deli, Bandung, Cairo, Argel, Accra, Adis Abeba. Entretanto, além dos trabalhos que citamos anteriormente, tanto na geografia quanto na ciência política, há de destacar a seguir, três trabalhos que foram provocativos e que não foram escritos por geógrafos. Dois destes trabalhos são oriundos da ciência política e o outro do campo da história das relações internacionais, em específico da história da diplomacia.

No artigo “*Your place or Mine? Site location and negotiation*”²¹ Salacuse e Rubin (1990) elencam lugares onde a diplomacia pode acontecer: meu lugar, outro lugar e nenhum lugar. Sobre o primeiro, negociar dentro do próprio território pode dar vantagem pelo fato de estar familiarizado com o ambiente da negociação. É possível saber onde as coisas estão localizadas, não perdendo tempo ao se familiarizar com o local. Além da possibilidade de controlar os diferentes aspectos da negociação, o anfitrião tem acesso a diversos recursos e especialistas se existir a necessidade de consultas. O outro lugar pode ser relacionado a um terceiro lugar que não esteja circunscrito no território das partes, podendo ser um lugar neutro, longe de qualquer hostilidade e constrangimento. Por fim, com os avanços da tecnologia de comunicação tornou-se recorrente para as partes a troca por videoconferências, já que ambos podem considerar a possibilidade de não haver encontro presencial, este seria o nenhum lugar.

O segundo trabalho a ser considerado, aparece no livro “*The of War and Peace – From Death Camps to Diplomats*”²² (2005) em específico no capítulo “*The Geography of Diplomacy*”. Além dos locais já mencionados no trabalho de Salacuse e Rubim (1990), o cientista político estadunidense Alan Henrikson, elabora um quadro sistemático classificando tipos de “espaços diplomáticos”: lugares intermediários, lugares metropolitanos, lugares de todos, lugares perigosos, locais seguros, lugares exóticos e locais de demonstração, sobre essa tipologia, veremos no segundo capítulo.

Por fim, o último trabalho a ser destacado é o da historiadora francesa Badel e Jeannesson (2014) “*Une histoire globale de la diplomatie?*”²³. Badel e Jeannesson (2014) afirmam que a diplomacia

²⁰ “Lugares na diplomacia” (Tradução Do autor).

²¹ “Na minha casa ou na sua? Localização e negociação do lugar” (Tradução Do autor).

²² A Geografia da guerra e paz: dos campos de extermínio aos diplomatas (Tradução Do autor).

²³ Uma história global da diplomacia? (Tradução Do autor).

se tornou globalizada e apresenta locais privilegiados, como cidades que abrigam principais organizações internacionais e mesas redondas para negociações. Os objetos geográficos, rede diplomática e consular, tornam-se um aspecto valorizado para as grandes potências (China, Estados Unidos e França). Além desse destaque material, os autores apontam e qualificam lugares

A diplomacia tem os seus *locais*, oficiais ou não, públicos ou privados, permanentes ou temporários, físicos ou desmaterializados: ministérios, embaixadas e consulados, sedes de organizações internacionais, mas também todos os locais de conferências, reuniões ou intercâmbios, por mais incongruentes que sejam de corredor ou de intercâmbio. diplomacia do lobby do hotel. Tem os seus lugares altos (Nova Iorque, Bruxelas, etc.), os seus lugares sagrados (pense em Genebra e na mística forjada no período entre guerras em torno da Liga das Nações), os seus lugares de memória (por exemplo Münster, Utrecht, Viena ou Bandung e, no registo negativo, Munique). A diplomacia tem os seus *espaços* constituídos por todos estes lugares e pelas suas relações numa escala relevante – uma escala que tende a tornar-se a do mundo (Badel e Jeannesson, 2014, s/p.)²⁴.

Apesar dos primeiros autores serem cientistas políticos e da história, Badel *et al* (2014) e Henrikson (2004), demonstraram uma sensibilidade espacial sofisticada sobre a diplomacia, distinta dos primeiros trabalhos (sobretudo aqueles de viés estatístico) publicados na ciência política e na geografia. Tanto para o cientista político Henrikson (2004) quanto para Badel *et al* (2014), o espaço ganha uma dimensão “ontológica” na diplomacia. Entretanto, para geógrafa inglesa McConnell (2019) embora exista uma longa tradição de interrogação de práticas espaciais em vários domínios (geo)políticos, como disciplina, os geógrafos têm sido surpreendentemente lentos a voltar a atenção crítica para o campo da diplomacia (McConnell, 2019)

Afirmamos mais uma vez que a diplomacia, na geografia, pode ser explorada a partir da concepção tripartite de Harvey (2013). Além de possuírem uma base material, as práticas diplomáticas apresentam uma dimensão relativa e relacional. A dimensão relativa se manifesta no fato de que nem todos os países dispõem de estrutura suficiente para manter uma rede de instituições estatais em outros territórios. Um exemplo disso é a missão diplomática permanente de Kiribati junto às Nações Unidas, que também é responsável por representar o país no Brasil, mesmo não situado no continente sul-americano. A dimensão relacional se reflete no estabelecimento de representações diplomáticas ou consulares em países relativamente próximos,

²⁴ “La diplomatie a ses *lieux*, officiels ou non, publics ou privés, permanents ou temporaires, physiques ou dématérialisés : ministères, ambassades et consulats, sièges des organisations internationales, mais aussi tous les lieux de conférences, de rencontres ou d’échanges, aussi incongrus soient-ils, diplomatie de corridor ou de hall d’hôtel. Elle a ses hauts lieux (New York, Bruxelles...), ses lieux saints (que l’on songe à Genève et la mystique forgée dans l’entre-deux-guerres autour de la sdn), ses lieux de mémoire (par exemple Münster, Utrecht, Vienne ou Bandung et, dans le registre négatif, Munich). La diplomatie a ses *espaces* constitués de l’ensemble de ces lieux et de leurs relations à une échelle pertinente – une échelle qui tend à devenir celle du monde” (Badel e Jeannesson, 2014), Tradução do Autor.

que partilham fronteiras, ou em nações com laços históricos em comum, como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Por fim, diante dos processos de globalização, a abertura de representações diplomáticas pode significar a expansão da rede diplomática e consular a fim de atender as demandas de empresas e dos seus nacionais.

Além dos objetos da diplomacia que possuem funções distintas, o local do encontro, seja o espaço político oficial ou os locais forjados, não necessariamente nos territórios das partes, onde são realizados os acordos, tratados etc., apresentam as mesmas dimensões espaciais tripartite (absoluto, relativo e relacional). Como já mencionado anteriormente, o critério da escolha do local onde se sentam à mesa para a resolução dos conflitos dos interesses é uma decisão importante na negociação (Salacuse e Rubim, 1990). As partes frequentemente negociam longa e arduamente sobre onde se reunirão, muito antes de se sentarem para discutir o que eles vão negociar. A razão para esta preocupação é que as partes consideram que o lugar das negociações terá consequências para o processo subsequente e, na última análise, para os seus resultados (Henrikson, A. K, 2005, p. 369)²⁵. Como mencionado, o trabalho de Salacuse e Rubin (1990) fornece as bases necessárias para o entendimento da escolha do espaço político forjado, ao atribuírem quatro opções de local, *o seu lugar, o meu lugar, outro lugar e nenhum lugar*.

Como Badel (2014) mencionou, a análise da diplomacia e seus espaços devem considerar não apenas o papel do Estado, é necessário incluir também a influência de diferentes atores, empresas e organizações não governamentais, ampliando a compreensão sobre como a diplomacia se desdobra e se manifesta em múltiplos níveis. Por outro caminho, elencar sobre o lugar e a distribuição das instituições representativas do Estado no espaço global revela a lógica organizacional das diferentes formas espaciais (material e imaterial), embaixada, consulado, blocos econômicos, comerciais e culturais. A escolha dos locais diplomáticos ao redor do mundo revela a estratégia geográfica e simbólica do poder.

3.3 O Espaço Político enquanto conceito

Como compreender as relações interestatais no espaço mundial? Tendo o entendimento que a diplomacia é uma prática política dos Estados e instrumento de política externa de caráter pacífico, qual categoria é a mais próxima para explicar os processos espaciais da diplomacia?

²⁵ “Parties frequently negotiate long and hard about where they are to meet long before they sit down to discuss what they will negotiate. The reason for this concern is that disputants almost always assume—and with good reason—that the particular location in which they negotiate will have consequences for the ensuing process and, ultimately, its results” (Henrikson, A. K, 2005, p. 369). Tradução do Autor

Nesta parte iremos apresentar o conceito de espaço político, que segundo Castro (2012, s/p) apesar de ter surgido na ciência política, tem sido explorado e ampliado na geografia (política), porém, para se referir aos conflitos de interesses no espaço doméstico, o território nacional.

O território, como apontado no item anterior, foi e continuada sendo a categoria que bastante explorada e reivindicada na Geografia Política. Todavia, aqui não parece ser a categoria adequada para elucidar os processos da dimensão da diplomacia. Os Estados moderno e outras unidades políticas²⁶ apresentam interesses conflitantes, seja de modo bilateral ou multilateral. Apesar das coalizões (formação de “territórios” em blocos de países²⁷) e alianças reverberarem nos territórios, os acordos, as representações, os embates, os tratados etc., o lugar onde os representantes dos Estados se encontram para gerir os conflitos de interesses da diplomacia ocorrem localmente, isto é, em um *lugar* apropriado. Entretanto, na geografia (política), a categoria lugar não foi tão requisitada e explorada como o território.

Sobre a etimologia do termo lugar, Holzer (2019) afirma que a palavra lugar, do latim '*locus*', era utilizada até o século XX em um sentido mais cotidiano para indicar uma posição ou condição espacial ou social. No século XX, várias ciências, incluindo a Geografia, adotaram o termo para se referir a uma posição específica no espaço geométrico. Para Serpa (2013) na geografia, há duas concepções de lugar de correntes distintas, a marxista e a fenomenológica. A primeira, tem o lugar como processo de reprodução do capital ao redor do mundo, e a segunda, de base fenomenológica e humanista, entende o lugar como lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de “cultura” (Serpa, 2013).

Fora da geografia, Castro (2012) cita a contribuição de Hannah Arendt ao falar sobre a necessidade de um espaço para a realização da política. Para Arendt (1998, p. 23), assumindo o espaço político como um lugar, a autora cita que ação política acontece nas casas legislativas, câmara municipal, congresso e outros espaços destinados a solucionar conflitos de interesses entre sociedade, governo e Estado (Castro, 2016, s/p). Aqui vemos uma menção de lugar distinta da corrente marxista e fenomenológica.

Apesar da diplomacia provocar no imaginário - tanto para o senso comum quanto para politólogos - dos fatos estarem relacionados na escala internacional, isto é, distantes, é na *microescala* que as “condutas”, a representação, as negociações, informações e decisões da diplomacia acontecem. São nos corredores da ONU, nos edifícios dos ministérios e dos organismos

²⁶ Estados ainda não reconhecidos pela “maioria”. Taiwan, Palestina são ótimos exemplos

²⁷ Refiro-me as diversas formações e composições de espaços nacionais contíguos ou não, resultado da diplomacia multilateral, por exemplo, Mercosul, União Europeia, OTAN e outros

internacionais, nas cimeiras, nos palácios dos chefes de Estados e dos ministérios das relações exteriores e nas embaixadas, que os acordos podem acontecer (McConnell, 2019, s/p). Um espaço predominante fechado para a sociedade, todavia, aberto apenas para diplomatas e respectivos chefes de Estado.

Aqui defende-se a ideia de que a política é um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializa em leis e normas de comportamento (Castro, 2012), não obstante, a diplomacia, como prática política do Estado apresenta os mesmos atributos. Para o seu funcionamento, foi estabelecido a criação de um sistema jurídico-político internacional pelos Estados e a criação de instituições próprias e normas voltadas para o espaço externo.

Primeiro, partimos da ideia de que a diplomacia é um fenómeno político estatal voltado para as relações internacionais. É um dos instrumentos de carácter pacífico que tem como função a representação, negociação, informação e proteção. Tais funções compõem os elementos constitutivos da atividade diplomática. Portanto, o nosso entendimento é que a diplomacia é uma das instituições fundamentais dos Estados e que tem dinamizado o espaço mundial desde o século passado estabelecendo alianças bilaterais e mais recente e dinâmico, acordos multilaterais. Como pontuado por Gottmann “no cenário internacional, o jogo político sempre envolveu o estabelecimento de alianças e coalizões, organizações de diversas escalas e motivos (Gottmann, p. 192, 1952)²⁸”.

Primeiramente, cabe mencionar a origem do conceito de espaço político que pioneiramente aparece na ciência política nos Estados Unidos nos trabalhos de análise espacial eleitoral. Segundo Castro (2016, p. 120) o termo aparece com Antony Downs (1957) quando o autor se refere ao espaço da competição eleitoral, da qual eleitores racionais se alinham num *continuum* de esquerda-direita. Porém, apesar de indicar o termo espaço, o mesmo não apresentava relevância, sendo uma categoria abstrata, desprovida de qualquer importância material e decisória (Castro, 2012; Abreu, 2016). No dicionário de Política encontramos uma definição do politólogo D’Alimonte (2010, p. 392) como “a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico”,

Castro (2012) afirma que foi com o geógrafo francês Jacques Lévy que o espaço político ganha uma reflexão relevante mesmo que de forma preliminar. No artigo publicado em 1991 na revista *Espaces Temps*, Lévy e outros autores foram convidados a responder “Espaço político, do que se trata?” a fim de promover uma discussão ampla sobre o conceito de espaço político (Lévy,

²⁸ Tradução do autor

1991). Entretanto, Castro (2016) pontua que outros autores deram continuidade na ampliação e estudo do conceito. A geógrafa cita pesquisas que privilegiaram o campo da democracia como fenômeno a ser estudado a partir do espaço político. Castro (2018) aborda a contribuição da antropóloga Cornwall (2002). Os espaços políticos desenvolvidos pela autora possuem uma dimensão material e representam arenas políticas dentro do Estado-nação, podendo ser criadas, abertas e remodeladas. A participação nesses espaços pode ser entendida como um processo que dá vida a esses ambientes, esculpe novos espaços e cria novas formas sociais com sua própria dinâmica (Cornwall, 2002). Esses espaços estão unidos à governança e têm a função de estabelecer canais de comunicação com o poder político institucionalizado, ampliando a inclusão e a resposta às demandas sociais.

No Brasil, Castro (2005; 2012; 2016; 2018) foi a autora que desenvolveu teórica e empiricamente o conceito, porém, pensando a espacialidade da prática política da democracia. Todavia, tanto na ciência política como na geografia (política), ambos os campos têm como referência o espaço doméstico, isto é, os processos políticos ocorrendo no território nacional, passando longe qualquer menção sobre o espaço político na esfera das relações interestatais ou melhor, no espaço externo. Para a geografia, a aplicabilidade do conceito revela a compreensão que a política é uma prática e que se dá em espaço concretos e que a qualificação do espaço pela política supõe uma dimensão da sociedade (Castro, 2018, s/p)

Contudo, na obra “Geopolítica, identidade e Globalização”²⁹ encontramos uma primeira menção do termo espaço político para “fora”, isto é, voltado para as relações das unidades políticas e outros atores no espaço mundial. Font e Rufí (p. 91, 2006) definem que o espaço político é “ação coletiva localizada em um local específico; como um conjunto de relações entre indivíduos, grupos e instituições que constituem uma interação política real” (FONT e RUFÍ, 2006, p. 91). Ao que parece, é a primeira “aparição” do conceito para se referir sobre as interações geopolíticas e outros atores globais. Entretanto, os geógrafos espanhóis, diferente de Castro (2012) e Azevedo (2016), pouco dissertaram a respeito dos elementos constitutivos desse espaço político. A noção empregada por eles diz respeito às interações dos diversos atores presentes na política internacional.

Este primeiro apontamento torna-se necessário, pois, ao tomarmos um conceito que foi atribuído para uma dinâmica política particular que ocorre no espaço nacional e uma prática política específica (a democracia), o presente objeto do estudo – a diplomacia e, *onde ocorre*, no espaço externo – possui elementos constitutivos, ora semelhante e ora diferente daquele que foi proposto

²⁹ Ver em: Geopolítica, identidade e globalização. 2006

por Castro (2012) e “aprofundado” por Azevedo (2016), o espaço político que acontece dentro do território (espaço doméstico). “Adaptar”, ou melhor, identificar, definir, sistematizar os elementos constitutivos em outra escala, torna-se uma meta. A seguir, apresentaremos as definições e os elementos constitutivos do espaço político (doméstico) e como ele foi proposto empiricamente para, posteriormente, traçarmos as características do espaço político (externo).

Como mencionado anteriormente na seção da história da “geopolítica e geografia política” não há alguma menção ou definição sobre espaço político na disciplina. Até porque a compreensão que se tinha era do espaço do poder, da disputa das grandes potências. E quando empregado, era associado como sinônimo de território estatal (Azevedo, 2016, p. 74). É interessante notar que mesmo no campo da geopolítica, aquela que foi pensada por militares no início do século XX e posteriormente apropriada pelos internacionalistas que descreviam os processos políticos dos Estados maiores e suas interações no mundo, pouco se mostrou preocupação com o espaço enquanto elemento fundamental para as interações diplomáticas dos Estados. Na ciência política o espaço apresentava características relacionadas ao meio físico.

Voltando para o espaço político (doméstico), Castro (2018) define como:

[...] tipo de espaço ao mesmo tempo de disputa sobre interesses conflitantes, cujos acordos revelam a capacidade de algumas vontades importantes sobre outras. Não se trata aqui, portanto, de abstração, mas de prática social, visível e acessível e personifica a materialidade inerente à vida política que supõe pensar e falar como meios de persuasão e agir como especificamente dos atores institucionais (Castro, 2012). O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas de controle ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo (Castro, 2018, s/p).

Na geografia política brasileira, uma definição mais recente sobre o espaço político leva em consideração a sociedade, governo e Estado. Azevedo (2016) define o espaço político como “aquele que se constrói e funciona na intermediação entre a sociedade e o Estado, lugar de atos políticos, inserindo-se nos princípios que regem uma sociedade democrática” (Azevedo, 2016, p. 24). Para ambos os geógrafos (Castro, 2012; Azevedo, 2016) o espaço político existe a partir de uma relação do instituinte e do instituído.

Diferente do espaço doméstico, no espaço externo, a dimensão instituinte não existe na arena internacional, isto é, a sociedade não tem lugar para reivindicar assuntos internacionais, ficando ao plano dos Estados. Ao contrário, apenas no território nacional que a dimensão instituinte e instituído existe. Para “fora” o espaço(s) diplomático(s) são instituídos para e pelos Estados. Pontuar essa diferença torna-se necessário uma vez que o conceito passa a configurar

novos elementos constitutivos. Na prática da democracia, os processos, os atores e as regras do jogo são distintos daquele que acontece no campo da diplomacia. Mas ambos os fenômenos possuem algo em comum, a procura em resolver conflitos de interesses diversos (pacífico). Portanto, sobre a definição e relacionando com diplomacia, observamos que ambas estão intrinsecamente relacionadas com as arenas de disputa e negociação onde interesses conflitantes são constantemente confrontados e geridos.

Outro elemento apontado por Castro (2018) diz respeito à materialidade dos espaços. Os espaços políticos podem ser pensados como objetos geográficos (disposição física das coisas e práticas sociais [políticas] (Castro, 2018, p. 123). Neste sentido, Castro destaca três tipos de espaços políticos: exclusivos, limitados e abertos, tendo em vista o espaço doméstico e a democracia como objeto relacional da aplicabilidade do conceito.

Os Parlamentos, as Assembleias ou Câmaras Legislativas são espaços políticos exclusivos, são construídos e organizados essencialmente para o debate e a deliberação política. Possuem ampla visibilidade e reconhecimento formais, são espaços onde se debatem interesses gerais conflitantes e cujos efeitos das decisões tomadas, sua substância, são erga omnes, ou seja, afetam o conjunto de cidadãos representados nos recortes territoriais da sua jurisdição e sua métrica, demarcada pela escala da ação.

O segundo tipo, denominado espaços políticos limitados, referem-se aos espaços de debates e representação de interesses particulares nas sociedades contemporâneas. São institucionalizados e facultados por normas de participação em diferentes modelos de democracia como os muitos tipos de conselhos e de fóruns temáticos, além de associações, inclusive as de moradores (Azevedo, 2016, *apud* Castro, 2018). A qualificação de limitado remete mais à demarcação temática e decisória do que à escala dos seus efeitos. Ou seja, esses espaços podem ter resultados efetivos de suas ações em diferentes escalas, mas são restritos à agenda temática, como parte da sua atribuição. Por fim, denominado como espaços políticos abertos, estes são qualificados pela sociedade, podendo ser efêmeros. Ocorrem em ruas e praças, lugares cotidianos que se transformam em arenas. As manifestações são nítidos exemplos que qualificam os espaços abertos (Castro, 2018).

A tipologia aqui exposta, muito mais sintética do que a proposta por Cornwall (2002), por exemplo, tem se mostrado útil para a geografia política na medida em que ela estabelece os três lugares privilegiados da ação política nas condições do mundo atual. O suposto é que os diferentes tipos de espaços políticos modelam e são modelados por determinados tipos de ação de atores sociais, tornando-se o lugar de discussão, de deliberação ou apenas de manifestação de vontades.

Em um quadro comparativo da democracia e diplomacia, fenômenos políticos que necessitam de um suporte espacial, (aqui o espaço político), tanto no espaço doméstico como no espaço externo, os elementos constitutivos se alteram (Quadro 1)

Quadro 1 – As dimensões do espaço político

ESPAÇO POLÍTICO	
Doméstico - Democracia	Externo – Diplomacia
Aberto	Fechado
Estado e sociedades	Estados
Instituinte e Instituído	Instituído
Assembleia legislativa, conselho municipal, consórcios intermunicipais	Acordo vis a vis, Uniao Europeia, Uniao Africana
Material, Imaterial, Intenção	

Fonte: Iná Elias de Castro (2018). Adaptado: Carlos Eduardo S. S. Rafael. Ano:2024

Na democracia, o espaço político é aberto, possuindo duas “forças” motoras, o instituinte e o instituído. Já na diplomacia, o espaço tende a ser fechado e sem força instituinte. O espaço político que iremos propor nesta exploração sobre o mundo da diplomacia é diferente da proposta de Castro (2012, 2018) e Azevedo (2016). Para os autores, o espaço político está restrito à esfera da política doméstica. Ao mostrar as condições e características elementares do espaço da diplomacia poderíamos flexionar o conceito de Castro (2012) ao dizer *espaço diplomático* ao invés de *espaço político*. Pois, ao tomarmos as relações interestatais como objeto central da discussão, poderíamos esvaziar o sentido do conceito de Castro (2012), podendo confundir as especificidades.

Sobre as especificidades do espaço político no espaço externo, primeiro encontramos a ausência do instituinte. Segundo, trata-se de acordos entre Estados e unidades políticas ainda não reconhecidas, da qual realizam trocas comerciais e culturais. Terceiro, os locais não são acessíveis a qualquer um, apenas intermediários (Magalhães, 1996) participam das negociações. Quarto, os objetos geográficos instituídos desde o surgimento do Estado apresentam funções distintas daqueles que ficam circunscritos ao território nacional. Ou seja, diferente do espaço doméstico, o espaço diplomático é fechado.

Além do mais, na bifurcação da diplomacia – bilateral e multilateral – o espaço político apresenta outros elementos constitutivos e distintos a serem considerados. Entretanto, não se trata de substituir o pensamento de Castro (2012), porém, trata-se de escalas de análise e fenômenos políticos distintos. Diferente da esfera doméstica, o espaço político na escala das relações interestatais, é um espaço fechado, sendo instituído pelos Estados para os Estados. Portanto, será necessário fazer uma reflexão conceitual e semântica para não confundir o leitor, iremos trocar

espaço político por *espaço diplomático*, porém, mantendo o conteúdo. Ao mudarmos de escala, os conflitos de interesses – bilaterais ou multilaterais –, os debates e o lugar do confronto, também aparecem no planisfério das relações interestatais. Mesmo que em ambas as escalas os processos decisórios, os participantes do confronto e o acesso ao espaço sejam diferentes.

3.3.1 O espaço político na Diplomacia: quem se senta à mesa?

Tendo como base as referências citadas no item anterior sobre o conceito de espaço político, no plano das relações interestatais temos dois tipos de espaço diplomáticos: bilateral e multilateral. O espaço político bilateral é representado por locais oficiais, a casa e o local de trabalho do Príncipe, isto é, sedes dos governos como a Casa de Nariño, em Bogotá, a Casa Branca, em Washington, o Palácio do Eliseu, em Paris, o Palácio do Planalto e o Itamaraty, no Brasil.

No espaço diplomático bilateral, podemos identificar dois tipos diferentes: o oficial e o informal. O espaço oficial é caracterizado por ser um espaço "institucionalizado", reservado exclusivamente para encontros formais entre líderes e representantes de Estado. Esses locais são objetos geográficos de grande importância, onde ocorrem encontros cara a cara entre chefes de Estado e autoridades estrangeiras. Exemplos desses espaços incluem palácios e residências oficiais, como a Casa de Nariño, em Bogotá, a Casa Branca, em Washington, o Palácio do Eliseu, em Paris, e o Palácio do Planalto e o Itamaraty, no Brasil. Nesses ambientes, são realizados acordos bilaterais que moldam as relações diplomáticas históricas entre as partes. Esses espaços políticos oficiais, além de servirem como local das negociações e assinaturas de tratados, carregam consigo um simbolismo poderoso, representando a soberania e a legitimidade dos Estados. Além de facilitarem diálogo e a cooperação entre países, desempenham um papel fundamental na consolidação das relações bilaterais e na construção de alianças.

Como mencionado por Raphaël Devred (2022) em seu texto “*Une petite histoire des palais présidentiels*”, a França no passado apresentava mais de quatro palácios presidenciais, Élysée, Rambouillet, Marly, Vizille, Château de Champs-sur-Marne. O presidente Charles de Gaulle, em 1959, combinava estes palácios diplomáticos para receber chefes de estados africanos. Cada palácio era escolhido para determinada ocasião, satisfazendo ou frustrando o visitante quando escolhia um palácio menos famoso. No Palácio Marly, ocorriam reuniões secretas, já o Champs-sur-Mane era reservado para receber governantes africanos. O Rambouillet era reservado para questões sobre energia nuclear, assuntos europeus e internacionais.

Já o espaço político do tipo informal, são espaços não oficiais ou forjados para o encontro das partes. Aqui impera a ausência dos palácios. Os informais podem ocorrer segundo o acordo e organização de ambos os governos. Na revisão sistemática de Henrikson (2004) e Neumann (2013),

respectivamente, encontramos a menção do encontro de Gorbachev e Bush, em 1989, dentro de um navio soviético em Malta e, do encontro de Napoleão Bonaparte com Alexandre em uma jangada no rio Nemam, referente ao tratado de Tilsit. Ambos fora dos limites territoriais de ambos os Estados, podendo ser um lugar "neutro".

No contexto da diplomacia multilateral, o espaço político se manifesta de diferentes maneiras, sendo possível identificar variações como o espaço político oficial-plural, representado pela ONU; o espaço limitado, como o da União Europeia, Mercosul e União Africana.

Dentro dessa tipologia, o espaço político do tipo *exclusivo*, exemplificado pelas "casas" legislativas nacionais, apontado por Castro (2018), encontra um paralelo na diplomacia multilateral através dos parlamentos regionais ou supranacionais. Malamud e Sousa (2005) destacam que essas estruturas são invenções relativamente recentes, com presença marcante nos continentes europeu e sul-americano. A União Europeia, por exemplo, possui um Parlamento Europeu cujas normas determinadas reverberam em todo o espaço regional, influenciando diretamente os Estados membros do bloco de integração. Como observado por Malamud e Sousa (2005) de todas as iniciativas parlamentares regionais acima mencionadas, o Parlamento Europeu foi o único que desenvolveu poderes reais de decisão, tornando-se, assim, um elemento central da estrutura complexa de governança da EU. Isso demonstra como, em determinados contextos de diplomacia multilateral, o espaço político supranacional pode adquirir uma função decisiva, moldando políticas e práticas dentro dos blocos regionais.

Ao considerar a Organização das Nações Unidas é importante salientar que as decisões tomadas nas assembleias, embora ratificadas durante os encontros, nem sempre se traduzem em normas aplicáveis aos territórios nacionais. Isso ocorre porque a ONU não possui jurisdição direta sobre as leis internas dos países membros, diferentemente de blocos comerciais, políticos ou militares de natureza multilateral. A nível de exemplificação, na União Europeia, as legislações discutidas e as disposições no Parlamento Europeu são aplicáveis a todos os países membros, refletindo um espaço político limitado aos interesses do bloco. Esse tipo de estrutura também é aplicado em outras organizações regionais, como a União Africana, onde as decisões são direcionadas exclusivamente a temas e interesses dos membros da região. Embora a ONU tenha como objetivo central a busca por uma convergência internacional, particularmente em prol da paz e da resolução de conflitos, a realidade muitas vezes revela divergências significativas entre os países. Ao contrário dos blocos de integração, onde os países membros buscam alinhar suas políticas e legislações, na ONU cada nação é de acordo com seus próprios interesses, o que pode levar a impasses e à falta de consenso em questões cruciais.

Outra característica peculiar da ONU enquanto um espaço exclusivo, é o estabelecimento de outras formas de representação diplomática abrigadas em suas sedes localizadas em Nova Iorque, Genebra, Nairobi, Bruxelas e Viena. Segundo Rana (2013, p. 23) para “pequenos” Estados, as missões permanentes em Nova Iorque e Genebra assumem funções adicionais, pois para estes pequenos Estados a “Carta das Nações Unidas torna-se um fundamento da sua legitimidade internacional e também como uma “plataforma” para sua segurança política. Estas formas espaciais, denominadas de “missões permanentes” contribuíram para a realização de contatos bilaterais e multilaterais com outros países que possuem missões junto à ONU. Uma vez que não podem operar mais do que um punhado de embaixadas em capitais estrangeiras.

Tal como o conceito do espaço político na geografia (política) ser recente (Castro, 2012), a aproximação teórica do espaço político e diplomacia revela uma análise relativamente nova. Sendo assim, as ideias aqui apresentadas necessitam de uma análise mais aprofundada. Esta é uma primeira exposição de uma possível abordagem conceitual para compreender a espacialidade do fenômeno político da diplomacia.

Como citado anteriormente, existem lugares onde a diplomacia tende a acontecer com maior frequência. Esses lugares, historicamente, apresentam características distintas. Henrickson analisou esses lugares diplomáticos, por qual ele definiu como geografia da diplomacia, argumentando que o local escolhido para encontros diplomáticos não é aleatório ou acidental, porém um fator que condiciona o processo e os resultados das relações diplomáticas e o desfecho das negociações, sejam políticas, econômicas ou de outra natureza política.

Apoiado em Salacuse e Rubim (1990) o cientista político propôs de forma sistemática uma tipologia detalhada que classifica os ambientes diplomáticos desde o ambiente familiar do "meu lugar" até espaços de neutralidade ou perigo.

O primeiro tipo refere-se ao “Seu Lugar” (*Your Place*), caracterizado por reuniões realizadas no território da outra parte. Historicamente, o deslocamento até o espaço do interlocutor pode ser interpretado como um gesto de deferência, reconhecimento ou mesmo súplica diplomática. Ao mesmo tempo, essa escolha pode ser mobilizada estrategicamente como sinal de abertura política e disposição ao diálogo. Exemplos desse tipo de diplomacia são a viagem do presidente norte-americano Richard Nixon à China, em 1972, e a visita do presidente egípcio Anwar Sadat a Jerusalém, em 1977, ambas marcadas por forte carga simbólica e repercussões geopolíticas duradouras.

Diferente do tipo anterior, o “Meu Lugar” (*My Place*) corresponde às situações em que uma das partes consegue atrair a negociação para o seu próprio centro de poder, geralmente a capital

política do Estado. Nesse caso, a vantagem reside no chamado “domínio territorial”, que permite maior controle sobre a logística, o protocolo e as condições gerais do encontro. A assinatura do tratado da OTAN, em Washington, exemplifica como a escolha do local reforça a centralidade e a influência da potência anfitriã no sistema internacional.

O terceiro tipo “nossos lugares”, refere-se aos espaços rotineiros da diplomacia bilateral e cotidiana, tais como embaixadas e ministérios das Relações Exteriores. Esses locais são baseados pelos princípios da reciprocidade e da extraterritorialidade, uma vez que as embaixadas são juridicamente protegidas pelo direito internacional, conforme estabelecido pela Convenção de Viena. Trata-se de espaços institucionalizados, estáveis e previsíveis, fundamentais para a manutenção contínua das relações diplomáticas entre Estados.

O quarto tipo refere-se aos locais neutros, escolhidos precisamente para evitar que qualquer uma das partes obtenha vantagem simbólica ou política. A neutralidade pode ser de identidade, como no caso da Suíça, historicamente associada à mediação diplomática, ou de situação, como Malta, que sediou a cúpula entre George H. W. Bush e Mikhail Gorbachev, em 1989. Esses espaços neutros são particularmente adequados para negociações sensíveis e resolução de conflitos.

O quinto tipo, os lugares intermediários constituem outra categoria relevante, caracterizada por encontros realizados em fronteiras ou em pontos “a meio caminho” entre as capitais envolvidas. O objetivo central é preservar o prestígio diplomático de ambas as partes, evitando que uma delas precise se deslocar integralmente até o território da outra. O encontro na fronteira de Wagah, entre Índia e Paquistão, e a Cúpula de Glassboro, situada entre Washington e Nova York, ilustram essa estratégia espacial de equilíbrio simbólico.

O sexto tipo refere-se aos lugares metropolitanos, que funcionam como nós densos da rede diplomática. Grandes cidades e metrópoles mundiais, como Nova York, Genebra e Viena, atraem atividades diplomáticas por oferecerem infraestrutura avançada, conectividade global e acesso facilitado a múltiplos atores internacionais. Esses centros concentram informação, comércio, cultura e organizações internacionais, tornando-se espaços privilegiados para a diplomacia multilateral e transnacional.

O sétimo tipo, “lugares de todos”, correspondem a espaços dotados de significado universal ou que sediam instituições multilaterais, como a Organização das Nações Unidas. Esses locais simbolizam interesses coletivos da comunidade internacional. De forma mais simbólica, Olímpia, na Grécia, associa-se à tradição da trégua olímpica e à busca histórica pela paz, reforçando a dimensão cultural e moral da diplomacia.

Em oposição a esses ambientes institucionalizados, existem os lugares perigosos, marcados por confrontos persistentes ou tensões latentes. O exemplo mais emblemático é Panmunjom, localizada na Zona Desmilitarizada entre as Coreias, onde encontros diplomáticos ocorrem sob constante clima de hostilidade. Nesses casos, o espaço reforça a dramaticidade do conflito e evidencia a fragilidade das negociações.

Já o nono tipo, os lugares seguros, são ambientes remotos ou de difícil acesso, escolhidos para garantir privacidade, segurança física e isolamento em relação à imprensa e a pressões externas. Essas condições favorecem negociações mais concentradas e discretas. A Base Aérea de Wright-Patterson, onde foram firmados os Acordos de Dayton, e o retiro de Kananaskis, no Canadá, utilizado por reuniões do G8, exemplificam esse tipo de espaço diplomático.

Outro tipo relevante são os lugares exóticos, caracterizados por sua distância física ou cultural em relação aos centros tradicionais de poder. Esses locais buscam “abrir os olhos” dos participantes, oferecendo novas perspectivas e reforçando mensagens políticas específicas. A cúpula da APEC em Bogor, na Indonésia, e a realização de Conferências das Partes sobre o Clima (COP), como a realizada em Belém, na Amazônia, em 2025, exemplificam como o ambiente pode ser mobilizado para enfatizar temas como regionalismo, desenvolvimento sustentável e questões ambientais.

Há também os locais de demonstração, nos quais o espaço da reunião está intrinsecamente vinculado ao tema em debate. O Rio de Janeiro foi escolhido para sediar a Eco-92, devido à sua proximidade com ecossistemas florestais e seus contrastes socioambientais, enquanto Durban recebeu a Conferência Mundial contra o Racismo em razão da história sul-africana marcada pelo apartheid. Nesses casos, o lugar funciona como argumento político e pedagógico.

Por fim, o último tipo denominado e com a dimensão do cyberspaço, o “nenhum lugar”, é o prática diplomática no âmbito virtual. Mediadas por tecnologias digitais, como videoconferências, essas interações parecem prescindir de uma geografia. No entanto, elas introduzem novas assimetrias, como o chamado “imperialismo do tempo”, expresso na imposição de fusos horários e ritmos de trabalho por parte dos atores mais poderosos. O uso de teleconferências e outros meios de comunicação em tempo real na diplomacia levanta a questão do horário das negociações, em especial quando os participantes estão separados por grandes diferenças de longitude. Para líderes políticos, diferentemente de diplomatas e burocratas que pressupõe maior disponibilidade contínua, o momento do encontro torna-se relevante, pois além de envolver aspectos práticos como o cerimonial, envolve também relações de poder, expressas na decisão sobre quem se adapta ao tempo de quem.

A fim de sistematizar a tipologia dos lugares diplomáticos de Henrikson (2005) em articulação com o conceito de espaço diplomático, foi elaborado um quadro (Quadro 2) que relaciona as diferentes categorias espaciais e suas funções no exercício da diplomacia.

Quadro 2 – Os tipos de lugares no espaço diplomático

Espaço diplomático oficial		Espaço diplomático informal	
Meu lugar	localizado no território do próprio Estado que exerce a ação diplomática; vincula-se diretamente à soberania nacional (ex.: ministérios das relações exteriores, sedes governamentais).	Lugares intermediários	utilizados para negociações indiretas ou preliminares, fora das sedes diplomáticas oficiais (cidades fronteiriças).
Seu lugar	situado no território do outro Estado, onde se desenvolvem práticas diplomáticas sob regras de extraterritorialidade relativa	Lugares neutros	Territórios ou espaços politicamente neutros, escolhidos para reduzir tensões e assimetrias de poder nas negociações (ex.: Suíça, cidades neutras).
Nossos lugares	Espaços bilaterais institucionalizados que materializam relações diplomáticas estáveis entre Estados, funcionando como extensões políticas e simbólicas do Estado de origem (ex.: embaixadas e consulados).	Lugares metropolitanos	Grandes metrópoles globais que concentram atores estatais e não estatais, funcionando como <i>hubs</i> diplomáticos formais e informais (ex.: Nova York, São Paulo, Milão).
		Lugares perigosos	Espaços marcados por instabilidade política, conflitos armados ou insegurança, onde a prática diplomática é limitada, tensa ou mediada por organismos internacionais.
Lugar de todos	Espaços multilaterais institucionalizados que concentram a diplomacia coletiva (ex.: ONU, União Africana, União Europeia).	Lugares seguros	selecionados estrategicamente por garantirem proteção institucional, jurídica e logística aos atores diplomáticos.
Nenhum lugar	Estabelecimento de contato, mediação por vias das telecomunicações. O <i>cyberespaço</i> é o nó da relação.	Lugares exóticos	Locais escolhidos pelo valor simbólico, paisagístico ou cultural, frequentemente usados para encontros estratégicos ou diplomacia de imagem.

		Locais de demonstração	Espaços públicos utilizados para manifestações políticas, protestos, cúpulas simbólicas ou diplomacia performativa, revelando o diálogo entre diplomacia e opinião pública.
--	--	------------------------	---

Fonte: Alan Henrikson. Adaptado: Carlos Eduardo S. S. Rafael. Ano: 2026

O espaço diplomático oficial foi relacionado com a tipologia de Henrickson (2005) “meu lugar”, “seu lugar”, “nossos lugares” e “lugar de todos”, vinculado à institucionalização da diplomacia, à soberania estatal e à materialização das relações internacionais em objetos geográficos formais, como embaixadas, consulados, ministérios e sedes governamentais. A caracterização dialoga com o espaço diplomático bilateral oficial como um espaço institucionalizado, reservado a encontros formais entre chefes de Estado e representantes governamentais, exemplificado por palácios e residências oficiais (Casa Branca, Palácio do Eliseu, Itamaraty, Casa Rosada etc.). Em ambos, esses espaços podem ser compreendidos como *portadores* de simbolismo político, pois representam a legitimidade, a autoridade e a soberania dos Estados envolvidos.

Já o espaço diplomático informal, no quadro, é apresentado por meio de categorias como “lugares intermediários”, “neutros”, “metropolitanos”, “seguros”, “exóticos” ou de “demonstração”, caracterizados pela flexibilidade, pela ausência de sedes diplomáticas oficiais e pela possibilidade de negociações indiretas, muitas vezes fora do território estatal. A relação se articula com o espaço diplomático informal, “forjado para o encontro das partes”, marcado pela ausência dos palácios e pela realização de encontros acordados entre governos, inclusive fora dos limites territoriais dos Estados envolvidos.

CAPÍTULO 2

A DIPLOMACIA TEM SEUS LUGARES



Casey, John (1811-1871) - born in 1811, died in 1871, married Mary Ann Casey, born in 1811, died in 1871.

RESUMO DO CAPÍTULO: *Na presente seção, temos como objetivo mostrar a dimensão espacial do fenômeno político voltado para o espaço externo. Começaremos abordando sobre as instituições estatais (embaixadas, consulados, sede de governos e outros) voltadas para o campo externo. Posteriormente, iremos abordar a base material desses objetos geográficos, o “onde?”.*

4.1 Representações e Hierarquia: a lógica locacional das representações diplomáticas

Como mencionado anteriormente, as embaixadas constituem formas espaciais do Estado cuja função central é representar formalmente um país ao Estado acreditante. Nesses espaços se realizam atribuições políticas fundamentais, a representação, negociação, a celebração de acordos e a mediação de interesses entre os governos. Em termos locacionais, essas formas espaciais, geralmente, encontram-se localizadas nas capitais do Estado receptor, uma vez que essas cidades concentram a sede do poder político, a presença dos chefes de Estado e dos principais órgãos governamentais. Essa proximidade com o órgão responsável pela condução dos assuntos externos do país anfitrião reforça a funcionalidade e a centralidade das embaixadas na capital. Do ponto de vista jurídico, tais missões ou representações diplomáticas, estabelecidas convencionalmente entre os Estados, podem assumir diferentes denominações, de acordo com o nível de representação, as funções exercidas e os acordos bilaterais firmados. Até o começo do século XXI, as embaixadas eram instituídas somente entre grandes potências, de acordo com o diferente peso político, econômico, militar etc., dentro da comunidade internacional (VICARI, p.83). Após a Segunda Guerra Mundial houve um aumento significativo no número de embaixadas, impulsionado principalmente pela intensificação das relações internacionais entre países aliados no conflito e, sobretudo, pelo processo de descolonização, que resultou no surgimento de numerosos novos Estados soberanos em busca de reconhecimento e igualdade jurídica no sistema internacional (Vicari, 2007, p. 84).

Outro elemento singular das embaixadas está relacionado a uma característica espacial peculiar. Estas representações diplomáticas foram concebidas sob o princípio da extraterritorialidade. Esse princípio confere a esses espaços um estatuto jurídico singular, pelo qual, embora fisicamente localizadas no território do Estado receptor, as embaixadas são regidas por normas especiais que asseguram a inviolabilidade de suas instalações e o exercício das funções diplomáticas sem interferência externa.

Sobre a localização das representações diplomáticas, estas situam-se nas capitais dos Estados, porém, conforme destaca Vicari (2007.p.232), a localização, a propriedade e a dimensão das missões diplomáticas permanentes sempre foram temas de debate na doutrina diplomática. Situações específicas, como a instalação de missões ou de seus escritórios em cidades distintas da capital, evidenciaram a necessidade de regulamentação jurídica. Nesse contexto, após a Segunda Guerra Mundial, dificuldades relacionadas à obtenção de sedes para as missões e residências dos agentes diplomáticos contribuíram para a consolidação dessas normas na Convenção de Viena de 1961.

Diferente da abertura de uma representação diplomática, que necessita de interesse mútuo dos estados, o término das relações diplomáticas permanentes ocorre de forma distinta do seu início. Enquanto a instalação de uma missão diplomática pressupõe consenso bilateral, o fim das funções de um agente diplomático pode resultar de decisões unilaterais de qualquer uma das partes. As causas podem estar relacionadas à vontade do Estado acreditante, envolvendo fatores como restrições orçamentárias, mudanças ideológicas, guerras ou conflitos econômicos, que levam à redução ou encerramento da presença diplomática. Por outro lado, o término também pode decorrer de decisões do Estado acreditado, especialmente por meio da declaração de *persona non grata* ao agente diplomático. Tal medida pode ser motivada por diversas razões, como a ingerência do diplomata nos assuntos internos do país anfitrião, o desrespeito reiterado às leis e regulamentos locais, conflitos com as autoridades nacionais ou a prática de atividades consideradas incompatíveis com o estatuto diplomático, como a espionagem.

Já a ruptura das relações diplomáticas consiste em um ato unilateral e discricionário do Estado acreditado, cuja principal consequência é a extinção da missão diplomática em seu território e, pelo princípio da reciprocidade, o encerramento da missão do outro Estado. Segundo Vicari (2007), essa ruptura pode decorrer de diferentes causas, como o prelúdio a um conflito armado, a pressão exercida por grupos de Estados para impor determinados objetivos internacionais ou a aplicação de sanções coletivas em razão da violação de obrigações internacionais. Constata-se a existência de duas modalidades de ruptura das relações diplomáticas, uma de caráter coletivo e outra unilateral (Nascimento e Silva, 1971, *apud* Vicari, 2007, p. 194).

Outra representação diplomática de hierarquia inferior, refere-se aos consulados (geral) e consulados honorário. Estas formas espaciais são destinadas ao atendimento dos nacionais, sendo um tipo de serviço público no estrangeiro (Laporte, 2014). A localização dos consulados está restrita a grandes metrópoles. Já os consulados honorários apresentam organização espacial mais pulverizado, estando aberto em cidade de grande e pequeno porte. Para a abertura dos consulados honorários, é necessário que o Estado receptor aceite e disponibilize o *exequatur* ao cônsul. Diferente do consulado geral, os cônsules honorários, não necessitam serem nacionais natos daquele país a ser representado.³⁰

4.2 Capital: o reino das embaixadas

A capital, enquanto símbolo do poder central ou federal, concentra as missões diplomáticas estrangeiras, facilitando as relações diplomáticas entre o Estado acreditador e os Estados

³⁰ Para isso, ver a Convenção de Viena das Relações Consulares (1963)

acreditantes, mas também as relações entre Estados terceiros entre si, independentemente de seu vínculo com o Estado de acolhimento. Além dessa primeira característica, as atividades voltadas às relações diplomáticas mantêm um debate intrínseco, de natureza política, histórica, simbólica e estratégica. Para alguns Estados, a abertura de uma embaixada na capital do Estado anfitrião, historicamente, não constitui uma simples decisão política. Diante da heterogeneidade dos Estados que possuem mais de uma capital, a decisão de instalar uma missão diplomática em uma capital distinta pode apresentar uma dimensão institucional e relacional, além de critérios objetivos ou subjetivos daquela oficialmente designada. A escolha da capital apresenta práticas simples e complexas que envolvem dimensões históricas, jurídicas, culturais, geopolíticas e econômicas.

Norodom (2015) em seu texto “*Capitale et relations diplomatiques: une pratique disparate*”³¹, diferencia a capital constitucional, estabelecida oficialmente pelo Estado, da capital diplomática, entendida como o local onde se concentram e se exercem as relações diplomáticas. A autora ressalta que essa questão não é nova no cenário internacional, citando a Costa do Marfim, que possui Yamoussoukro como capital constitucional e Abidjan como capital diplomática, e o caso de Israel, Jerusalém e Tel Aviv, de contextos distintos, porém, o princípio dissociativo é comum. Em diversos países existe uma dissociação entre a capital constitucional e a capital diplomática³². Ainda, Norodom pontua que algumas capitais permanecem apenas simbólicas, outras concentram realmente o poder político, outras perdem importância diplomática para cidades economicamente mais relevantes e em casos extremos, a própria escolha da capital gera conflitos diplomáticos internacionais.

A escolha da capital, a priori, é da esfera doméstica, todavia, em determinadas circunstâncias, essa decisão ultrapassa o plano interno e adquire relevância internacional. Isso ocorre porque a capital de um Estado pode constituir o principal local de estabelecimento das missões diplomáticas permanentes e, de forma mais ampla, o espaço privilegiado de exercício das relações diplomáticas, conferindo-lhe centralidade política, simbólica e funcional no sistema internacional (Norodom, 2015), porém, apesar de ser uma decisão soberana do Estado, há característica interessante nessas relações capital-Estado: a oposição de Estados terceiros quando aceitam ou rejeitam a escolha da capital.

³¹ Ver no livro L. Janicot, F. Lafaille e O. Renaudie (orgs.), “*Capitale et relations diplomatiques: une pratique disparate*”. In L. Janicot, F. Lafaille et O. Renaudie (dir.). *Les villes capitales, miroirs de l'Etat?* LGDJ, 2016.

³² A autora brevemente define capital constitucional como cidade oficialmente definida pelo Estado e capital diplomática sendo a cidade onde efetivamente ocorre a vida diplomática.

Norodom (2015, p. 69) identificou três constatações acerca da relação entre capital constitucional e capital diplomática. Em primeiro lugar, as capitais constitucionais tendem a constituir o local privilegiado para o exercício das relações diplomáticas formais, concentrando as missões permanentes e os principais canais institucionais de interlocução entre Estado. Segundo, a prática diplomática demonstra que essas relações podem ser exercidas fora das capitais constitucionais, evidenciando uma dissociação entre o estatuto jurídico da capital e os espaços efetivos da diplomacia. Terceiro, embora essa dissociação na maioria dos casos não gere entraves significativos, há situações em que ela se torna constitutiva de um verdadeiro *enjeu* das relações diplomáticas. A capital como objeto das próprias relações diplomáticas e das disputas internacionais

Para Norodom (2015, p. 70), a capital constitucional nem sempre corresponde ao local onde se encontra sediado o governo. Na prática das relações internacionais, as missões diplomáticas tendem, na maioria dos casos, a respeitar a escolha do Estado de acolhimento e a se estabelecer no local onde se exerce o poder político do Estado, especialmente aquele responsável pela condução das relações exteriores. Nessas circunstâncias, o Estado passa a ser representado não mais por sua capital constitucional, mas pela cidade onde se concentra o exercício do poder governamental. De forma mais precisa, trata-se da cidade onde se exerce o poder executivo, que assume papel privilegiado na diplomacia, sobretudo quando os poderes do Estado se encontram distribuídos em diferentes localidades, como veremos mais à frente.

No espaço doméstico, determinadas cidades podem assumir funções centrais de decisão política, econômica ou cultural sem ostentarem o estatuto de capitais constitucionais. É em função desse critério funcional, e não apenas jurídico-formal, que determinadas cidades passam a atrair a instalação de missões diplomáticas permanentes. Norodom (2015, p.71) ilustrou esse fenômeno por meio dos seguintes exemplos.

Na África Ocidental, o Benim apresenta um caso emblemático: embora Porto-Novo seja a capital constitucional, Cotonou, maior cidade do país e principal centro econômico, abriga a sede do governo e das embaixadas, sendo também a capital política. Situação análoga ocorre na América do Sul, onde a Bolívia mantém Sucre como capital constitucional, enquanto La Paz desempenha o papel de sede do governo e de local de estabelecimento das missões diplomáticas. Outro exemplo é o da República da África do Sul, cujo arranjo institucional distribui as funções estatais entre três cidades, Pretória como capital administrativa, Cidade do Cabo como capital legislativa e Bloemfontein como capital judiciária. Ainda assim, é em Pretória, onde se concentram o poder executivo e a condução das relações exteriores, que se localiza a maior parte das embaixadas. Já na

Europa, existe o caso de Haia, que, mesmo não sendo a capital constitucional holandesa, exerce papel central na vida política e jurídica do país, ao sediar o governo e a residência do soberano

Contudo, não é possível afirmar que as representações diplomáticas sigam, de forma sistemática, a decisão política do Estado receptor. Na prática, há um fator preponderante para os Estados estrangeiros no momento de estabelecer suas missões diplomáticas: o caráter estratégico territorial. Como destaca Norodom (2015), “*as relações diplomáticas se instalam, antes de tudo, nas cidades estratégicas do país*”. Assim, a lógica diplomática tende a privilegiar centros dotados de relevância política, econômica e simbólica, ainda que estes não correspondam formalmente à capital constitucional definida pelo Estado anfitrião.

O fenômeno de atratividade diplomática decorre da importância dessas cidades para o funcionamento do Estado e para a inserção internacional própria ou do país. Genebra é um exemplo emblemático devido a sua centralidade diplomática está associada à forte presença de organizações internacionais. De modo semelhante, Nova York, embora não seja a capital constitucional dos Estados Unidos, abriga a sede da Organização das Nações Unidas, sendo um dos principais centros da diplomacia contemporânea. Na Costa do Marfim, Abidjan permanece como o principal núcleo diplomático do país, concentrando as embaixadas em razão de sua relevância econômica e histórica, mesmo após a transferência da capital constitucional para Yamoussoukro, em 1983. Na Tanzânia, Dodoma é a capital oficial, mas Dar es Salaam, maior cidade do país, antigo centro político e atual polo econômico, continua a sediar as representações diplomáticas.

Quando a capital constitucional não corresponde ao local de exercício efetivo do poder executivo, as missões diplomáticas tendem a se estabelecer na cidade onde esse poder é exercido. Essa escolha refere-se ao critério funcional da diplomacia, na qual a proximidade com os centros reais de decisão política se sobrepõe ao critério jurídico da capital. Razões históricas, econômicas ou simbólicas demonstram como as relações diplomáticas se fixam em cidades estratégicas do território do Estado anfitrião (Norodom, 2015)

Além desses fatores, soma-se um elemento fundamental, a questão da segurança. No Brasil, esse aspecto tornou-se evidente durante o processo de transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. Conforme destaca o geógrafo José William Vesentini, na obra *A capital da Geopolítica* (1987, p. 88):

O período 1968-70, no qual uma incipiente mobilização popular contra o regime político foi reprimida, dando ensejo a alguns atos terroristas, parece ter sido fundamental para consolidar a transferência de muitos órgãos do Governo Federal que funcionavam ainda no Rio de Janeiro, além de algumas embaixadas

estrangeiras; e esse fato está ligado à natureza geopolítica da nova Capital (Vesentini, 1987, p. 88).

O Itamarati está vindo para a nova Capital, e, depois dos seqüestros havidos, não há diplomata que não esteja informado de que, por maior que seja o esforço do Governo para protegê-los, não haverá cidade onde eles estejam mais resguardados do que em Brasília. Quanto às condições locais de segurança, os problemas sociais de Brasília apresentam-se muito longe da escala que torna os problemas sociais dos grandes centros susceptíveis de maior repercussão política. Cidade aberta, de amplos espaços, Brasília naturalmente se defende do terrorismo, cujos agentes não encontrariam aqui facilidade de refúgio. Brasília tem apenas quatro saídas, que podem ser prontamente fechadas em poucos minutos" (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1970 apud Vesentini, 1987, p. 88).

Por fim, Norodom (2015, p.75) conclui que a escolha da capital (seja constitucional ou diplomática) é o reflexo do Estado, não sendo possível estabelecer qualquer sistematização objetiva para a instalação das atividades voltadas para as relações diplomáticas. As observações apontadas por Norodom (2015) e descritas aqui demonstram que a capital diplomática pode refletir i) um centro de decisão política, ao concentrar o exercício do poder executivo e, em particular, do ministério das relações exteriores, das embaixadas e das organizações internacionais; ii) uma história, como no caso de Rangoon para Mianmar ou Abidjan para a Costa do Marfim; iii) uma organização territorial, Paris ou Brasília; iv) uma organização política, como a escolha de Ottawa para superar a rivalidade linguística; v) Washington para superar a rivalidade entre os Estados federados e vi) estratégico, como ilustra o caso de Jerusalém.

Não existe uma relação jurídica, política ou diplomática universal entre capital e relações diplomáticas. Os diferentes contextos das relações interestatais em períodos também distintos, demonstram uma diversidade de situações, nas quais a capital constitucional e a capital diplomática podem coincidir ou não, dependendo da história, da organização territorial, da economia e das relações de poder entre os Estados.

Segundo Norodom (2015), a rigor, não existe uma definição objetiva de capital, isso porque o direito internacional não fornece critérios objetivos para definir uma capital. O que existem apenas são representações políticas compartilhadas entre o próprio Estado, a sua população e os Estados terceiros. Outra relevância é que a capital é “o reflexo do Estado”³³, funciona como uma representação simbólica do Estado perante o mundo.

Diferente das questões norteadoras de Norodom (2015), se a escolha da capital é critério objetivo ou subjetivo e se o reconhecimento ou não da capital por Estados terceiros influencia as relações diplomáticas como um todo, Badel (2022) em seu artigo “*De la capitale au fórum: fonctions,*

³³ A escolha da capital apresenta a história nacional e organização territorial.

usages, hiérarchies de la capitalité diplomatique (XIXe-XXIe siècle) ³⁴ amplia a discussão a respeito da relação espacial-política, a capital e diplomacia.

Badel (2022) apresenta o conceito de “capital diplomática”, diferente da simples capital política ou da cidade global, essa capital pode ser identificada por quatro funções fundamentais. Primeiro o de representar (concentração de embaixadas). Segundo, o de negociar (conferências, tratados, cimeiras e cúpulas). Terceiro, o de codificar (elaboração das normas do Direito Internacional; e criação de tratados). E o quarto, o de deliberar (realização de debates internacionais, encontros de ONGs, fóruns multilaterais, participação e manifestações da sociedade civil internacional). Para Badel (2022) quando essas quatro dimensões aparecem conjuntamente uma cidade pode ser considerada uma capital diplomática. Além disso, a capital diplomática funciona como um indicador da distribuição do poder mundial. Quando o sistema internacional muda, também mudam as cidades centrais da diplomacia. Além das características *sui generis* da capital como centro político, administrativo ou simbólico do Estado, a capital torna-se um espaço de produção da diplomacia. A capital representa um espaço complexo onde são produzidas, negociadas, regulamentadas e debatidas as relações internacionais.

4.2.1 Onde os países apertam as mãos? Os lugares onde a diplomacia se amplia

Em uma entrevista realizada no canal da escola ESCE – *International Business School*, o analista francês de geopolítica Fabrice Ravel é provocado sobre a importância das embaixadas em uma era voltada para as telecomunicações, precisamente com o avanço das tecnologias de comunicação e da intensificação das redes digitais. As embaixadas seriam instituições ultrapassadas na modernidade?³⁵

Ravel (2019) pontua que embora possa haver a impressão de que sua função prática tenha sido reduzida as embaixadas continuam a desempenhar um papel central como instituições destinadas à construção e manutenção das relações entre os Estados. Ainda que a modernização dos transportes e das comunicações tenha relativizado sua função original de superação da distância, Ravel destaca que essas instituições preservam uma relevância simbólica, geopolítica e representativa fundamental atualmente.

³⁴ “Da capital ao fórum: funções, usos e hierarquias da capitalidade diplomática (séculos XIX–XXI).” (Tradução do autor)

³⁵ *Le rôle des ambassades em Géopolitique*. Disponível em: <https://youtu.be/G7VQ7-n0fZY>. Acessado em: 02 de janeiro de 2026

A presença de embaixadas possibilita atuação estratégica próxima a governos na qual estão resididas. Um exemplo refere-se a discussão sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil, quando a proposta do Ministério da Educação de tornar a língua espanhola disciplina obrigatória mobilizou representantes diplomáticos estrangeiros junto ao Congresso Nacional (Souza, 2025).³⁶ A definição dos idiomas estrangeiros que comporiam o currículo obrigatório ocasionou uma disputa geopolítica, na qual diferentes embaixadas buscaram influenciar os parlamentares brasileiros de acordo com os interesses de seus respectivos Estados. De um lado, a Embaixada da França no Brasil liderou uma articulação diplomática para impedir a obrigatoriedade do espanhol, contando com o apoio das representações diplomáticas da Alemanha e da Itália. Segundo a matéria do jornal O Globo (2024) a embaixada francesa argumentou o "plurilinguismo", defendendo que a política educacional brasileira deveria preservar a possibilidade de oferta de diferentes idiomas estrangeiros, evitando a predominância do espanhol. Diferente do bloco europeu, as embaixadas dos países latino-americanos, além da Espanha, mobilizaram-se em sentido contrário, defendendo a aprovação da proposta por considerarem o ensino da língua espanhola um instrumento fundamental para fortalecer a integração regional, ampliar a cooperação política, econômica e cultural e consolidar os laços entre o Brasil e seus vizinhos. Nesse esforço as representações diplomáticas da Espanha, Panamá, Cuba, Paraguai, Uruguai, Equador, Peru, Colômbia, Argentina, Chile e República Dominicana se articularam para a aprovação da proposta. A ação dessas instituições estatais demonstra a atuação estratégica na defesa dos interesses nacionais de seus Estados, utilizando articulação junto aos poderes legislativos dos países onde estão acreditadas. A disputa em torno da obrigatoriedade do ensino do espanhol ilustra que decisões aparentemente restritas ao campo doméstico educacional podem assumir uma dimensão geopolítica significativa, transformando-se em objeto de ação diplomática e demonstrando como a política externa também se manifesta na influência sobre políticas públicas internas quando estas possuem potencial para afetar interesses de outros países.

Além do exemplo citado no parágrafo anterior, Ravel (2019) menciona outro fator distinto e que as embaixadas possuem. Este outro fator reside em contextos de crises regionais ou de tensões estruturais decorrentes de choques ideológicos. Mesmo em cenários de elevada tensão, esses postos diplomáticos tendem a ser preservados, funcionando como espaços de contato permanente entre os Estados. A experiência da Guerra Fria ilustrou essa importância, quando

³⁶ Ver em: Ensino de espanhol na educação pública vira batalha de interesses no Brasil. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/07/29/ensino-de-espanhol-na-educacao-publica-vira-batalha-de-interesses-no-brasil.ghtml>. Acesso: 09/12/2025

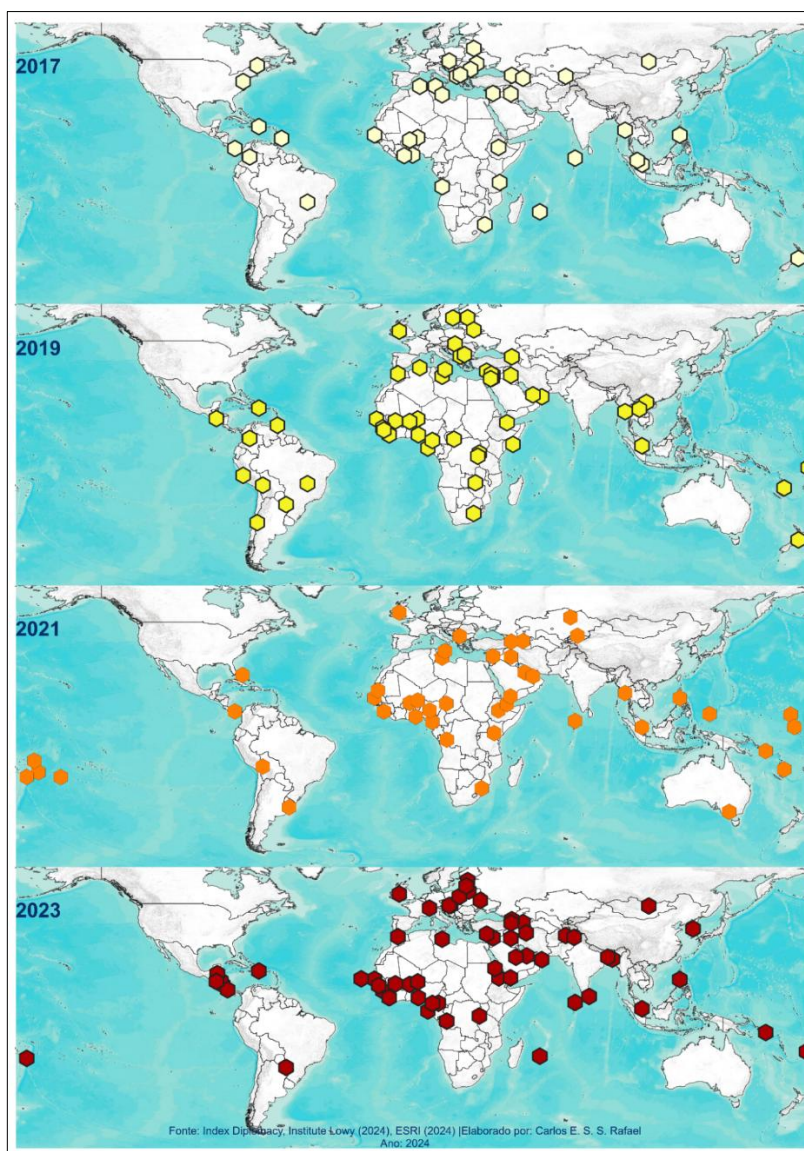
Estados Unidos e União Soviética criaram mecanismos diretos de comunicação, como o “telefone vermelho”, diante da percepção de que, embora fosse possível desencadear uma destruição nuclear em poucos minutos, o contato diplomático formal por meio das embaixadas poderia levar horas, o que tornava imprescindível a manutenção de canais institucionais de diálogo.

Ravel (2019) considera que da modernização das relações internacionais e da centralidade crescente das redes digitais, as embaixadas permanecem como instituições fundamentais do sistema diplomático. Os embaixadores desempenham um papel intermediário privilegiado, ao manterem contato direto com governos, atores sociais e contextos específicos, algo que não pode ser plenamente substituído por meios virtuais. Nesse sentido, enquanto houver Estados, haverá embaixadas (Ravel, 2018)

As embaixadas, enquanto formas espaciais estatais, são instrumentos de poder no sistema internacional. No passado, os Estados abriam embaixadas com o objetivo de obter informações sensíveis, manter laços políticos e fortalecer alianças estratégicas (Cardim, 2004). Embora os processos políticos tenham se transformado ao longo do tempo, essa lógica de fundo permanece. No espaço mundial contemporâneo, a extensão da rede de embaixadas tornou-se um indicador relevante de influência geopolítica, de modo que possuir a maior quantidade possível de postos diplomáticos passou a integrar uma estratégia deliberada de projeção de poder. Nesse contexto, destaca-se a corrida diplomática na busca de maior influência entre China, Estados Unidos e outras potências pela ampliação de suas redes diplomáticas. No caso chinês, a diplomacia assume um papel particularmente estratégico ao buscar isolar Taiwan no sistema internacional, uma vez que o reconhecimento por outros Estados é condição fundamental para a legitimação estatal.

A presente seção teve como objetivo específico identificar os *hotspots* diplomáticos no globo por meio de abertura e concentração de embaixadas ao longo do período, como a inauguração de novos postos diplomáticos (Mapa 1). Partimos do entendimento de que a expansão da rede de embaixadas pode sinalizar quais regiões vêm se consolidando como *hotspots* da geopolítica. Para a realização da análise, foram consideradas as localizações das embaixadas nos países que estavam no monitoramento inicial, totalizando 42 países. Isso foi realizado para assegurar maior comparabilidade entre os dados ao longo do tempo. Optamos por trabalhar apenas com a variável “embaixadas”. O recorte temporal adotado compreende o período de 2017 a 2023, permitindo observar dinâmicas recentes de redistribuição espacial e tendências de concentração da presença diplomática em escala global.

Mapa 1 – Hotspot das embaixadas



Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

Entre os anos de 2017 e 2019, observamos uma concentração significativa da abertura de novas embaixadas, em específico, no continente africano, na América do Sul e na Europa, indicando um direcionamento estratégico da diplomacia emergentes no sistema internacional. Embora o continente asiático também tenha registrado a abertura de novas embaixadas nesse período, a densidade dessas aberturas foi menos expressiva quando comparada aos continentes citados anteriormente, concentrando-se de forma pontual no Sudeste Asiático.

No ano de 2021, o continente africano permaneceu como “território da diplomacia” em disputa. Nesse mesmo período, a distribuição das embaixadas no continente americano tornou-se mais dispersa, abrangendo a América do Sul e a América Central, porém em menor quantidade. Diferente do ano de 2019, o continente asiático e a Oceania passam a se destacar como novos

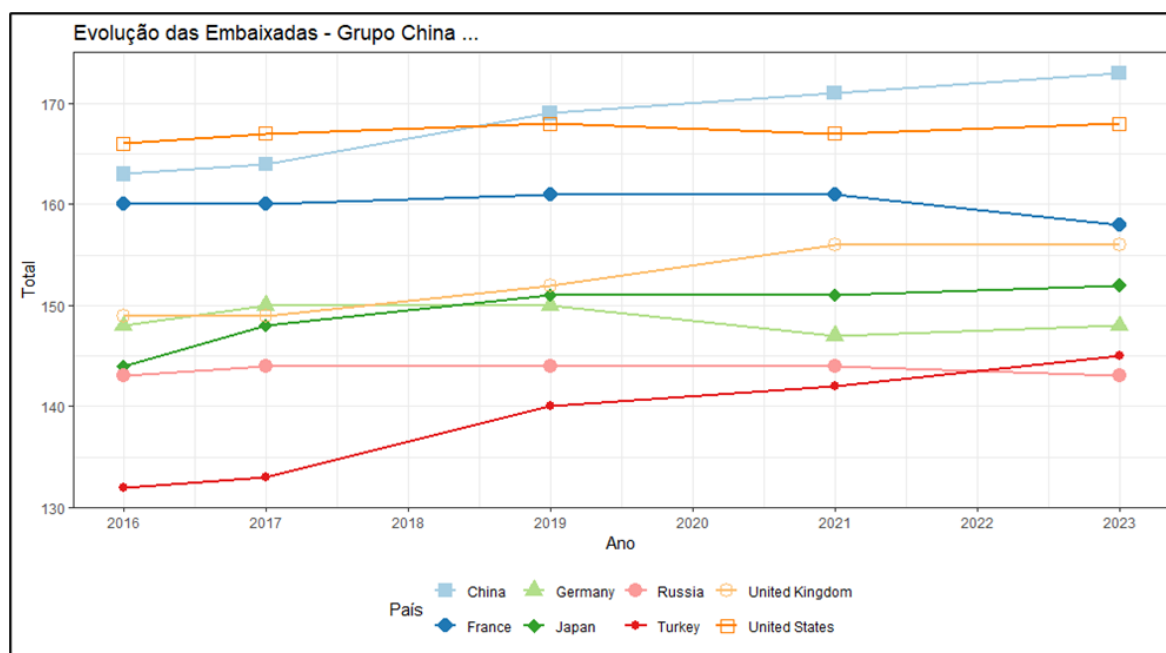
hotspots diplomáticos em 2021. Por fim, em 2023, é possível identificar a abertura de novas embaixadas concentradas na América Central, na África Ocidental, no Oriente Médio e em países insulares, o que reforça a ampliação da presença diplomática em áreas consideradas estratégicas para a projeção política e geopolítica dos Estados.

A China intensificou a abertura das embaixadas, segundo o relatório a China tem grande presença na África, Leste asiático e Pacífico. De acordo com Bley (2019, s/p)

Dois países da região altamente disputada das Ilhas do Pacífico, Kiribati e Ilhas Salomão, romperam relações diplomáticas com Taiwan e fizeram a transição para a China, reduzindo o número de países que reconhecem Taiwan de 22 em 2016 para apenas 15 hoje (incluindo Guatemala, Honduras Cidade do Vaticano). Para Pequim, essa estratégia tanto aumentou o crescente isolamento político de Taiwan quanto aumentou a capacidade da China de avançar seus próprios interesses econômicos e estratégicos. Resumindo, tem sido uma situação ganha-ganha, exceto que ambas as vitórias foram para a China³⁷.

O Gráfico 1 apresenta a dinâmica evolutiva dos países com maior número de embaixadas e as transformações na distribuição das representações diplomáticas do período analisado.

Gráfico 1 – Evolução das embaixadas – grupo China



A China ultrapassou os Estados Unidos em 2019, consolidando-se como a principal potência diplomática em termos de número de representações no exterior. Em sentido oposto, França e Alemanha apresentaram uma redução em suas redes diplomáticas ao longo do período analisado. Desde 2016, observa-se uma tendência contínua de expansão da rede diplomática do

³⁷ Tradução do autor.

Japão e da Turquia, indicando uma estratégia ativa de ampliação de presença internacional; no caso turco, essa expansão está associada à busca por maior projeção geopolítica em regiões estratégicas da África, do Oriente Médio e da Ásia Central.

Para Bley (2019, s/p) a política externa chinesa é China

é comumente chamado de "diplomacia do talão de cheques", Pequim conseguiu conquistar alguns dos últimos parceiros diplomáticos de Taiwan. Mais recentemente, dois países da disputada região das Ilhas do Pacífico, Kiribati e as Ilhas Salomão, romperam relações diplomáticas com Taiwan e passaram a se alinhar com a China, reduzindo o número de países que reconhecem Taiwan de 22 em 2016 para apenas 15 atualmente (incluindo Guatemala, Honduras e Vaticano) (Bley, 2019)³⁸.

Porém, não é só em embaixadas que os chineses ampliam, Bley (2019) pontua que a rede consular tem se ampliado

foco da China em fortalecer sua rede de consulados está em consonância com sua estratégia contínua de promover seus interesses por meio da diplomacia econômica em detrimento da diplomacia tradicional (BLEY, 2019).³⁹

A invasão russa na Ucrânia, produziu impactos significativos sobre a configuração de sua rede diplomática internacional. Desde o início da ofensiva militar, em fevereiro de 2022, Moscou perdeu 14 postos diplomáticos no exterior, em grande medida em decorrência da deterioração das relações bilaterais e de expulsões de diplomatas promovidas por Estados receptores. Em movimento correlato, os países incluídos no Índice encerraram, de forma coletiva, 16 representações diplomáticas em território russo no mesmo período.

As expulsões em massa e coordenadas em grande parte por países do lado ocidental, reduziu de forma expressiva o alcance das atividades diplomáticas e de inteligência russa. Porém, a prática coletiva estrangeira para com os russos não é inédita. Em 2018, após o Reino Unido acusar a Rússia de envenenar um ex-oficial de inteligência russo, desencadeou-se uma reação coletiva que resultou na expulsão de mais de 140 diplomatas russos por países ocidentais. Em resposta, Moscou adotou medidas de retaliação, expulsando dezenas de diplomatas estrangeiros de seu território.

Apesar dessas restrições, a rede diplomática global da Rússia permanece numericamente extensa, refletindo tanto sua ampla projeção internacional herdada do período da Guerra Fria quanto suas persistentes ambições de atuação como grande potência. Todavia, observa-se um

³⁸ Tradução do autor

³⁹ Tradução do autor

declínio relativo de sua posição no sistema diplomático internacional, uma vez que o país passou da quarta colocação no Índice em 2017 para a sexta posição em 2021

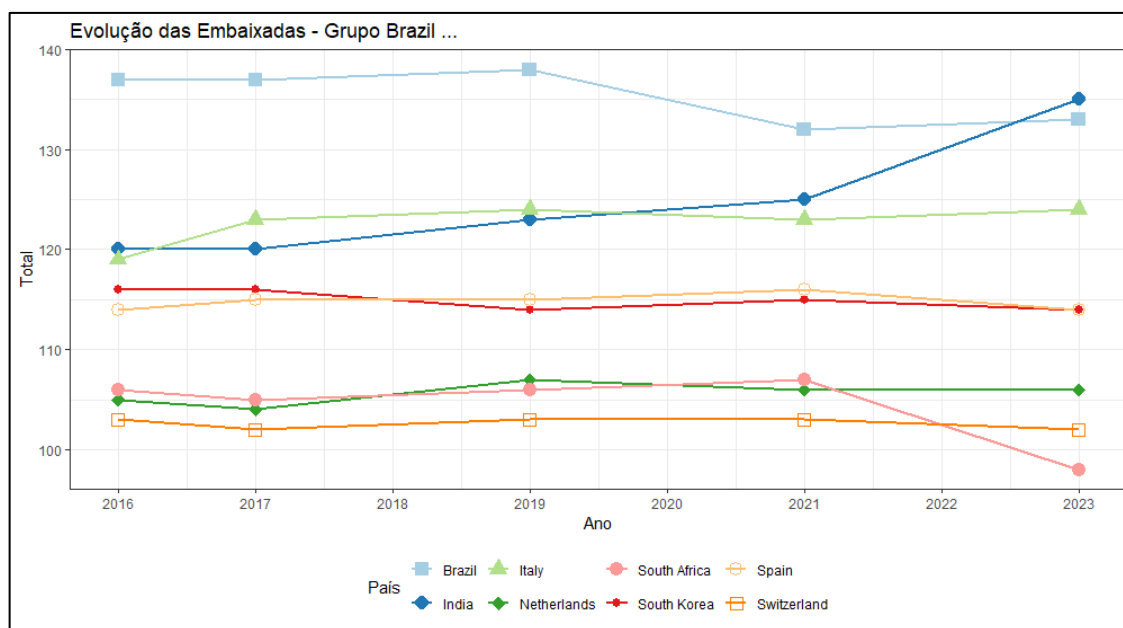
A Turquia reforçou sua rede diplomática, em consonância com uma política externa orientada à diversificação de parcerias para além do eixo tradicional da OTAN. Desde 2017, o país incorporou seis novas representações diplomáticas, movimento que contribuiu para sua ascensão e consolidação no *ranking* das redes diplomáticas (Bley, 2019).

No relatório do *Global Diplomacy Index*, Neelam e Sato (2024) destacaram que a Turquia apresentou um crescimento acelerado de sua rede diplomática, tornando-se, em 2023, o terceiro maior ator diplomático do mundo, ao ultrapassar potências tradicionais como Japão e França. Com um total de 252 postos (embaixadas, consulados e missões permanentes) em operação, o país expandiu de forma contínua sua presença internacional, adicionando 24 novos postos desde 2017 e outros 11 desde a edição anterior do Índice, em 2021. Grande parte dessas novas representações foi instalada no Oriente Médio e na África. Apesar dessa expansão global, a rede diplomática turca mantém um perfil marcadamente eurocêntrico, com 102 postos cerca de 40% do total, concentrados na Europa. Essa distribuição espacial está diretamente relacionada à expressiva diáspora turca presente na zona do euro. Ainda assim, o relatório aponta a existência de lacunas relevantes em outras regiões do mundo, indicando limites e assimetrias na projeção diplomática global da Turquia.

Como exemplificado no relatório, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, a Türkiye não mantém representações diplomáticas no Pacífico, além de apresentar presença limitada nas regiões das Caraíbas e do Oceano Índico, o que evidencia lacunas espaciais relevantes em sua projeção diplomática global.

No mesmo documento, Neelam e Sato (2024) ressaltam que a Índia, apesar de seu expressivo peso demográfico e econômico, historicamente subinvestiu na expansão de sua rede diplomática, permanecendo fora do grupo dos dez países mais bem posicionados no *Global Diplomacy Index*. Contudo, assim como a Turquia, a Índia figura entre os países com crescimento mais acelerado de sua rede diplomática, tendo acrescentado 11 novos postos desde 2021. Novos postos foram abertos no continente africano, o que afirma o fortalecimento dos laços econômicos da Índia com países da região (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Países que aumentaram sua rede diplomática



Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

A presença diplomática da Índia apresentou um aumento a partir do ano de 2017 a 2023 e uma distribuição espacial seletiva, com maior intensidade nos continentes africano, asiático e europeu. Sua rede diplomática abrange os países da Ásia, África Oriental e a região do Oceano Índico, o que demonstra a necessidade estratégica do com a sua vizinhança. Já no Pacífico ocorre o oposto. Sua rede é significativamente limitada a apenas dois postos. A diáspora indiana juntamente com a reformulação da política doméstica do estado indiano, podem ser os motivos para a ampliação da rede.

A partir de 2019, o Brasil passou a apresentar uma queda no *ranking*. A partir do ano de 2016, o Estado brasileiro já adotou uma orientação voltada à redução de gastos, resultando no fechamento de algumas embaixadas no continente africano. O movimento foi aprofundado em 2019, quando, sob a nova orientação da política externa no governo do presidente Jair Bolsonaro, o país promoveu o encerramento de representações diplomáticas tanto na América Central quanto em países africanos.

De acordo com Bley (2019), as dinâmicas geopolíticas, em específico o Brexit, impulsionaram reconfigurações significativas nas redes diplomáticas de alguns países europeus, levando Estados como a Irlanda a ampliarem suas representações no exterior como parte de estratégias diretamente vinculadas às incertezas e aos impactos econômicos e políticos decorrentes da saída do Reino Unido da União Europeia.

Bonnie Bley (2019, s/p), observou que em 2019, o Reino Unido apresentou um movimento contraditório em sua política de projeção diplomática. Embora o discurso oficial anunciasse a abertura de novos postos no Pacífico e de mais doze representações diplomáticas, os dados indicam

o oposto. Desde 2016, o país fechou 11 consulados e escritórios diplomáticos. Como a autora afirma, esse descompasso entre a retórica estratégica e a prática efetiva contribuiu para o esvaziamento da narrativa de uma suposta “*Global Britain*”, revelando os limites materiais e políticos da diplomacia britânica no contexto pós-Brexit. (Bley, 2019 s/p).

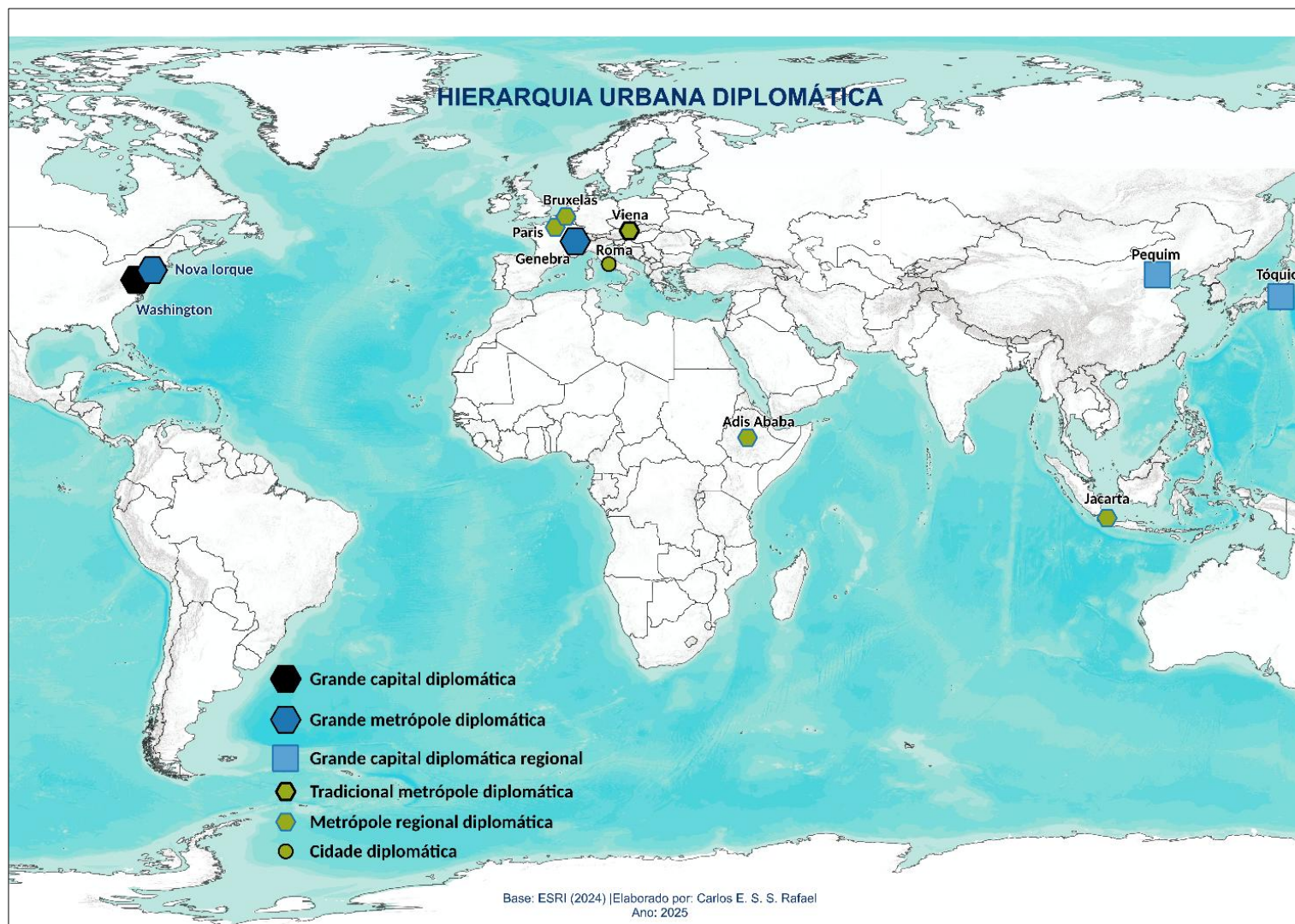
4.2.2 As instituições na escala urbana

Neste item, iremos apresentar a hierarquia urbana da diplomacia que foi construída a partir da articulação entre dados empíricos e referencial teórico, com o objetivo de analisar a distribuição espacial e os diferentes níveis de centralidade exercidos pelas cidades no sistema diplomático. A hierarquia urbana da diplomacia permite compreender como as funções diplomáticas se organizam espacial, revelando padrões de concentração, especialização e regionalização das representações estatais. Ao identificar e classificar cidades segundo critérios quantitativos e históricos, buscou-se evidenciar o papel estratégico dos centros urbanos na organização das relações internacionais e na estruturação das redes diplomáticas contemporâneas.

A partir da sistematização dos dados (*Index Diplomacy Global*, Instituto Lony, 2024) e em articulação com o referencial teórico apresentado ao longo da pesquisa, foi construída uma hierarquia urbana diplomática com o objetivo de compreender a distribuição espacial e a centralidade das representações diplomáticas no sistema internacional contemporâneo. A presente hierarquia busca demonstrar o papel diferenciado desempenhado pelas capitais constitucionais e metrópoles na organização das relações diplomáticas, considerando que a diplomacia, embora formalmente vinculada aos Estados, apresenta uma outra dimensão concreta no espaço urbano.

A definição das categorias teve como critério central a concentração de representações diplomáticas, expressa pelo número de embaixadas e de missões permanentes sediadas em cada cidade (Mapa 2). Não foi incluído dados que se referem a concentração dos consulados. Portanto, partimos do pressuposto de que quanto maior a concentração dessas representações, maior é o grau de centralidade diplomática do centro urbano. Pode-se afirmar que a presente dinâmica urbana da diplomacia, além de ter uma importância política, possui uma capacidade de articulação internacional, de infraestrutura institucional e de inserção na rede global. Com base nesse procedimento metodológico, foram estabelecidas seis categorias hierárquicas, que expressam diferentes níveis de relevância diplomática.

Mapa 2 – Hierarquia urbana - centros metropolitanos da diplomacia



Fonte: Index Diplomacy Global (2024) Adaptado: Carlos E. S. S. Rafael (2026)

A categoria de grande capital diplomática corresponde aos centros urbanos que concentram o maior número de embaixadas e missões permanentes, funcionando como nós centrais da diplomacia. Em seguida, a grande metrópole diplomática reúne cidades que, embora não ocupem o nível máximo da hierarquia, apresentam grande quantidade de representações e forte centralidade. A categoria de capital diplomática abrange cidades com papel consolidado como sedes do poder estatal e com presença significativa de representações estrangeiras, ainda que em menor número quando comparadas aos níveis superiores. A metrópole diplomática tradicional está relacionada aos centros urbanos cuja relevância diplomática se constituiu historicamente devido as funções políticas exercidas em períodos anteriores, mantendo, porém, um papel relevante na atualidade. Já a metrópole regional diplomática contempla cidades que exercem centralidade diplomática em escalas regionais específicas, funcionando como pontos de articulação entre Estados e organizações internacionais. A última categoria, cidade diplomática, inclui centros urbanos com presença mais limitada de representações diplomáticas, porém, que desempenham funções específicas no âmbito das relações internacionais, seja por sua posição estratégica, seja por sua especialização temática ou regional.

A primeira categoria, grande capital diplomática, representada por Washington, configura-se como a cidade que concentra o maior número de embaixadas no mundo, sendo o centro mais relevante na organização das relações diplomáticas contemporâneas. Sobre os Estados Unidos na esfera da diplomacia, Bley (2019, s/p), afirma que é um

“[...]importante país anfitrião de missões estrangeiras. Os Estados Unidos continuam sendo, de longe, o local mais popular para os países manterem embaixadas e consulados [...] Quando se adicionam as missões permanentes em organizações internacionais, como as Nações Unidas, a liderança dos Estados Unidos se consolida ainda mais” (Bley, 2019, s/p).⁴⁰

A segunda categoria, grandes metrópoles diplomáticas, apresentam dois critérios, um quantitativo e outro histórico. As cidades de Nova Iorque e Genebra, respectivamente, foram classificadas por sediar a ONU, tendo a presença de um número expressivo de missões permanentes junto à organização, conferindo à cidade um papel universal na diplomacia multilateral e a outra, por concentrar missões diplomáticas devido a presença de organizações internacionais, além de possuir uma trajetória histórica associada à diplomacia, sendo um território “neutro”. A expressiva quantidade de missões permanentes, a elevada densidade de organizações internacionais e o papel histórico desempenhado por Genebra na diplomacia foram os elementos que a caracterizaram. Tanto Nova Iorque quanto Genebra são centros urbanos de elevada

⁴⁰ Tradução nossa

relevância diplomática. Todavia, cabe ressaltar que, embora desempenhem funções centrais no sistema diplomático internacional, ambas as cidades não correspondem como capitais constitucionais de seus respectivos Estados, o que reforça a dissociação entre centralidade diplomática e função político-administrativa formal.

A terceira categoria, denominada grande capital diplomática regional, refere-se às cidades de Pequim e Tóquio. Ambas as capitais, localizadas no Oriente, concentram o maior número de embaixadas na região. Além de serem capitais constitucionais de relevância geopolítica, ambas caracterizam por serem estratégicas no âmbito político-econômico. Embora a China possua a maior rede diplomática do mundo, em termos do número total de embaixadas no exterior (Lowy, 2024), Pequim não apresenta uma concentração de representações diplomáticas equivalente à observada em Washington, classificada como grande capital diplomática global. Essa diferença evidencia que a amplitude da rede diplomática externa de um Estado não se traduz, necessariamente, em igual densidade de representações estrangeiras em sua capital (Bonnie, 2019). No caso japonês, após China, Estados Unidos, Turquia e França, o Japão está entre os países com uma rede diplomática expressiva em escala global, o que se reflete na importância de Tóquio no cenário diplomático regional. A capital japonesa apresenta uma concentração significativa de embaixadas, consolidando-se como uma outra capital constitucional de forte influência diplomática do Oriente.

Segundo Bley (2019, s/p)

O Japão subiu para a quarta posição em 2019, ultrapassando a Rússia pela primeira vez. Diante de um equilíbrio de poder em mudança em sua vizinhança, incluindo uma China cada vez mais assertiva, Tóquio tem investido silenciosamente em sua presença diplomática há quase uma década. A adição de sete novos cargos em países estrategicamente cruciais, como Camboja, Filipinas, Seychelles e Vanuatu, eleva o total de cargos em Tóquio para 247 (BLEY, 2019, s/p)⁴¹.

Na quarta categoria, denominada metrópole diplomática tradicional, foi utilizado o critério histórico. Esta foi associada à dimensão histórica da diplomacia. No âmbito da presente classificação, essa categoria refere-se à capital constitucional da Áustria, a cidade de Viena, cuja importância diplomática se fundamenta menos na atual concentração de representações estrangeiras e mais em seu legado histórico no sistema internacional. Diferentemente das capitais constitucionais e cidades mencionadas anteriormente, Viena não apresenta, no período contemporâneo, uma quantidade expressiva de embaixadas ou missões permanentes que a coloque

⁴¹ Tradução nossa

entre os principais centros diplomáticos em termos de densidade institucional. Todavia, sua inserção na hierarquia urbana diplomática é justificada pelo papel central que a cidade desempenhou historicamente como território privilegiado de negociação, concertação e produção normativa da diplomacia internacional. Viena foi palco de eventos diplomáticos de grande relevância, como o Congresso de Viena (1814–1815)⁴² e a elaboração e a adoção de instrumentos normativos centrais para a diplomacia contemporânea, como a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963). Destarte, a inclusão de Viena na categoria de metrópole diplomática tradicional se baseou na consideração de sua dimensão histórica, evidenciando que a hierarquia urbana diplomática não se estrutura exclusivamente a partir de critérios quantitativos contemporâneos, porém, procurou incorporar a relevância simbólica, política e histórica dos lugares na constituição da diplomacia.

A quinta categoria, denominada metrópole regional diplomática, é representada pelas capitais constitucionais de Bruxelas, Paris, Adis Abeba e Jacarta. Para a definição dessa categoria, foi adotado predominantemente o critério quantitativo, considerando a concentração de representações diplomáticas associadas, em específico, à presença de organizações internacionais e da diplomacia multilateral. Essas capitais caracterizam-se por desempenhar funções de articulação diplomática em escala regional, atuando como centros de *convergência* de Estados e organismos internacionais.

Bruxelas é sede de duas instituições, a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Tal motivo foi atribuído devido a concentração de um número expressivo de missões diplomáticas junto a essas organizações. Paris, por sua vez, além de concentrar diversas organizações internacionais que estimulam o estabelecimento de representações diplomáticas, apresenta uma dimensão histórica e simbólica relevante no campo da diplomacia internacional, exemplificada pela assinatura do Acordo de Paris sobre o clima.

Deslocando a análise para além do eixo europeu, foram incluídas nessa mesma categoria as capitais de Adis Abeba, no continente africano, e Jacarta, no Sudeste Asiático. Ambas exercem centralidade diplomática respectivas regiões. Adis Abeba, por ser sede da UA, permite que Estados-membros estabeleçam missões diplomáticas permanentes junto à organização, consolidando a cidade como um centro diplomático no continente africano. De forma semelhante, Jacarta, capital da Indonésia, abriga a ASEAN, o que resulta na concentração de missões diplomáticas e outras

⁴² Marco histórico na reorganização da ordem política europeia após as Guerras Napoleônicas.

modalidades de representação estatal. Assim, a categoria de metrópole regional diplomática indica que essas duas capitais regionais sejam estratégicas na diplomacia multilateral.

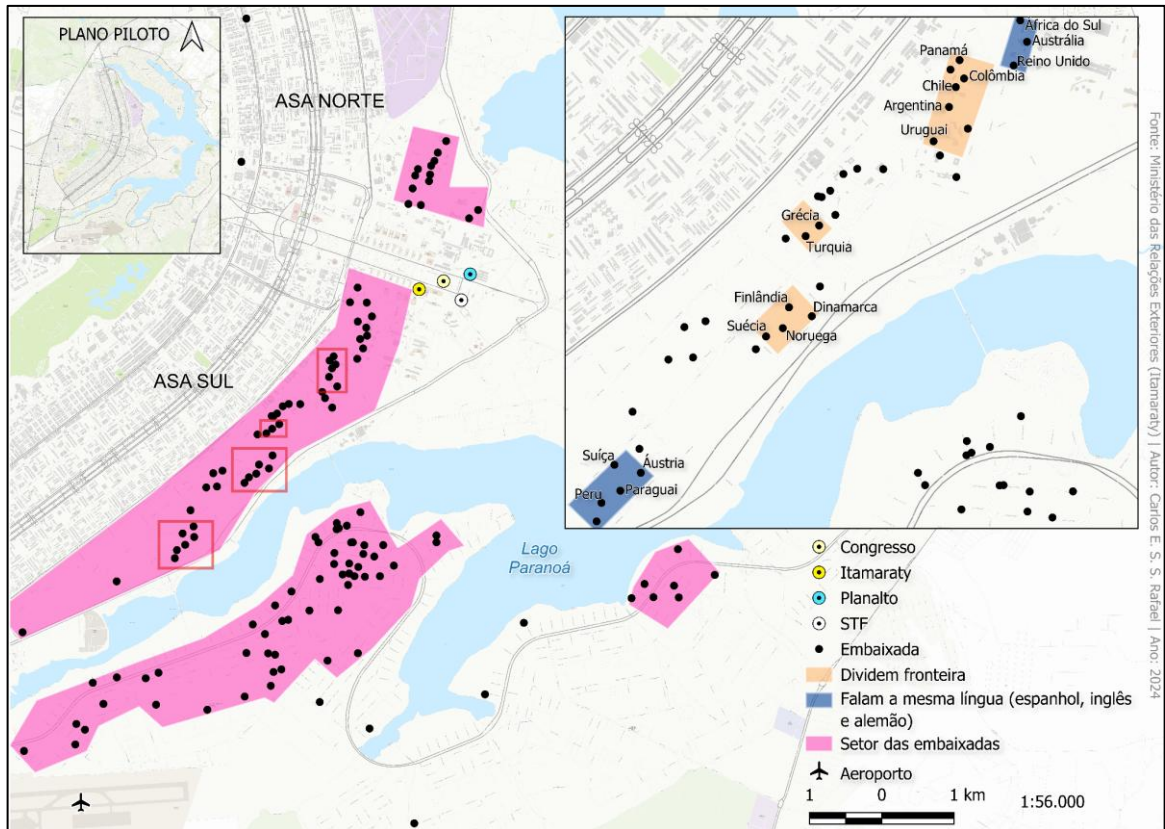
Por fim, a última categoria, denominada cidade diplomática, é representada por Roma. A capital italiana sedia a FAO. Em razão dessa função, Roma abriga um conjunto de missões diplomáticas e representações permanentes junto à FAO, ainda que em número inferior ao observado nas categorias hierárquicas superiores.

A hierarquia urbana diplomática proposta permitiu compreender a diplomacia como um fenômeno espacialmente centralizado em algumas regiões do globo, porém, ainda muito predominado no eixo ocidental (atlântico-europeu). Outra característica que a hierarquia demonstrou, refere-se como as cidades se organizam e se articulam em níveis distintos de centralidade e influência no sistema internacional. O objetivo em demonstrar a organização espacial urbana da diplomacia possibilitou apresentar uma nova abordagem que coloca importância do espaço urbano para além dos modelos urbanos-econômicos. As relações interestatais em suas dimensões multifacetadas, dão uma dimensão política no espaço urbano na escala mundial.

4.2.2.1 Quem vai ser meu vizinho? O mapa mundi das embaixadas

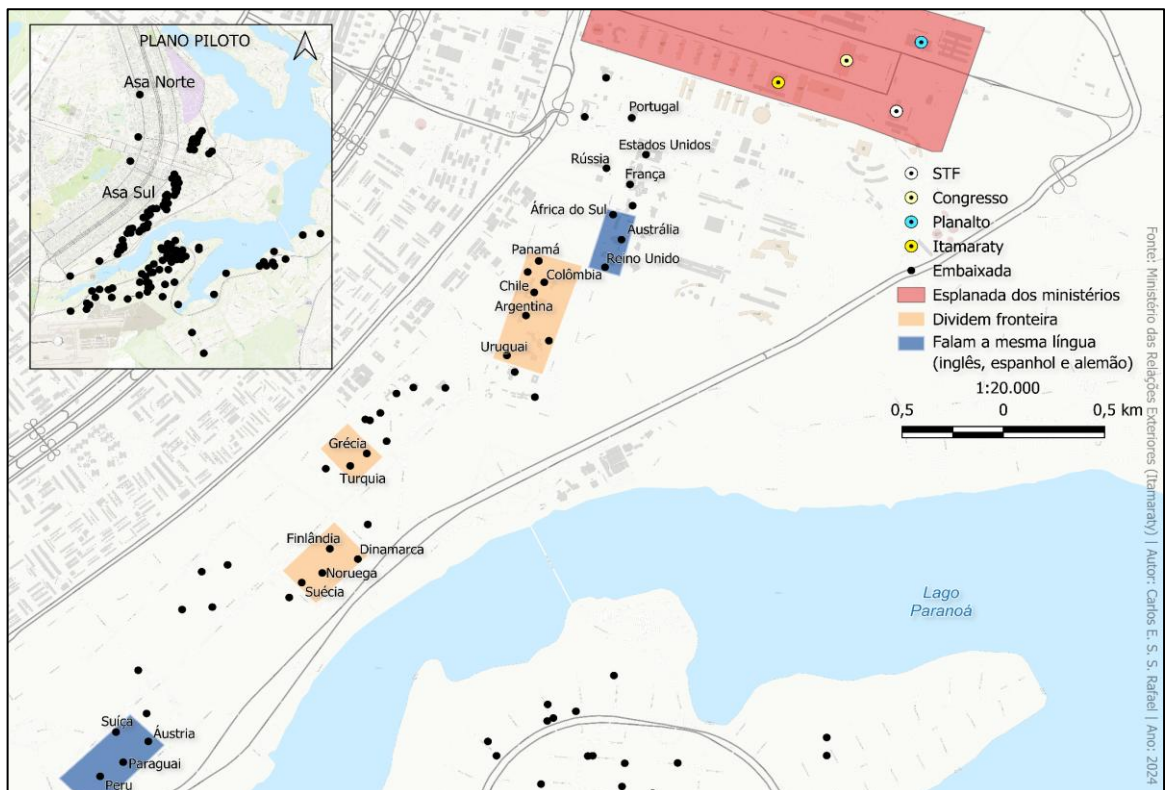
Neste item, iremos apresentar a organização espacial das embaixadas na capital federal, Brasília, cuja localização se distribui predominantemente em três setores urbanos no Plano Piloto: Asa Norte, Asa Sul e Lago Sul. A análise foi fundamentada no conceito de coesão espacial (Corrêa, 1979), entendido como a tendência de os objetos geográficos se aglomerarem no território, formando padrões de concentração. No caso das embaixadas, observamos que o processo de coesão espacial resultou na formação de conjuntos localizados próximos aos Três Poderes, com destaque para o Palácio Itamaraty, instituição especializada na condução das relações exteriores do Estado brasileiro (Mapa 3 e 4).

Mapa 3 – Setor de Embaixadas, Plano Piloto, Brasília.



Fonte: Google Maps

Mapa 4 – Setor de embaixadas, Plano Piloto, Brasília



Fonte: Google Maps

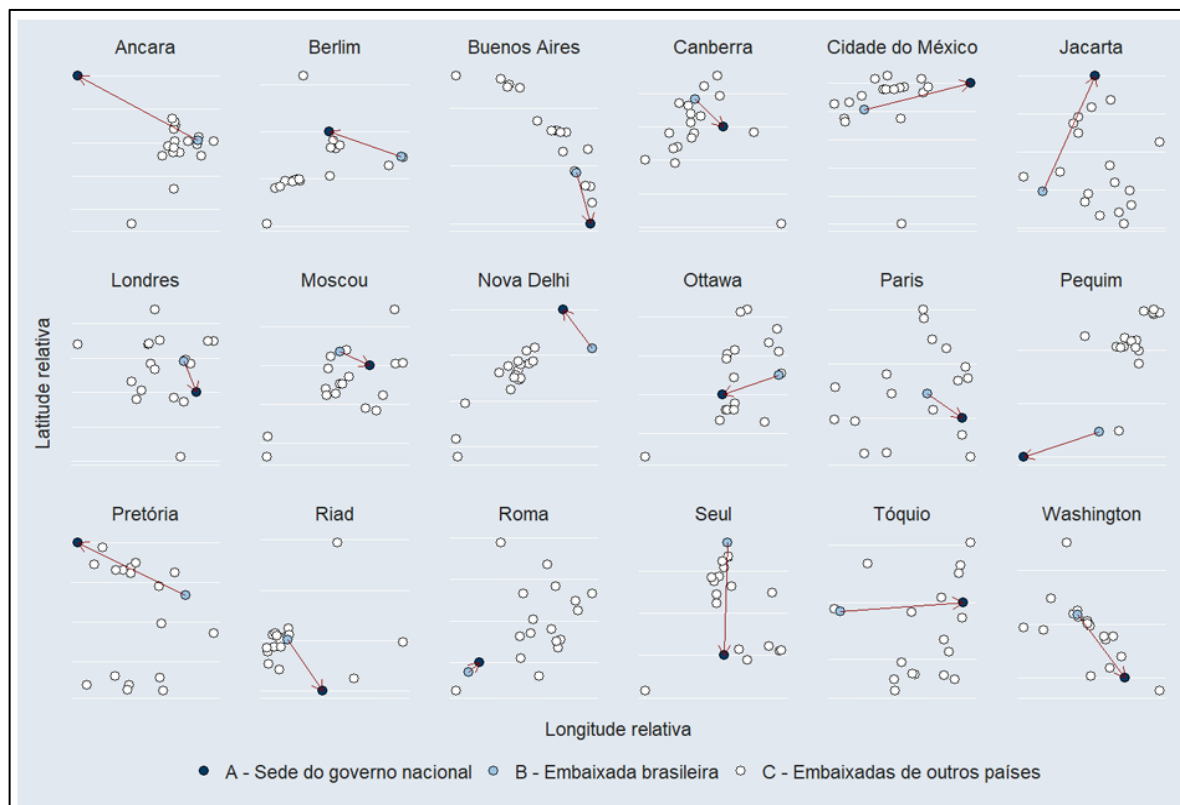
Na Asa Norte, estão localizadas poucas embaixadas, majoritariamente de países da África e do Oriente Médio, já a Asa Sul abriga maior quantidade de representações diplomáticas de diversas regiões do globo. Já no Lago Sul, predominam embaixadas de países com menor expressão relativa no sistema de poder internacional.

De modo particular, as embaixadas situadas na Asa Sul podem ser agrupadas em três blocos principais: aquelas de países que mantêm proximidade territorial e compartilham fronteiras (Suécia-Noruega-Dinamarca-Finlândia, Grécia-Turquia, Chile-Argentina-Uruguai, Colômbia-Panamá); as de países que possuem afinidades linguísticas, como os falantes de espanhol, inglês e alemão (Peru-Paraguai, Suíça-Áustria, África do Sul-Austrália-Reino Unido); e, em posição mais próxima ao Itamaraty, as embaixadas de Portugal, em função dos laços históricos decorrentes do processo de colonização, e das potências geopolíticas Estados Unidos, Rússia e França, evidenciando a dimensão simbólica e estratégica da localização diplomática no espaço urbano de Brasília.

No planejamento urbano de Brasília, as embaixadas são alocadas nos setores urbano específico, Setores de Embaixadas Norte e Sul, com base na disponibilidade de terrenos e a ordem em que os países estabeleceram suas missões diplomáticas. A proximidade geográfica não necessariamente reflete as relações diplomáticas entre os dois países, que historicamente têm sido complexas. Em vez disso, a organização das embaixadas em Brasília é influenciada por questões práticas, como o *layout* urbano e a disposição de terrenos quando cada embaixada foi construída. As embaixadas localizadas na Asa Sul, foram as primeiras a terem um lote na nova capital. A transferência das embaixadas aconteceu de forma integral em 1973, quando o ministério das relações exteriores saiu definitivamente do Rio de Janeiro e iniciou as atividades em Brasília (Vinhote, 2019).

Já as embaixadas brasileiras, no exterior, inserem-se em uma lógica espacial que pode ser analisada a partir de critérios locacionais e de proximidade em relação aos centros de poder político dos países anfitriões. No relatório *Postos de representação do Brasil no exterior* divulgado em 2022, foi realizado o levantamento de dados georreferenciados da localização geográfica das embaixadas dos países do G20 em suas respectivas capitais, por meio da ferramenta de busca do Google Maps. Posteriormente, construiu-se uma matriz destinada a relacionar a localização desses postos diplomáticos entre si. De acordo com a metodologia adotada, esse procedimento permitiu identificar se a distância relativa das embaixadas brasileiras, em comparação às demais embaixadas do G20, em relação às sedes dos governos nacionais apresentava padrões de proximidade ou diferenças significativas. Já as embaixadas brasileiras, apresentam uma localização distinta a depender do país em que estão sediadas.

Figura 1 - A sede do governo nacional é representada por um ponto preto, a embaixada brasileira por um ponto azul-claro e as demais embaixadas por pontos brancos.



Fonte: CMAP (2022)

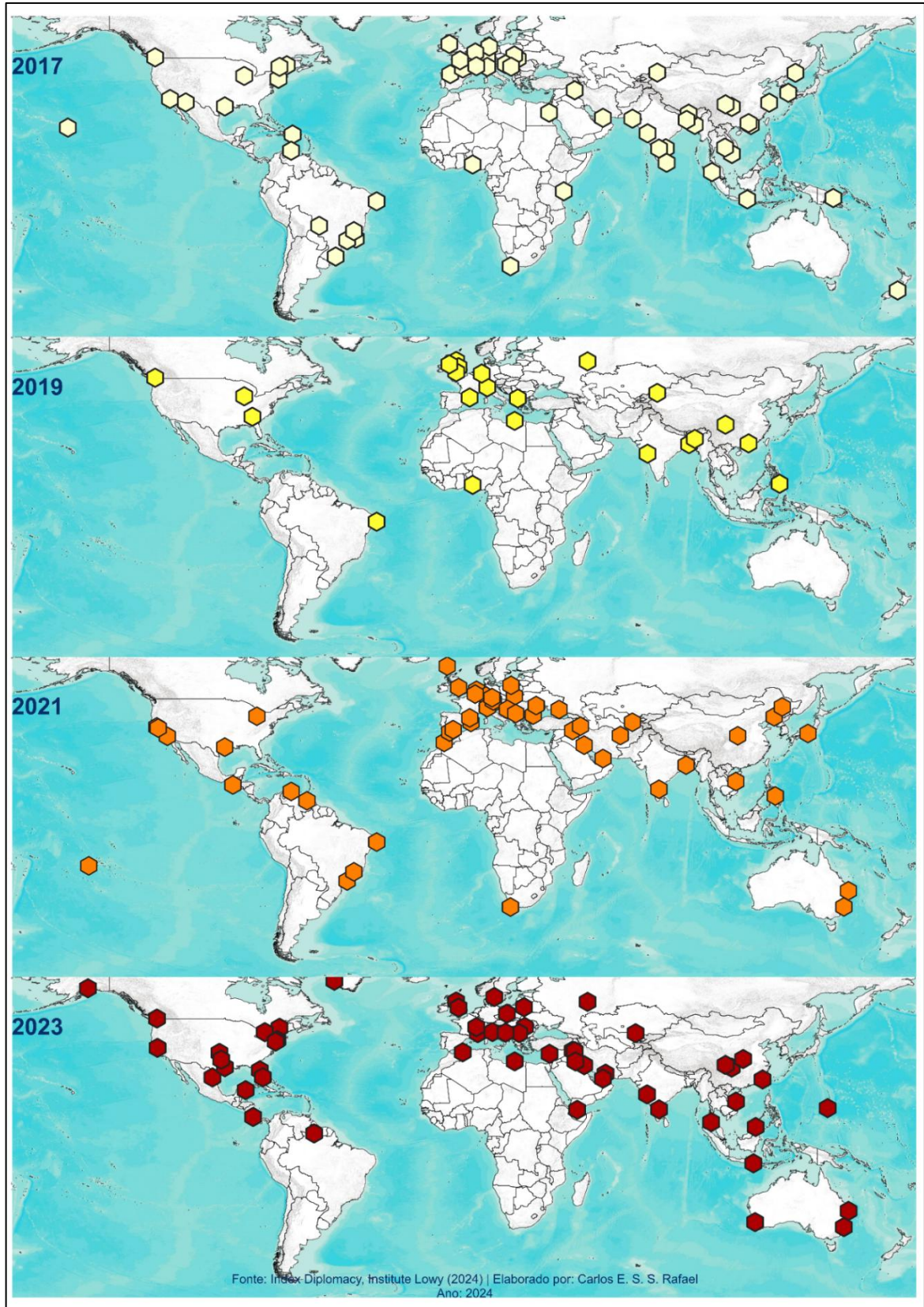
As conclusões apresentadas no relatório indicam que, no primeiro grupo analisado, as embaixadas de muitos países, incluindo a do Brasil, estão localizadas relativamente próximas às sedes dos governos nacionais. Esse padrão é observado em capitais como Buenos Aires, Camberra, Londres, Moscou e Paris. Em alguns casos específicos, a embaixada brasileira apresenta a menor distância em relação à sede do governo local, como ocorre em Roma, onde o Brasil dispõe de imóvel próprio, e em Pequim. Nos demais casos, entretanto, a embaixada brasileira está a uma distância superior à média das demais embaixadas dos países analisados (CMAP, 2022)

4.3 Consulados: os metropolitanos pobres

Esta seção tem como objetivo identificar quais regiões do globo apresentaram maior concentração de consulados ao longo do período (207-2023), compreendendo a mudança como a abertura de novos postos consulares. Partimos da hipótese de que a expansão ou reforço da rede consular pode indicar a emergência de determinadas regiões como *hotspots* da geoeconomia contemporânea. Para a realização da análise, foram consideradas exclusivamente as localizações dos consulados nos países que já integravam o início do monitoramento, totalizando 42 países, o que assegura maior comparabilidade dos dados ao longo do tempo. Optamos por trabalhar apenas com as variáveis “Consulados” e “Consulados-Gerais”, excluindo outras tipologias de

representação diplomática. O recorte temporal adotado foi do período de 2017 a 2023, permitindo observar dinâmicas recentes de redistribuição espacial e possíveis tendências de concentração consular (Mapa 5).

Mapa 5 – Abertura de consulados



Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

Entre os anos de 2017 e 2019, é possível observar uma dinâmica estável da rede consular, com a abertura de um número reduzido de novos consulados, concentrada nos continentes europeu e asiático. Essa dinâmica sugere uma expansão pontual e seletiva, direcionada a regiões já consolidadas no sistema geoeconômico. Em 2021, contudo, verificou-se uma intensificação significativa desse movimento, marcada por um aumento expressivo no número de aberturas consulares, especialmente na Europa, no Oriente Médio e nas Américas, indicando uma reorientação estratégica dos Estados em resposta a transformações geopolíticas e geoeconômicas recentes. Por fim, em 2023, o processo de expansão consular foi mais restrito do ponto de vista espacial, concentrando-se exclusivamente na América do Norte, na Europa, no Oriente Médio e na Ásia.

A partir dos resultados temos três hipóteses explicativas. A primeira está relacionada ao caráter objetivo dos consulados, cuja função central consiste no atendimento direto aos nacionais no exterior; nesse sentido, a intensificação dos fluxos migratórios internacionais tende a estimular determinados Estados a ampliarem sua rede consular como forma de prestar assistência administrativa, jurídica e social às suas populações. A segunda hipótese está relacionada a concentração de aberturas de consulados no Oriente Médio, a qual pode estar associada à inserção estratégica de alguns Estados na iniciativa *One Belt One Road*⁴³. Esse processo demonstra o papel dos postos consulares como instrumentos de apoio à expansão econômica, comercial e logística em regiões consideradas.

Enquanto embaixadas refletem poder político, consulados refletem poder econômico. O foco da China em fortalecer seus consulados está de acordo com seu foco contínuo em avançar seus interesses por meio da diplomacia econômica em detrimento da diplomacia tradicional. Dos 96 consulados da China, 41 estão localizados na Ásia e 28 na Europa. Isso anda lado a lado com a Iniciativa Cinturão (Bley, 2019).

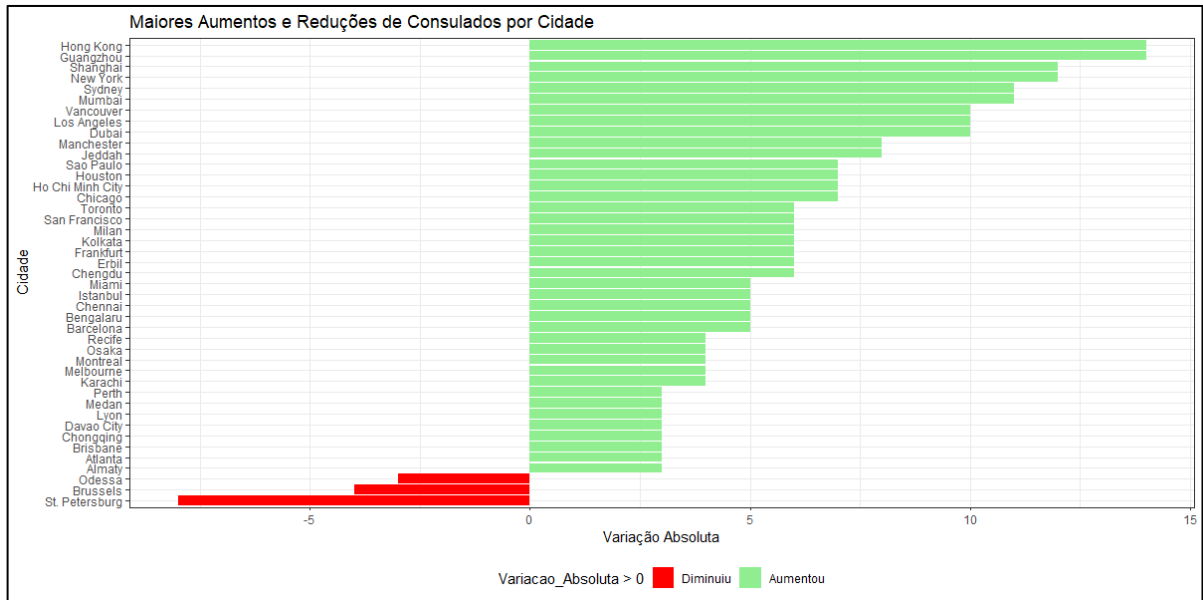
Por fim, destaca-se a terceira hipótese, que aponta para a intensificação da disputa geopolítica entre as duas grandes potências contemporâneas, China e Estados Unidos, particularmente nas ilhas do Pacífico. A ação de ambos os países que abriram consulados nos países insulares do pacífico, pode ser interpretada como parte de uma estratégia mais ampla de projeção de influência, presença diplomática e consolidação de alianças em áreas geopoliticamente sensíveis.

A diplomacia revela uma clara hierarquia urbana, expressa pela distribuição desigual das representações consulares no espaço mundial. O Gráfico 3 evidencia que a centralidade diplomática

⁴³ Projeto Geopolítico da China conhecida como Rota da Seda.

e consular, anteriormente concentrada sobretudo no continente europeu, vem sendo progressivamente deslocada para o eixo oriental.

Gráfico 3 – Cidades que tiveram aumento e reduções de consulados entre 2016 a 2023



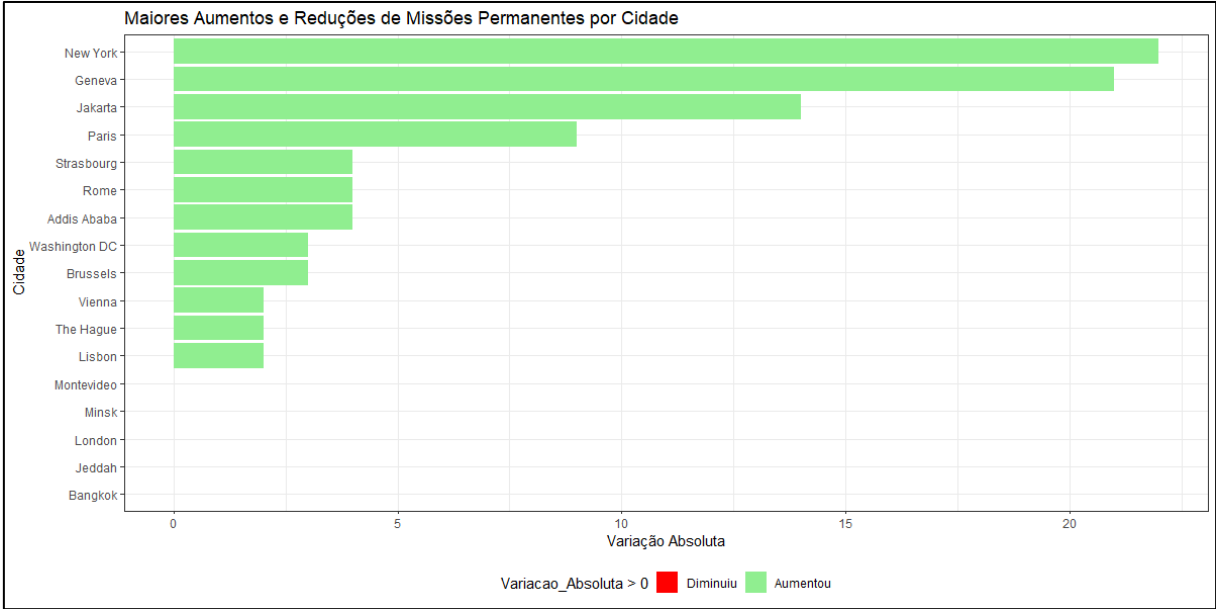
Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

Nesse contexto, três grandes metrópoles chinesas destacam-se por apresentar o maior aumento no número de consulados entre 2016 e 2023, refletindo o fortalecimento do papel da China na reorganização das redes diplomáticas globais. Em sentido oposto a essa tendência de expansão, identifica-se São Petersburgo como a metrópole que registrou o maior número de encerramentos de representações consulares no mesmo período. Tal redução está associada, principalmente, à deterioração das relações diplomáticas da Rússia com países ocidentais, em especial à crise com o Reino Unido em 2017, envolvendo acusações de espionagem, e ao conflito armado com a Ucrânia. Esses eventos demonstram como tensões políticas e geopolíticas impactam diretamente a variação do número de consulados, evidenciando a sensibilidade das redes consulares às dinâmicas internacionais no período de 2016 a 2023 (Gráfico 4).

A outra forma espacial diplomática é a missão permanente, acreditada junto de organizações internacionais, organizações intergovernamentais ou organismos regionais. Nova York abriga missões permanentes credenciadas à ONU; em Bruxelas: há missões permanentes ligadas à UE, à OTAN e à União da Europa Ocidental, Os Estados não-membros da UE geralmente têm uma única missão que trabalha em assuntos da UE e também é a embaixada bilateral na Bélgica (às vezes simultaneamente credenciada em Luxemburgo também). Em Genebra, muitos países mantêm várias missões permanentes, abrangendo a ONU e as suas agências, a OMC e a Conferência do Desarmamento. As missões permanentes diferem das embaixadas num aspecto, na medida em que mais do que um alto funcionário pode ocupar a

categoria de embaixador; tais designações são muitas vezes títulos de cortesia. A missão permanente é um mecanismo diplomático de representação que visa a negociação constante, em discussão com as missões que representam outros países e os secretariados.

Gráfico 4. Cidades que tiveram aumento em missões permanentes de 2016 a 2023.



Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

A Tabela 1 apresenta a variação no número de missões diplomáticas permanentes em quatro cidades entre os anos de 2016 e 2023, considerando a quantidade inicial, a quantidade final, a variação absoluta e a variação percentual.

Tabela 1 – Cidades com mais missões permanentes

CIDADE	QTD 2016	QTD 2023	VARIACAO ABSOLUTA	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
Nova Iorque	42	64	22	52.38
Genebra	58	79	21	36.21
Jakarta	6	20	14	233.33
Paris	49	58	9	18.37

Fonte: Index Diplomacy Global (2024)

Observa-se que todas as cidades analisadas registraram crescimento no número de missões diplomáticas permanentes no período. Nova Iorque, sede da ONU apresentou a maior variação absoluta, 22 missões, o que corresponde a uma variação percentual de 52,38%, reforçando sua centralidade no sistema diplomático internacional. Genebra também teve aumento expressivo, com crescimento de 21 missões, passando de 58 em 2016 para 79 em 2023, o que representa uma variação de 36,21%, mantendo seu papel estratégico como polo de organismos internacionais e diplomacia multilateral. Por fim, Paris apresentou crescimento moderado, com aumento de 9

missões, passando de 49 para 58, cidade de posição consolidada como metrópole diplomática tradicional.

Fora do eixo ocidental, duas grandes cidades se destacam em relevância geopolítica. Jacarta e Adis Ababa. Esta última é sede da UA. Diferente da primeira, Jacarta, apesar de partir de uma base reduzida, destacou-se pela maior variação percentual entre as cidades analisadas. O número de missões passou de 6 para 20, resultando em um aumento absoluto de 14 missões e uma variação percentual de 233,33%, indicando um fortalecimento recente de sua relevância diplomática no contexto regional e global.

Jacarta destaca-se como a metrópole do Oriente a ter aumento expressivo e contínuo de missões permanentes, exercendo uma centralidade diplomática regional. Identificamos que as missões permanentes adicionadas no período correspondem aos Estados membros da ASEAN, já que a cidade é sede da associação. Este fator demonstra uma organização espacial geopolítica vinculada à diplomacia regional e ao fortalecimento institucional do bloco. Esse padrão confirma o papel de Jacarta tornou-se uma cidade de relevância político-diplomático estratégico, no qual se materializam relações multilaterais, articulações regionais e interesses geopolíticos cooperativo no Sudeste Asiático.

O número expressivo de missões permanentes em Jacarta reflete a ampliação de sua hierarquia urbana no sistema diplomático internacional, reforçando sua condição de metrópole nodal na rede de cidades globais voltadas à diplomacia multilateral.

CAPÍTULO 3

A AMAZÔNIA ENQUANTO ESPAÇO POLÍTICO DA DIPLOMACIA



RESUMO DO CAPÍTULO: O último capítulo tem como objetivo situar a área de estudo na diplomacia. Iremos abordar de forma descritiva as instituições diplomáticas que foram criadas pelos países amazônicos. Em seguida iremos apresentar a diplomacia bilateral brasileira com os países que são doadores do Fundo Amazônia. Por fim, encerraremos o capítulo destacando as atividades exercidas pelos consulados nas cidades da Amazônia brasileira

5.1 O Fundo Amazônia e nova geografia política para Amazônia

A região Amazônica constitui um complexo mosaico marcado por elevada diversidade biológica, geografia (hidrografia, relevo etc.) e social. A Amazônia apresenta coesão apenas no campo semântico. Localizada na porção setentrional do continente sul-americano, a região abrange oito Estados nacionais: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (Mapa 6). Devido a sua fragmentação político-territorial ao longo do processo histórico, desde o período colonial, marcado pela atuação de Portugal e Espanha, a região amazônica passou a integrar diferentes projetos e dinâmicas políticas distintas em cada porção amazônica dos respectivos Estados nacionais.

Mapa 6 – Estados membros da OTCA.



Fonte: Carlos Eduardo S. S. Rafael (2024)

O bloco amazônico foi inicialmente pensado ainda na década de 70 devido as alianças dos países que viriam a formar o bloco andino. Inicialmente, alguns países não tiveram o interesse em formar o bloco com o Brasil por conta da desconfiança com o estado brasileiro. O período da Guerra Fria era também um dos contextos para que a região fosse integrada devido a disputa em

diversas regiões pelos Estados Unidos e União Soviética. Entre os membros do bloco amazônico, ficou estabelecido que cada estado nacional fosse soberano em no seu espaço amazônico.

O interesse brasileiro ia além de ser um bloco “ambiental”. Inicialmente o bloco na perspectiva brasileira era voltado para uma integração em diversos setores (econômico, logístico, políticos etc.). Porém, os estados membros da comunidade andina não aderiam com o receio de ficarem na orbita de influência do Brasil e devido a possível “quebra comercial” entre os membros da Comunidade Andina. Posteriormente. Os últimos países a aderirem ao bloco amazônico foram a Guiana e Suriname, logo após o processo de independência da Inglaterra e Holanda

Para Rodrigues e Paiva (2025), a ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica foi motivada principalmente por três fatores: a reafirmação da soberania dos países amazônicos frente a propostas de internacionalização da região; a promoção do desenvolvimento econômico por meio da exploração racional dos recursos naturais e da cooperação internacional; e a resolução de tensões políticas envolvendo a barragem de Itaipu entre Brasil e Argentina.

Apesar da existência de oito países amazônicos, a Amazônia brasileira assume uma dimensão diplomática singular quando comparada às demais porções do bioma sob soberania nacional distinta. Essa especificidade decorre tanto da extensão territorial da Amazônia no Brasil quanto do papel político que o país passou a exercer nos debates ambientais internacionais. A partir dos anos 2000, há uma intensificação das discussões ambientais em escala global, nas quais temas como mudanças climáticas, desmatamento e biodiversidade passaram a ocupar posição central nas agendas diplomáticas.

É nesse ínterim diplomático que, em 2008, o governo brasileiro institui o Fundo Amazônia, com o objetivo de criar um mecanismo específico de captação de recursos financeiros destinados à proteção, ao monitoramento e ao enfrentamento das dinâmicas socioambientais na Amazônia. O Fundo surge como um instrumento de governança ambiental, articulando políticas públicas nacionais com o financiamento internacional.

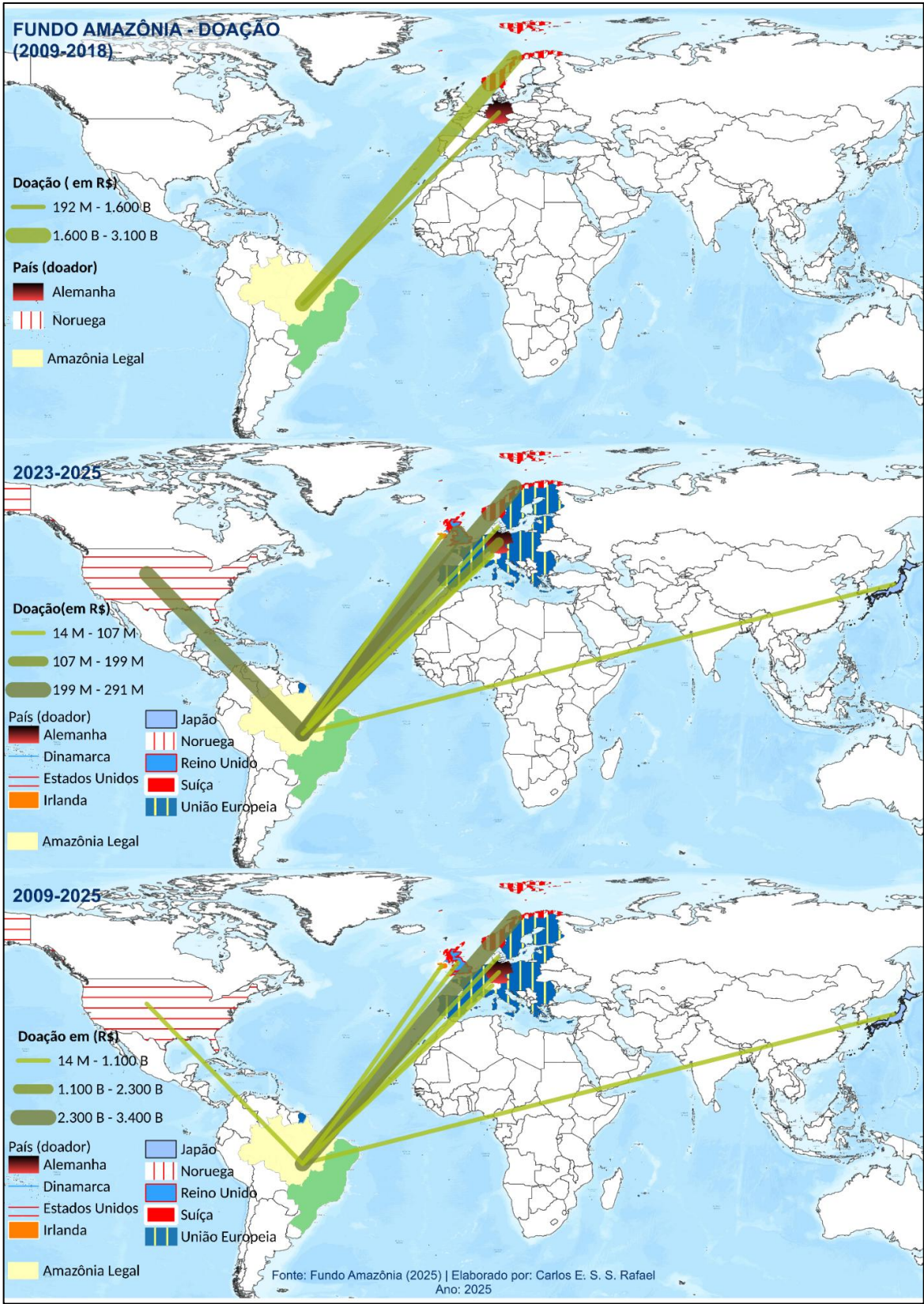
No que se refere à dinâmica de captação e à estrutura dos doadores, o Fundo Amazônia opera por meio de um sistema de internalização de recursos que expressa a confiança da comunidade internacional nas políticas ambientais brasileiras. Até o fechamento dos balanços mais recentes, o Fundo internalizou mais de R\$ 4,98 bilhões em doações, provenientes majoritariamente de governos estrangeiros.

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, o Fundo Amazônia tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis destinados a ações de

prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como à promoção da conservação e do uso “sustentável” da Amazônia Legal.

Entre 2009 e 2018, os principais países doadores do Fundo Amazônia foram a Alemanha e a Noruega. As doações foram suspensas entre 2019 e 2022, em decorrência de mudanças na orientação da política ambiental brasileira e de questionamentos internacionais sobre a governança do fundo. Com a mudança do governo federal, a partir de 2023, os aportes financeiros foram retomados, acompanhados da ampliação do rol de países doadores. Além da Alemanha e da Noruega, passaram a integrar o grupo de financiadores Estados como Dinamarca, Estados Unidos, Irlanda, Japão, Reino Unido e Suíça, e o bloco da União Europeia (Mapa 7).

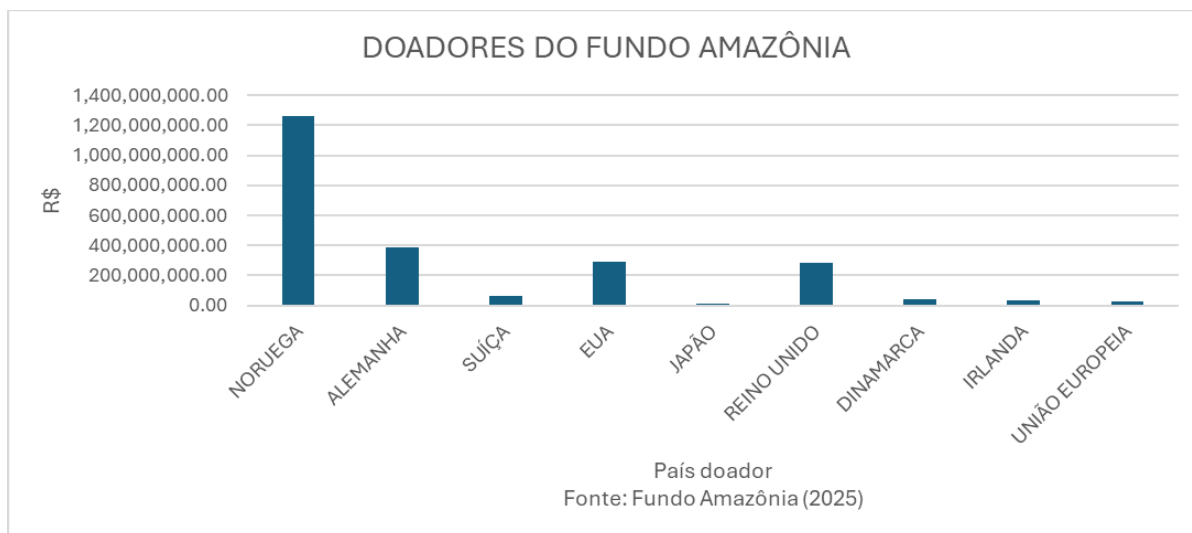
Mapa 7 – Fluxo de doações estrangeira para o Fundo Amazônia.



Fonte. Carlos Eduardo S. S. Rafael. Ano: 2026

No mapa anterior, é possível identificar os fluxos das doações. Entre 2009 e 2018, o Estado norueguês foi o maior contribuinte financeiro, superando o Estado alemão. Já no período mais recente, entre 2023 e 2025, a Noruega, o Reino Unido e os Estados Unidos foram os doadores que mais repassaram (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Países que mais doaram para o Fundo Amazônia.



Fonte: Fundo Amazônia (2025)

No âmbito das relações diplomáticas, a Amazônia brasileira, enquanto espaço diplomático, está articulada em duas escalas. A primeira corresponde à escala regional, na qual os países sul-americanos que compartilham uma geografia em comum e se relacionam por meio de mecanismos de cooperação, com destaque para a OTCA, sendo o único arranjo institucional voltado agenda diplomática multilateral, baseada em interesses comuns relacionados à soberania, ao desenvolvimento e à gestão compartilhada do bioma amazônico.

A segunda escala apresenta uma articulação que perpassa os limites regionais do continente e é caracterizada por uma diplomacia bilateral. A partir da década de 2000, e impulsionada pela crescente centralidade da temática ambiental no cenário internacional, a Amazônia brasileira se tornou um espaço relevante nas dinâmicas diplomáticas. A inserção ocorreu por meio da captação de recursos estrangeiros destinados ao Fundo Amazônia, mecanismo que inaugurou uma nova fase da geopolítica para a Amazônia brasileira. Essa dualidade, regional e global, demonstra a Amazônia como um espaço diplomático estratégico, não apenas pela centralidade política e econômica, porém pela riqueza ambiental.

Durante o período do regime militar, o Estado brasileiro implementou diversos projetos territoriais na Amazônia, voltados sobretudo à ocupação do território, à construção de grandes eixos rodoviários e à implantação de usinas hidrelétricas, com o objetivo de promover a integração nacional e consolidar a presença na região. A partir da década de 1980, entretanto, tem-se uma

inflexão nas políticas territoriais adotadas pelo Estado brasileiro, que passam a incorporar de forma mais sistemática a pauta da preservação ambiental. Esse redirecionamento deu origem a uma nova configuração da geografia política da Amazônia, marcada pela institucionalização de extensos “espaços verdes” no interior da própria região, por meio da criação de unidades de conservação, terras indígenas e outros instrumentos de ordenamento territorial ambiental (Nogueira e Oliveira Neto, 2017, s/p).

O Fundo Amazônia aparece como um novo mecanismo no âmbito dessa nova geografia política da região, uma vez que, desde sua origem, seu funcionamento está fundamentado majoritariamente em recursos provenientes de investimentos estrangeiros para a preservação ambiental em ações voltadas à prevenção e ao controle do desmatamento, ao fortalecimento institucional de órgãos ambientais e ao apoio a iniciativas de desenvolvimento social.

Entretanto, há de mencionar paradoxos relevantes. Na Amazônia, segundo Senra (2018), atuam empresas multinacionais norueguesas do setor de mineração⁴⁴, cujas atividades estão associadas a impactos socioambientais significativos. Paralelamente, o Estado norueguês figura como um dos principais doadores de recursos destinados à preservação da biodiversidade amazônica. Tal contradição revela um dos limites da chamada cooperação ambiental internacional, que pode assumir contornos retóricos ou mesmo configurar-se como um *sofisma da cooperação verde*, ao dissociar os fluxos financeiros voltados à conservação das práticas econômicas extrativistas promovidas por agentes do próprio país doador.

5.2 O papel social dos consulados na Amazônia

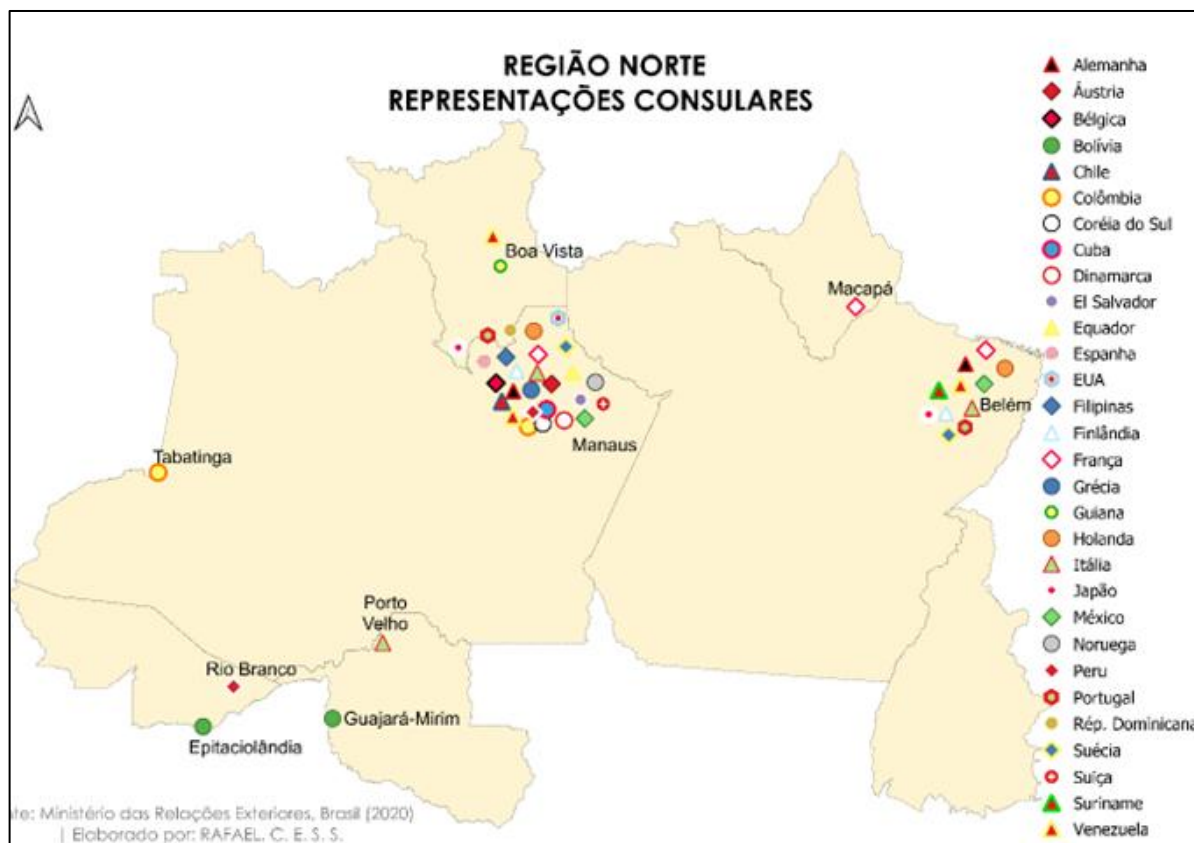
Como já pontuado anteriormente, os consulados desempenham um papel central na prestação de serviços públicos aos nacionais no exterior, atuando como instâncias de assistência administrativa, jurídica e emergencial, além de funcionarem como canais permanentes de mediação entre o Estado de origem e seus cidadãos residentes ou em trânsito em território estrangeiro.

No artigo de Rafael e Nogueira (2024), os autores tiveram como objetivo saber os critérios que orientam a abertura e a localização de consulados na Região Norte do Brasil. Identificaram a disparidade consular no território brasileiro e a existência de uma hierarquia urbana das representações consulares estrangeiras no país. A pesquisa demonstrou que a distribuição espacial dos consulados, incluindo consulados-gerais, vice-consulados, consulados honorários, escritórios e outras formas de representação, é fortemente concentrada na Região Sudeste, evidenciando o

⁴⁴ Ver em BBC NEWS Brasil: “Mineradora norueguesa tinha 'duto clandestino' para lançar rejeitos em nascentes amazônicas”, 2018.

papel dessa porção do território nacional como principal polo de atração da diplomacia consular estrangeira no Brasil. Porém na região norte, a quantidade de consulados é reduzida, concentrando-se apenas na metrópole de manauara (Mapa 8).

Mapa 8 – Consulados na região norte



Fonte: Itamaraty (2021)

Na Região Norte do Brasil, identificam-se aproximadamente 53 representações consulares. O estado do Amazonas concentra o maior número desses postos, seguido pelo Pará, com destaque para a cidade de Belém. Em sequência, aparecem Rondônia, com representações nas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, Roraima, na cidade de Boa Vista, e, por fim, o Amapá, que conta com uma única representação consular localizada em Macapá. O estado do Tocantins, por sua vez, não possui representações consulares em seu território, uma vez que sua demanda é atendida por jurisdições consulares sediadas em outros estados.

Ambos os autores apontam que a atratividade consular de Manaus está associada a um conjunto de fatores ambientais, históricos, comerciais e de proximidade geográfica. Nesse contexto, a repartição consular da Suécia desempenha um papel voltado, sobretudo, à promoção de interesses comerciais, em especial das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, e à projeção internacional da política ambiental sueca. O Estado sueco estrutura sua política doméstica a partir do modelo do triplice hélice, baseado na articulação entre indústria, academia e governo,

princípios que também orientam sua atuação no espaço internacional com vistas à promoção do desenvolvimento social; mais recentemente, esse modelo passou a incorporar de forma explícita as dimensões da sustentabilidade e da sociedade.

No que se refere às relações históricas e aos fluxos migratórios, há fortemente a presença consular de países como Portugal, Itália e Japão nas cidades de Manaus, Belém e Porto Velho. Essa distribuição espacial dos consulados remete à presença histórica e demográfica dessas comunidades na Região Norte do Brasil, em especial das populações portuguesa e italiana, indicando que a manutenção de representações consulares nesses centros urbanos está diretamente relacionada à necessidade de atendimento aos seus nacionais e à preservação de vínculos históricos e culturais consolidados ao longo do tempo.

Outra característica está associada às relações comerciais, devido presença dos consulados do Japão, das Filipinas e da Coreia do Sul, que mantêm representações exclusivamente na cidade de Manaus. A concentração dessas representações está diretamente relacionada à instalação de numerosas empresas estrangeiras beneficiadas pelos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, fator que explica a centralidade da cidade na atração consular desses países. No caso específico do Japão, além do expressivo contingente de empresas, existe presença histórica de uma numerosa comunidade japonesa na Região Norte. O Japão se diferencia por manter duas representações consulares de maior hierarquia, os consulados-gerais, em Manaus e em Belém.

Por fim, o último critério que explica a existência de consulados na Região Norte está relacionado à proximidade geográfica, especialmente nas áreas de fronteira. Em várias capitais e cidades estratégicas da região, foram observadas a existência representações consulares de países limítrofes, cuja presença está diretamente associada à intensa circulação transfronteiriça de pessoas. As cidades de Tabatinga, Guajará-Mirim e Eritaciolândia, constituem os únicos centros urbanos fronteiriços da Região Norte a abrigar consulados de Estados vizinhos, notadamente Colômbia e Bolívia. Esses consulados fronteiriços assumem elevada importância do ponto de vista estatal, uma vez que desempenham funções essenciais de atendimento aos nacionais residentes ou em trânsito, sobretudo no que se refere à emissão e regularização de documentos civis, como certidões de nascimento, além de outros serviços administrativos fundamentais para a vida cotidiana nas zonas de fronteira.

Como visto no decorrer da pesquisa, as representações consulares são organizadas de forma hierárquica, abrangendo diferentes categorias, como consulados-gerais e consulados honorários, cada qual com atribuições e níveis de atuação distintos. Para além de sua função objetiva de prestar assistência aos nacionais no exterior, na Amazônia brasileira, o Consulado-Geral do Japão

desempenha atua de forma ampliada em políticas sociais por meio do apoio a projetos comunitários e iniciativas de desenvolvimento local

Os consulados-gerais do Japão (em Manaus e Belém) apresentam políticas de apoio e assistência a projetos de caráter social. Em países emergentes, o Estado japonês implementa o programa APC, por meio do qual disponibiliza apoio financeiro não reembolsável a iniciativas voltadas ao desenvolvimento comunitário. Na Amazônia, esse programa tem contribuído para ações nas áreas de educação, saúde, infraestrutura básica e inclusão social. O objetivo do programa é apoiar financeiramente organizações sem fins lucrativos, como organizações não-governamentais, hospitais, escolas de ensino fundamental e outras instituições.

O Consulado-Geral do Japão em Manaus é responsável por receber solicitações de organizações situadas nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, na área de sua jurisdição, enquanto o Consulado do Japão em Belém concentra o atendimento às demandas provenientes dos estados do Pará e do Maranhão.

No quadro 3, podemos observar quais projetos e instituições foram contempladas pela APC na Amazônia Ocidental.

Quadro 3 – Projetos do Consulado Geral do Japão na Amazônia Ocidental

Ano	Projeto	Instituição beneficiada (Estado)	Valor teto da doação	Ano	Projeto	Instituição beneficiada (Estado)	Valor teto da doação
2007	Projeto Posto de Saúde em Efigênio Sales	Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM)	US\$ 56.596	2015	Projeto de reforma da piscina voltada para pessoas com deficiência do Abrigo Moacyr Alves	Núcleo de Amparo Social Tomás de Aquino (NASTA) (AM)	US\$ 77.257
2007	Projeto de Assistência aos Deficientes Físicos de Roraima para a Participação em Atividades	Associação dos Deficientes Físicos de Roraima (RR)	US\$ 63.352	2016	Projeto de Reforma da Piscina e Quadra de Esporte da Associação Pestalozzi do Amazonas	Associação Pestalozzi do Amazonas (AM)	US\$81.360
2007	Projeto “Desarmando a Violência” da Casa do Pai	Associação Missionária Casa do Pai (RO)	US\$82.527	2016	Projeto de Aquisição de Bens Hospitalares aos Acometidos pela Doença de Hanseníase na Fundação Alfredo da Matta	Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social (AADES) (AM)	US\$22.598
2008	Projeto de Aquisição de Ambulância a Cidade de Manaus	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões – Unisol (AM)	US\$ 62.625	2016	Projeto de Construção do Centro Cultural da Associação Nipo-brasileira de Roraima (*Assistência a Projetos Comunitários de Cultura)	Associação Nipo-brasileira de Roraima (RR)	US\$83.224
2008	Projeto de Complementação da Creche Cantinho do Céu	Grupo Assistencial de Amigos de Ji-Paraná (RO)	US\$ 85.269	2017	Projeto de Construção de Refeitório e Cozinha para o atendimento aos alunos da Escola Estadual Almirante Ernesto de Mello Baptista	Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Almirante Ernesto de Mello Baptista (AM)	US\$82.228
2008	Projeto para Construção da Escola em Rorainópolis	Prefeitura Municipal de Rorainópolis (RR)	US\$ 80.802	2017	Projeto de Aquisição de Equipamentos para Promover a Acessibilidade à Cultura e à Educação de Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva no Estado do Amazonas (*Assistência a Projetos Comunitários de Cultura)	Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural (AM)	US\$83.261
2009	Projeto da Construção de Centro de Capacitação para Uso Correto dos Recursos Naturais no Município de Novo Airão	Fundação Almerinda Malaquias (AM)	US\$ 86.672	2017	Projeto de Construção de Poços para Abastecimento de Água em Comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus (AM)	US\$71.912

2009	Projeto de Aquisição de Microônibus para Deficientes em Manaus	Rotary Club de Manaus – Distrito Industrial (AM)	US\$ 95.930	2018	Projeto de aquisição de equipamentos médicos do Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth	Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (Sesau)(RR)	US\$77.410
2009	Projeto de Ampliação e adequação de Refrigeração do Hospital Geral de Roraima	Secretaria de Estado da Saúde de Roraima (RR)	US\$ 99.907	2018	Projeto de aquisição de equipamentos para desenvolvimento de ações em saúde da mulher e da criança do município de Rio Branco	Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco (Sems) (AC)	US\$57.048
2010	Projetos de Aquisição dos Equipamentos Odontológicos aos Pacientes Especiais	Universidade do Estado do Amazonas (AM)	US\$ 103.792	2018	Projeto de Aquisição de Micro-Ônibus para atender pessoas idosas em vulnerabilidade social no Projeto Rede Cidadania Melhor Idade	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima (Setrabes) (RR)	US\$89.267
2010	Projeto de Complementação e Reforma da Casa Rosa de Mulher	Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC)	US\$ 106.310	2019	Projeto da Adequação de Instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itacoatiara	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itacoatiara (AM)	US\$ 86.138
2011	Projeto para Construção de Poços Artesianos Solares para Água Potável no Tupê	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura de Manaus (AM)	US\$ 97.826	2019	Projeto de Reforma de Infraestrutura Esportiva da Escola Estadual Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro	Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro (AM)	US\$ 71.962
2011	Projeto para Aquisição de Máquina e Equipamento para a Cooperativa Amigos	Federação das Indústrias do Estado de Roraima (RR)	US\$ 98.641	2019	Projeto de Ampliação e Adequação do Estabelecimento de Ensino de Língua Japonesa da Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental (*Assistência a Projetos Comunitários de Cultura)	Associação Nipo-Brasileira da Amazônia Ocidental (AM)	US\$ 88.788
2012	Projeto para Aquisição de Equipamentos para Neonatologia	Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (AM)	US\$ 101.270	2019	Projeto de Reforma e Ampliação da Casa do Migrante Beato João Batista Scalabrini	Cáritas Arquidiocesana de Manaus (AM)	US\$ 121.734
2012	Projeto para Aquisição de Equipamentos para o Hospital Santa Marcelina	Casa de Saúde Santa Marcelina (RO)	US\$ 78.676	2020	Projeto de Construção de Espaço Multiuso da Associação Cultural Nipo-Brasileira de Rondônia (*Assistência a Projetos Comunitários de Cultura)	Associação Cultural Nipo-Brasileira de Rondônia–NIKKEY (RO)	US\$ 90.861

2013	Projeto de construção de uma Unidade de Saúde no Bairro Preventório, município de Rio Branco	Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco (Semsu) (AC)	US\$ 105.817	2020	Projeto de Renovação das Instalações Elétricas e de Instalação do Sistema Fotovoltaico da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manaus	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Manaus (AM)	US\$ 119.463
2013	Projeto de Aquisição de Embarcação para Melhorar a Qualidade de Vida dos Ribeirinhos do Rio Manacapuru	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde (AM)	US\$ 86.637	2020	Projeto de Reforma e Construção da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual Ryota Oyama	Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Ryota Oyama (AM)	US\$ 86.335
2013	Projeto de Aquisição de Embarcação para Melhorar a Qualidade de Vida dos Ribeirinhos do Rio Manacapuru	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde (AM)	US\$ 86.637	2021	Projeto de Reforma de Espaços e Instalação de Sistema Fotovoltaico no Centro Internacional de Capacitação e Qualificação Profissional de Roraima	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Noroeste Brasileira – ADRA Roraima (RR)	US\$ 92.276
2014	Projeto de Implantação de Poço Artesiano na Comunidade Nova Canaã do Aruaú	Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil de Manaus (AM)	US\$ 71.280	2021	Projeto de Construção e Aquisição de Equipamentos para a Unidade de Apoio de Saúde Rural na Comunidade São Francisco do Caramuri	Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri (AM)	US\$ 49.955
2014	Projeto de Reforma e Adequação da Creche "Casa da Criança"	Casa da Criança (AM)	US\$ 88.222	2022	Projeto de Instalação de Sistema Solar Fotovoltaico na Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos	Centro de Solidariedade São José (AM)	US\$ 90.282
2015	Projeto de Construção de quadra no bairro Colônia Terra Nova	Movimento Comunitário Vida e Esperança (MCVE) (AM)	US\$73.565	2023	Projeto de Construção da Quadra Esportiva da Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira	Conselho Escolar da Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira (AM)	US\$ 72.992
2015	Projeto de Adequação da Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista para o Estudo da Língua Japonesa (*Assistência a Projetos Comunitários de Cultura)	Associação de Pais, Mestres e Comunitários da Escola Estadual Professor Djalma da Cunha Batista (AM)	US\$ 70,391	2024	Projeto de Implantação de Cozinha da Escola da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade	Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (AM)	US\$ 68.944
				2025	Projeto de Construção da Quadra Esportiva da Escola Estadual Maria Calderaro	SEDUC, Conselho Escolar da Escola Estadual Maria Calderaro	US\$ 65.434

No período de 18 anos, entre 2007 e 2025, os investimentos provenientes dos projetos financiados totalizaram aproximadamente US\$ 2,5 milhões, valor estimado a partir da soma dos itens listados. A maior doação individual registrada foi de US\$ 121.734, em 2019, destinada à Reforma da Casa do Migrante, em Manaus. Já a menor doação individual correspondeu a US\$ 22.598, em 2016, aplicada na aquisição de bens hospitalares para o tratamento da hanseníase, junto à Fundação Alfredo da Matta.

Do ponto de vista geográfico, o estado do Amazonas foi o principal receptor dos recursos, seguido por Roraima. No Amazonas os projetos concentraram-se majoritariamente nas áreas de saúde especializada, educação, infraestrutura escolar e promoção da cultura nipo-brasileira. Em Roraima, os investimentos voltaram-se para saúde pública, acessibilidade para pessoas com deficiência e iniciativas culturais. Os estados de Rondônia e Acre apresentaram menor concentração de projetos ao longo do período. Em Rondônia, as ações financiadas estiveram relacionadas principalmente à assistência social, creches e hospitais, enquanto, no Acre, os projetos concentraram-se em saúde municipal e assistência à mulher.

Na Amazônia Oriental, os projetos apoiados pelo Consulado Geral do Japão, sediado em Belém, estão apresentados de forma sistematizada no Quadro 4 com a instituição beneficiada, cidade, valor e projetos financiados.

Quadro 4 – Projetos apoiados pelo Consulado Geral do Japão

Ano	Projeto	Instituição beneficiada (Estado)	Valor teto da doação	Ano	Projeto	Instituição beneficiada (Estado)	Valor teto da doação
2023	Projeto de Construção de Escola de Ensino Fundamental de Abaetetuba	Prefeitura Municipal de Abaetetuba (PA)	US\$ 79.802	2017	Projeto de Aperfeiçoamento dos Equipamentos Médico-Hospitalares do Hospital Amazônia de Tomé-Açu	Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (PA)	US\$ 87.000
2022	Projeto de Revitalização do Auditório da Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira	Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira – APANB (PA)	US\$ 85.293	2017	Projeto de Instalação de Equipamentos Hospitalares do Hospital Municipal de Barcarena	Prefeitura Municipal de Barcarena (PA)	US\$ 87.000
2021	Projeto de Aquisição de Micro-ônibus para apoio a pacientes com câncer infantil em Belém	Associação Colorindo a Vida (PA)	US\$ 68.551	2015	Projeto de Ampliação da Fábrica da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba	COOFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (PA)	R\$ 269.000
2021	Projeto de Aquisição de Equipamentos para Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Tomé-Açu	Prefeitura Municipal de Tomé-Açu (PA)	US\$ 89.241	2014	Projeto de Construção do Ginásio de Educação Física em Tomé-Açu	Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu (PA)	R\$ 260.000
2020	Projeto de Implantação de Estabelecimentos de Treinamento no Lar Fabiano de Cristo	Lar Fabiano de Cristo – Casa de José (PA)	R\$ 254.193,75	2013	Projeto de Reforma e Estruturação das Casas de Apoio em São Luís	Grupo Solidariedade é Vida (MA)	R\$ 190.000

2019	Projeto de Ampliação da Escola Nikkei de Tomé-Açu	Associação Cultural e Fomento Agrícola de Tomé-Açu – ACTA (PA)	R\$ 274.000	2013	Projeto de Instalação de Equipamentos para Cursos Profissionalizantes	Lar Fabiano de Cristo UPI José (PA)	US\$ 60.153
2018	Projeto de Instalação de Consultório Móvel para Prevenção de Câncer de Colo Uterino	Fundação Antônio Jorge Dino (MA)	US\$ 67.000	2012	Projeto de Instalação de Equipamentos de Saúde ao Ambulatório Metropolitano de Belém	Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde (PA)	US\$ 85.512
2017	Projeto de Construção de Unidade de Assistência Social em Eldorado do Carajás	APAE de Eldorado do Carajás (PA)	US\$ 81.000	2012	Projeto de Reforma e Ampliação do Setor de Urgência e Emergência do Hospital Municipal de Igarapé-Açu	Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu (PA)	US\$ 103.001
2017	Projeto de Ampliação dos Equipamentos do Bloco Cirúrgico e UTI do Hospital Amazônia	Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (PA)	US\$ 435.000	2012	Projeto de Instalação da Casa de Farinha	Associação dos Moradores do Sítio São José Guajaraúna (PA)	US\$ 77.218
2017	Projeto de Aperfeiçoamento dos Equipamentos Médico-Hospitalares do Hospital Amazônia de Tomé-Açu	Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia (PA)	US\$ 87.000				

De 2012 a 2023, a predominância de projetos apoiados foi em municípios do estado do Pará, destacando-se Belém, Tomé-Açu, Abaetetuba, Barcarena e Igarapé-Açu. No estado do Maranhão, os investimentos ocorreram de forma pontual, em específico de assistência social e saúde, especialmente no município de São Luís.

No recorte temporal analisado, os investimentos provenientes dos projetos financiados totalizaram aproximadamente US\$ 2,5 milhões, valor estimado a partir da soma. O maior valor individual correspondeu a US\$ 435.000, em 2017, destinado à implantação do Bloco Cirúrgico e da UTI do Hospital Amazônia.

O setor da saúde, considerado o foco prioritário, concentrou os maiores volumes financeiros. As ações envolveram a modernização de centros cirúrgicos, UTIs e iniciativas de prevenção e atenção especializada, como a implantação de consultórios móveis para o rastreamento do câncer do colo do útero no Maranhão e o apoio ao tratamento do câncer infantil no Pará. A instituição Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia foi uma das principais instituições beneficiadas, tendo recebido três aportes significativos em 2017.

O setor da educação e cultura, contemplando tanto a educação formal, por meio da construção e ampliação de unidades escolares em municípios como Abaetetuba e Tomé-Açu, quanto a preservação cultural, com destaque para a revitalização do auditório da APANB e a ampliação da Escola Nikkei. Foram financiadas ações de capacitação profissional, incluindo cursos e treinamentos ofertados pelo Lar Fabiano de Cristo, voltados à formação e inserção socioeconômica.

O terceiro eixo, agrícola e geração de renda, apresentou foco em cooperativas e comunidades rurais, como exemplificado pela ampliação da fábrica da COOFRUTA e pela instalação de Casas de Farinha, indicando uma preocupação com a segurança alimentar, o fortalecimento da economia local e a valorização das cadeias produtivas regionais. Por fim, o setor da assistência social incluiu ações como a reforma de casas de apoio no Maranhão e a construção de unidades da APAE no Pará.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo apresentar e analisar a dimensão espacial da diplomacia, a análise foi baseada nos conceitos de diplomacia e espaço político. Sobre a diplomacia, foi apresentado um breve panorama histórico desta atividade que remete à antiguidade clássica. Mostramos as transformações da diplomacia no tempo e no espaço. A diversidade e imprecisão conceitual a qual abordamos, reflete os diferentes momentos históricos e evolução da diplomacia por diferentes sociedades.

O presente trabalho buscou compreender a diplomacia a partir de uma leitura espacial, inserindo-a no campo da Geografia Política como um fenômeno que ultrapassa a dimensão estritamente institucional ou normativa tradicionalmente abordada pelas Relações Internacionais. Apesar do esforço teórico-metodológico desenvolvido, especialmente no Capítulo 1, é necessário reconhecer que permanecem lacunas conceituais e procedimentais que não apenas revelam os limites da pesquisa, porém apontam caminhos oportunos para investigações futuras. Em primeiro lugar, torna-se evidente a necessidade de uma sistematização mais robusta do quadro teórico sobre a diplomacia. Conforme apontado por Badel (2015), no interior das Relações Internacionais, especialmente na tradição realista, a diplomacia é compreendida fundamentalmente como um instrumento da política externa.

Referente ao espaço político, este foi definido como lugar de encontro, de debates e acordos sobre interesses conflitantes. Um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo (CASTRO, 2018, p.123). Apesar de ser um conceito relativamente recente na história da geografia (política), a proposta dada pelos geógrafos - apesar de não definirem desta forma, combinado com o fenômeno político da democracia, sugere que este espaço existe apenas no plano do espaço doméstico do Estado. Entretanto, ao procurar esse tipo de espaço no plano das relações interestatais, encontramos um tipo diferente e que apresenta elementos, funções e formas espaciais constitutivas distintas daquela por qual Castro (2012, 2016, 2018) e Azevedo (2016) descreveram ao falar sobre democracia (e espaço doméstico). Os diferentes trabalhos mencionados que relacionaram diplomacia e espaço contribuíram para o aprofundamento do conceito de espaço político na geografia.

Ao compreender o espaço político, aqui transmutado em espaço diplomático, como uma dimensão concreta, relativa e relacional, foi possível ampliar o campo analítico tradicional da geopolítica e das relações internacionais. A diplomacia deixou de ser observada apenas como

prática abstrata ou institucional e passou a ser entendida como um fenômeno espacial, materializado em uma complexa organização espacial (cidades, redes urbanas, hierarquias territoriais e fluxos políticos). A abordagem adotada permitiu evidenciar espacialmente a distribuição e as disparidades do poder diplomático, antes concentrado em determinados centros urbanos globais.

Além da contribuição teórica, o trabalho também se propôs a refletir sobre os elementos constitutivos do verbete “espaço diplomático”, reconhecendo-o como um conceito em construção. A sistematização desse conceito ainda carece de aprofundamento teórico e empírico, especialmente no que se refere à articulação entre espaço, poder e diplomacia. Trata-se, portanto, de uma proposta inicial, cujo valor reside mais na abertura de um campo de debate do que na pretensão de esgotá-lo.

O espaço diplomático, em específico o bilateral, definimos a partir da distinção entre o oficial e o informal, tal como sistematizado no quadro 2. O espaço oficial corresponde a uma diplomacia institucionalizada, exercida em lugares de legitimidade estatal e forte simbolismo político, como palácios e sedes governamentais, onde se realizam negociações formais e a assinatura de acordos. O segundo, o espaço diplomático informal foi definido como locais não oficiais, flexíveis e frequentemente situados fora do território dos Estados envolvidos, utilizados para encontros (im)previsíveis, preliminares ou sensíveis. Essa dualidade evidencia que a diplomacia contemporânea se materializa em múltiplas espacialidades, nas quais a dimensão política do lugar, seja institucional ou não oficial, condiciona as formas, os ritmos e os significados das relações interestatais.

É possível pensar numa epistemologia da geografia política que considere a diplomacia? Essa *distância* pode ser explicada por diversos fatores, que vão desde a concepção clássica da geopolítica, o seu “banimento” na academia (em solo europeu), a influência de correntes sociológicas, a falta de interlocução de geógrafos com a ciência política e a ausência de estudos focados nas instituições que operam além das fronteiras do Estado

Primeiro, o surgimento da concepção clássica de geografia política ratzeliana e da geopolítica clássica refletia uma ênfase predominante na conquista territorial e na expansão dos Estados. Tanto militares quanto geógrafos estiveram focados na expansão dos territórios, com o objetivo de garantir o controle físico territorial. Essa visão oportunizou a produção de teorias clássicas (*rimland*, *heartland*) de dominação e proteção do território como forma de consolidar o poder estatal.

Segundo, após a Segunda Guerra Mundial, a geopolítica, uma vez banida da Geografia devido a sua associação com regimes totalitários expansionistas e, a ausência de estudos e pesquisas e a recusa dos geógrafos em “convocar” o Estado moderno em seus estudos, dificultou o desenvolvimento da geopolítica, levando ao ostracismo na Geografia. As discussões e estudos voltados ao poder dos Estados migraram para as disciplinas da Ciência Política e Relações Internacionais, áreas que começaram a explorar as dinâmicas de poder no espaço mundial.

Terceiro, o retorno do Estado na Geografia na década de 70, promovido por Yves Lacoste, trouxe uma nova perspectiva para a geografia política que distanciou o desenvolvimento dos estudos voltados à diplomacia. O deslocamento da política e poder do Estado para a sociedade passou a orientar os estudos nos anos posteriores. Esse retorno pela via social privilegiou fatores econômicos e sociais, tirando o Estado do cenário político. Por fim, apesar de termos encontrado poucos trabalhos geográficos sobre diplomacia, na geografia brasileira, encontramos uma carência de estudos que explorem as instituições organizadas espacialmente além das fronteiras do Estado. Uma parcela dos trabalhos na geografia política tende a se concentrar na dinâmica interna dos Estados, deixando de lado o papel crucial das organizações internacionais e outras instituições que atuam em uma escala transnacional. A lacuna entre a geografia política e a diplomacia ainda é um tema que requer uma análise detalhada em especial sobre evoluções históricas e teóricas que moldaram ambas as disciplinas ao longo do tempo.

Como apresentado no decorrer por meio dos dados e do referencial teórico, o espaço mundial contemporâneo atual configura-se como o espaço vital de atuação das grandes potências que optam por uma política externa de instrumentos pacíficos. Não basta a um Estado dispor de um robusto aparato bélico se este não for acompanhado por uma densa rede diplomática global sólida, capilarizada e funcional. Essa constatação é evidente quando se observa, em uma perspectiva holística sobre a distribuição do poder (seja militar, político ou econômico) das principais potências do século XXI.

Tanto a China quanto os Estados Unidos não demonstram qualquer “timidez” ao explicitar seus projetos de poder em escala mundial. O caso chinês ao longo de sua trajetória recente, tem realizado investimentos contínuos e estratégicos tanto no fortalecimento do setor militar e na expansão de sua diplomacia.

Por outro lado, observa-se que os Estados, ao longo do século XX e sobretudo no século XXI, passaram a adotar múltiplas estratégias para controlar, influenciar e regular outros Estados para além do uso direto da força. A criação e o fortalecimento de instituições internacionais, organismos supranacionais e redes transnacionais formam um mosaico de estratégia institucional

complexo, no qual a diplomacia passa a operar em múltiplas funções. Nesse contexto, uma perspectiva mais próxima de Rousseau que reconhece a possibilidade de cooperação, pactuação e construção de normas comuns, permitiu como um caminho teórico relevante para formular hipóteses alternativas sobre o objeto aqui analisado.

No que se refere às limitações dos procedimentos metodológicos, destaca-se o uso de dados quantitativos nas ciências humanas. A opção por usar uma estatística descritiva permitiu transformar fenômenos políticos, frequentemente percebidos como abstratos, em objetos mensuráveis e comparáveis e passíveis de análise. Tal procedimento contribuiu para identificar padrões, hierarquias e tendências espaciais no comportamento diplomático dos Estados. Entretanto, é fundamental salientar que os dados não falam por si mesmos. A interpretação dos resultados exige necessariamente um sólido embasamento teórico que permita compreender os significados dos números. A estatística, nesse sentido, não substitui a análise qualitativa, porém a complementa. Além disso, a própria *natureza* dos fenômenos analisados, impõe limites à capacidade explicativa dos métodos quantitativos. A diplomacia envolve aspectos simbólicos, *relativos e relacionais* que não são plenamente capturáveis por indicadores numéricos.

As limitações apresentadas tornam-se evidentes ao se analisar o *Index Diplomacy Global*, principal base de dados utilizada na pesquisa. Embora o índice apresente uma quantidade considerável de países monitorados e se configure como uma importante ferramenta de análise comparativa, seus dados não possuem amplitude suficiente para abarcar a totalidade da dinâmica diplomática global. Em particular, observa-se uma sub-representação dos Estados de *pequeno porte*, cujas estratégias diplomáticas, muitas vezes mais discretas ou regionalizadas, acabam sendo ocultadas. Essa limitação metodológica impede a identificação de dinâmicas políticas específicas desses Estados e dificulta a realização de análises históricas mais profundas em diferentes períodos e escalas territoriais. Todavia, é preciso reconhecer que o *Index Diplomacy Global* demonstrou ser um instrumento relevante, capaz de revelar uma parcela significativa da organização espacial da diplomacia contemporânea.

Por fim, mesmo reconhecendo todas as limitações teóricas e metodológicas apontadas ao longo do trabalho, a relevância do presente estudo reside em sua contribuição para pensar e compreender a organização espacial estabelecida pelos Estados no espaço mundial internacional. Seja por meio da hierarquia urbana das cidades diplomáticas, seja pelas relações culturais, políticas e simbólicas construídas pelos diferentes atores, a diplomacia é uma prática política profundamente territorializada.

Os diferentes trabalhos que estabeleceram relações entre diplomacia e espaço contribuíram de forma significativa para o aprofundamento do conceito de espaço político no campo da Geografia. Conforme apontam Badel (2014), Laporte (2016) e McConnell (2019), observamos que, no interior da Geografia, ainda persiste uma lacuna teórica no tratamento da diplomacia como objeto de investigação. Apesar dessa ausência relativa, um elemento comum pode ser identificado nos estudos já publicados: a centralidade do suporte espacial. A diplomacia, mesmo em suas formas mais imateriais e simbólicas, demanda uma base material concreta para sua realização. Embaixadas, consulados, missões permanentes e outros dispositivos diplomáticos não apenas ocupam o espaço, como o ressignificam, inscrevendo relações de poder, hierarquias e estratégias estatais.

Nesse sentido, ainda que o mundo contemporâneo seja marcado pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação e pela intensificação de processos de globalização digital, a diplomacia não se desvincula do espaço físico. Enquanto o Estado-nação permanecer como ator central do sistema internacional, as representações diplomáticas e consulares continuarão a existir (Ravel, 2018) e a se materializar espacialmente, reafirmando a importância do espaço como dimensão constitutiva das relações diplomáticas.

Em relação aos projetos sociais dos consulados japoneses, em Manaus e Belém, observamos que os recursos foram direcionados principalmente para os setores da saúde pública, educação básica, assistência social e capacitação profissional. No campo da saúde, destacaram-se projetos voltados à ampliação e modernização de hospitais, aquisição de equipamentos médico-hospitalares, instalação de consultórios móveis e melhoria de serviços de urgência e emergência, beneficiando tanto áreas urbanas quanto municípios do interior. Na área educacional e social, os investimentos contemplaram a construção e ampliação de escolas de ensino fundamental, reforma e adequação de espaços educacionais, implantação de quadras esportivas e apoio a instituições voltadas à formação de crianças, jovens. Também se destacam projetos de caráter produtivo e comunitário, como a ampliação de cooperativas agrícolas e a implantação de estruturas voltadas ao beneficiamento da produção local, a exemplo de casas de farinha e fábricas de polpa de frutas.

7 REFERÊNCIAS

- ALGER, C. F.; BRAMS, S. J. Patterns of Representation in National Capitals and Intergovernmental Organizations. **World Politics**, v. 19, n. 4, p. 646–663, 1967. DOI: 10.2307/2009718.
- ARON, R. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, 2002.
- AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro. 2016.
- AZEVEDO, D. A; NOGUEIRA, R. J. B. **Geografia Política: Base conceitual e Diversidade Temática**. Ed. Selo Caliandra. Brasília, 2023.
- BADEL, L. Diplomacy and the History of International Relations: Redefining a Conflictual Relationship. **Diplomatica**, 1(1), 33-39, 2019.
- BADEL, L. De la capitale au forum. Fonctions, usages, hiérarchies de la capitalité diplomatique (XIXe-XXIe siècle). **Revue Historique** 703 (3): 625–62. 2022.
- BADEL, L; JEANNESSON S. Introduction. Une histoire globale de la diplomatie? **Monde(s)**, (N° 5), p. 6-26. 2014.
- BATH, S. **O que é diplomacia?** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BEAUGUITTE, L.; DIDELON, C. Structures spatiales des relations diplomatiques mondiales. In: RENCONTRES DE THÉO QUANT, 10., 2011, **Besançon. Anais... Besançon**, 2011.
- BLEY, B. The new geography of global diplomacy: China advances as the United States retreats. **Foreign Affairs**, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BRAMS, S. Transaction Flows in the International System. **American Political Science Review**, v. 60, 1966.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008**. Institui o Fundo Amazônia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º ago. 2008.
- BUENO, E. P.; FREIRE, M.; OLIVEIRA, V. A. P. As origens históricas da diplomacia e a evolução do conceito de proteção diplomática dos nacionais. **Anuário Mexicano de Direito Internacional**, v. 17, p. 623-649, dez. 2017.
- BULL, H. **A Sociedade Anárquica**. Brasília: Editora UnB/São Paulo: IPRI, 2002.
- CARDIM, P. A prática diplomática na Europa do Antigo Regime. In: RODRIGUES, Luís Nuno; MARTINS, Fernando (Orgs.). **História e Relações Internacionais**. Évora: Publicações do Cidehus, Edições Colibri, 2004. pp. 11-53.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Espaço Político. **Revista GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 120-126, 23 maio 2018.

_____. Geografia Política: o que é afinal e para que serve. **Revista Espaço e Geografia**, v. 24, n. 2, p. 1-26, 2022.

_____. **O espaço político: limites e possibilidades do conceito**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, L. (Orgs.). Olhares geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CMAP). Relatório de avaliação: postos de representação do Brasil no exterior. Brasília, 2022.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: EDUSP, 2010.

D'ALIMONTE, R. **Espaço político**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 392-394.

DEVRED, R. Une petite histoire des palais présidentiels, **Pouvoirs**, vol. 180, no. 1, pp. 5-1, 2022.

FONT, J. N; RUFI, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

GOTTSMANN, J. Geography and the United Nations. **Scottish Geographical Magazine**, v. 66, n. 3-4, p. 129-134, 1950.

_____. *La politique des États et leur Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 29 abr. 2013.

HENRIKSON, A. K. **The Geography of Diplomacy**. In: FLINT, C. **The geography of war and peace: from death camps to diplomats**. Oxford University Press, 2004

HOLZER, W. Lugar. **Revista GEOgraphia**, 21(47), 130 – 134, 2019.

JATOBÁ, D; LESSA, A. C. (coord.), OLIVEIRA, H. A. (coord.). **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LAPORTE, A. La géographie des ambassades et des consulats en Allemagne et l'effacement de l'ancienne frontière allemande (1984-2014). **Revue Géographique de l'Etat**, v. 56, n. 3-4, 2016.

LÉVY, J. **"Espèces d'espaces politiques."** In: Lévy, J. (Org.) **Géographies du politique**. Paris, Presses de F.N.S.P./ESPACESTEMPS, 1991.

MAGALHÃES, J. C. **A diplomacia pura**. 2. ed. Lisboa: Bertrand, 1996.

MALAMUD, A; SOUZA, L. Parlamentos supranacionais na Europa e na América Latina: entre o fortalecimento e a irrelevância. **Contexto int.** 27 (2), Dez, 2005.

- MAMADOUH, V.; MEIJER, A.; SIDAWAY, J. D.; WUSTEN, H. Toward an urban geography of diplomacy: Lessons from The Hague. **The Professional Geographer**, v. 4, p. 564–574, 2015.
- MCCONNELL, F. Rethinking the Geographies of Diplomacy. **Diplomatica**, v. 1, n. 1, p. 46-55, 2019.
- MORGENTHAU, H. **A Política entre as nações**. Brasília: Editora UnB/IPRI, 2003.
- NEELAM, R; SATO, J. **Global Diplomacy Index. 2024 key findings report**. Lowy Institute Sydney, 2024.
- NEUMANN, I. B. **Diplomatic sites: A critical enquiry**. London: Hurst, 2013.
- NEUMAYER, E. Distance, power and ideology: Diplomatic representation in a world of nation-states. **AREA-Institute of British Geographers**, v. 2, p. 228-236, 2008.
- NEUNHAM, R. E. Embassies for Sale: The Purchase of Diplomatic Recognition by West Germany, Taiwan and South Korea. **International Politics**, v. 37, n. 3, p. 259-283, 2000.
- NOGUEIRA, R. J. B.; OLIVEIRA NETO, T. Federalismo e meio ambiente na Amazônia: áreas protegidas como nova geografia política. **L'Espace Politique**, (31), 2017.
- NORODOM, A.T. “Capitale et relations diplomatiques : une pratique disparate”. Laetitia Janicot, Olivier Renaudie et Franck Laffaille(dir.). **Les villes capitales, miroirs de l'Etat ?** Pontoise, Université de Pontoise, p. 65-74. 2015.
- O GLOBO. **Espanhol no Novo Ensino Médio mobilizou embaixadas: França tentou barrar obrigatoriedade, e vizinhos da América Latina manter**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jul. 2024. Disponível em: O Globo. Acesso em: 4 jan. 2025
- OLIVEIRA, R. M. **Os descaminhos de uma ciência: Espaço ou território? Nação ou sociedade?** 1. ed. Jundiaí, SP. editora Paco, 124 p., 2019
- OSTELLINO, P. **Diplomacia**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. p. 392-394.
- RAFAEL, C. E. S. S.; NOGUEIRA, R. J. B. A Geografia dos consulados na região norte. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território - CONGEO. Anais**. São Paulo (SP) USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/IVCONGEO/670333-A-GEOGRAFIA-DOS-CONSULADOS-NA-REGIAO-NORTE>. Acesso em: 30/03/2024
- RANA, K. S. **The Contemporary embassy: Paths to diplomatic excellence**. London: Palgrave Pivot, 2013.
- RANGEL, V. M. A embaixada permanente e as origens da diplomacia. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 83, p. 87-95, 1988.
- RAVEL, F. **Le rôle des ambassades en géopolitique**. Apresentação: Olivier Jacquemond. Concepção e realização: Jean-Baptiste Dureau. Produção: École de commerce international (Groupe INSEEC). YouTube, 9 jul. 2019. Duração: 24 min 22 s. Disponível em: <https://youtu.be/G7VQ7-n0fZY>. Acesso em: 11 jan. 2025.

RODRIGUES, B. S.; PAIVA, P. V. S. O ressurgimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): o avanço institucional na promoção de políticas de desenvolvimento sustentável. **Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 26–42, 2025.

RUSSETT, B. M.; CURTIS LAMB, W. Global Patterns of Diplomatic Exchange. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 1, p. 37–54, 1969.

SALACUSE, J. W.; RUBIN, J. Z. Your Place or Mine? Site Location and Negotiation. **Negotiation Journal**, January 5-10, 1990.

SENRA, Ricardo. Mineradora norueguesa tinha “duto clandestino” para lançar rejeitos em nascentes amazônicas. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43162472>. Acesso em: 11 dez. 2025.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 17, n. 1, p. 168-185, 2013.

SOUZA, Alice de. **Ensino de espanhol na educação pública vira batalha de interesses no Brasil**. *Deutsche Welle*, publicada no *G1*, 29 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/07/29/ensino-de-espanhol-na-educacao-publica-vira-batalha-de-interesses-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SHIMAZU, N. Places in diplomacy. **Political Geography** 31 (6), pp. 335-336, 2012.

TAYLOR, P. J. **Geografia Política: Economía-mundo, Estado-nación y localidad**. 1994.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica: um estudo geográfico-político sobre a implantação de Brasília**. São Paulo: Ática, 1987. 240 p.

_____. **Novas Geopolíticas**. 5. ed., 4. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**, 20, 127-142, 2010.

VINHOTE, Ana Luiza. *Embaixadas: um capítulo importante na construção de Brasília*. **Agência Brasília**, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/embaixadas-um-capitulo-importante-na-construcao-de-brasil>. Acesso em: 11 jan. 2025.

XIERALI, I. M.; LIU, L. *Explaining foreign diplomatic presence in the U.S. with spatial models: a liberal spatial perspective*. *GeoJournal*, v. 67, n. 1, p. 85–101, 2006.

YANO, Y. S. **Novos Espaços Políticos a partir dos Consórcios Públicos Interestaduais na Amazônia Ocidental**. In: Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – CONGEO, 4, 2023, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivcongeo/670176-novos-espacos-politicos-a-partir-dos-consorcios-publicos-interestaduais-na-amazonia-ocidental>. Acesso em: 12 mar. 2024.